



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

2.º SUPLEMENTO

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

Governo do Distrito do Buzi

DESPACHO

Um grupo de cidadãos, em representação da Associação Agro-Pecuária Zanu Wavire de Chivumo, na zona de Chivumo, representado pela sua presidente Elisa Alberto Manuel, requereu ao Administrador do Distrito do Búzi, o seu reconhecimento como pessoa jurídica, juntando ao pedido os estatutos da constituição.

Apreciamos os documentos que fazem parte do processo, verifica-se que a associação prossegue fins lícitos e legalmente possíveis e que o acto da constituição e os estatutos da mesma cumprem os requisitos fixados na lei, nada obstando o seu reconhecimento.

Nestes termos e, em observância do Decreto Lei n.º 2/2006, de 3 de Maio, vai reconhecida como pessoa jurídica a Associação Agro-Pecuária Zanu Wavire de Chivumo, com sua sede na povoação de Chivumo, na localidade de Nharongue, Posto Administrativo de Búzi, Distrito do Búzi, província de Sofala.

Governo do Distrito do Búzi, 30 de Outubro de 2013. — O Administrador, *Tomé José*.

DESPACHO

Um grupo de cidadãos, em representação da Associação Agro-Pecuária de Chissinda, na zona de Chissinda, representado pelo seu Presidente João Joaquim Mabuca, requereu ao Administrador do Distrito do Búzi, o seu reconhecimento como pessoa jurídica, juntando ao pedido os estatutos da constituição.

Apreciamos os documentos que fazem parte do processo, verifica-se que a associação prossegue fins lícitos e legalmente possíveis e que o acto da constituição e os estatutos da mesma cumprem os requisitos fixados na lei, nada obstando o seu reconhecimento.

Nestes termos e, em observância do Decreto Lei n.º 2/2006, de 3 de Maio, vai reconhecida como pessoa jurídica a Associação Agro-Pecuária de Chissinda, com sua sede na povoação de Chissinda, no Posto Administrativo de Búzi - Sede, distrito do Búzi, província de Sofala.

Governo do Distrito do Búzi, 22 de Novembro de 2013. — O Administrador, *Tomé José*.

DESPACHO

Um grupo de cidadãos, em representação da Associação Agro-Pecuária Cuaedja – Guarara-Guara, na zona de Guara-Guara representado pelo seu Presidente Zarias Manuel, requereu ao Administrador do Distrito do Búzi, o seu reconhecimento como pessoa jurídica, juntando ao pedido os estatutos da constituição.

Apreciamos os documentos que fazem parte do processo, verifica-se que a associação prossegue fins lícitos e legalmente possíveis e que o acto da constituição e os estatutos da mesma cumprem os requisitos fixados na lei, nada obstando o seu reconhecimento.

Nestes termos e, em observância do Decreto Lei n.º 2/2006, de 3 de Maio, vai reconhecida como pessoa jurídica a Associação Agro-Pecuária Cuaedja – Guarara-Guara, com sua sede no Regulado Guara-guara, no Posto Administrativo de Estaquinha, distrito do Búzi, província de Sofala.

Governo do Distrito do Búzi, 10 de Dezembro de 2013. — O Administrador, *Tomé José*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

Duette Photo & Acessórios Para Noivos – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeito de publicação, que no dia quinze de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100492776, uma entidade denominada Duette Photo & Acessórios Para Noivos – Sociedade Unipessoal, Limitada.

Maria Magdalena Vorster, maior, de nacionalidade sul-africana, residente em Maputo e titular do DIRE n.º 10ZA00046144C, Passaporte n.º 470579554 e titular do NUIT 120883275, constitui uma sociedade unipessoal limitada que se regerá nos termos das disposições dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e duração)

A sociedade adopta a denominação de Duette Photo & Acessórios Para Noivos – Sociedade Unipessoal, Limitada, doravante referida apenas como sociedade.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

A sociedade tem a sua sede na Avenida das Indústrias, número dois mil trezentos e noventa e oito, rés-do-chão, bairro Liberdade, em Maputo província, Moçambique.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto social)

Um) A sociedade tem por objecto principal prestação de serviços na produção de fotografias, videos e filmagem.

- Formação em fotografias, estudos e actividades fotográficas;
- Assessoria em gestão;
- Mediação e intermediação comercial, consignações, enventos e outros serviços afins;
- Importação e exportação de acessórios para noivos;
- Comércio a grosso e a retalho de diversos artigos, especializados e não especializado.

Dois) A sociedade poderá desenvolver outras actividades, subsidiárias ou complementares do seu objecto principal, desde que devidamente autorizadas.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social da sociedade, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de dois mil e quinhentos meticais, e corresponde a uma única quota detida pela senhora.

ARTIGO QUINTO

(Cessão e oneração de quotas)

Um) O sócio único poderá dividir e ceder a sua quota, bem como constituir quaisquer ónus ou encargos sobre a sua própria quota.

Dois) A divisão e cessão da quota detida pela sócia e a admissão de um novo sócio na sociedade está sujeita às disposições do Código Comercial, aplicáveis às sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

ARTIGO SEXTO

(Administração e gestão da sociedade)

Um) A sociedade é gerida e administrada pela sócia única, a senhora Maria Magdalena Vorster.

Dois) O sócio único poderá designar um administrador ou gerente para gerir os negócios e assuntos da sociedade, o qual terá os mais amplos poderes permitidos por lei e pelos presentes estatutos conducentes à realização do objecto social da sociedade.

ARTIGO SÉTIMO

(Dissolução e liquidação)

Um) A sociedade dissolve-se nos termos fixados na lei.

Dois) Declarada a dissolução da sociedade, proceder-se-á à sua liquidação gozando os liquidatários nomeados pela sócia, dos mais amplos poderes para o efeito.

ARTIGO OITAVO

(Omissões)

Qualquer matéria que não tenha sido tratada nestes estatutos reger-se-á pelo disposto no Código Comercial e outra legislação em vigor em Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Siljos Panelas Simbine – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeito de publicação, que no dia dezanove de Setembro de dois mil e treze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100426625, uma entidade denominada Siljos Panelas Simbine – Sociedade Unipessoal, Limitada.

Silva José Simbine, casado, de nacionalidade moçambicana portador de Bilhete de Identidade n.º 110102299513M, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo, ao dezoito de Janeiro de dois mil e treze, residente na Matola C, quarteirão dezassete, casa número mil e dezassete.

Pelo presente contrato particular constitui uma sociedade unipessoal que se regerá pelos seguintes artigos.

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e sede

A sociedade adopta a denominação Siljos Panelas Simbine – Sociedade Unipessoal, Limitada, e tem a sua sede no bairro Matola C, Quarteirão dezassete, número mil e dezassete, cidade da Matola, podendo abrir sucursais, filias, delegações, e outras formas de representação no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO SEGUNDO

Duração

A sua duração e por um tempo indeterminado contando-se o início apartir do dia da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

O objecto da sociedade consiste na actividade de fundição, serralharia fábrica de e venda de painéis.

ARTIGO QUARTO

Capital social

Um) O capital social é de cinquenta mil meticais, corresponde a uma quota pertencente ao sócio Silva José Simbine.

Dois) A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por lei ou por agrupamento.

ARTIGO QUINTO

Administração e gerência

Um) A administração e gerência da sociedade pertencerá ao sócio Silva José Simbine, desde já nomeado administrador, podendo ou não auferir remuneração.

Dois) A sociedade fica obrigada nos seus actos e contrato pela assinatura do administrador.

ARTIGO SEXTO

Disposições finais

Os casos omissos serão regulados pelas disposições legais aplicáveis e pelas disposições acordadas na assembleia geral da sociedade.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Refrigeração de África, Limitada

Certifico, para efeito de publicação, que no dia nove de Janeiro de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100460017, uma entidade denominada Refrigeração de África, Limitada.

É constituída entre:

Primeiro. Cassey Anne Wyngaardt Ramalhete, solteira, portador do Bilhete de Identidade n.º 110201708271B emitido em vinte e oito de Novembro de dois mil e onze, válido até vinte e oito de Novembro de dois mil e dezasseis, natural de Maputo, de nacionalidade moçambicana, residente na Rua da Nachingwea número cento e oitenta e seis, rés-do-chão, nesta cidade de Maputo;

Segundo. Aníbal Adriano Macatane, solteiro, maior, natural de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110500483219C, emitido em dezasseis de Setembro de dois mil e dez, válido até dezasseis de Setembro de dois mil e quinze, residente no quarteirão número catorze, casa número cento e noventa e oito, célula E, cidade da Matola, Khongolote;

É celebrado o presente contrato de sociedade, que se regerá pelas normas legais do Código Comercial e demais legislação avulsa aplicável e vigente no país e pelos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação da sede)

A sociedade adopta a denominação de Refrigeração de África, Limitada, tem a sua sede na cidade de Maputo, Rua quatro mil quatrocentos e doze, casa número cento e

quarenta e sete barra dois mil oitocentos e sessenta e sete, bairro de Laulane, a sociedade poderá mediante deliberação do conselho de gerência mudar a sua sede social dentro do país, criar e extinguir sucursais, agências, dependências, escritórios ou qualquer outra forma de representação, no território nacional ou no estrangeiro, sempre com observância respeitosa e cumprimento de exigências legais.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sociedade constitui-se por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos efeitos, a partir da data da assinatura do presente contrato de sociedade.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem como objecto principal:

- a) Reparação e instalação de sistemas de refrigeração e climatização comercial e industrial;
- b) Montagem, instalação e manutenção de elevadores, monta-cargas, passadeiras e escadas mecânicas e hidráulicas de equipamentos electrónicos, de sistemas informáticos e segurança de poços de elevadores;
- c) Reparação e instalação de sistemas eléctricos, electrotecnia comercial, industrial, doméstica imobiliária.
- d) Comércio a grosso e a retalho com importação e exportação de componentes, peças e acessórios de elevadores, monta-cargas, passadeiras, escadas mecânicas e hidráulicas, aparelhos de frio, ar-condicionado, climatização e refrigeração.

Dois) A sociedade poderá participar em outras sociedades já constituídas ou a constituir, exercer actividades comerciais ou industriais conexas, complementares ou subsidiárias da actividade principal, para quais obtenha as necessárias autorizações.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

Um) O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de trinta mil metcais, e corresponde à soma de duas quotas, assim distribuídas:

- a) Uma quota no valor nominal de inte e um mil metcais correspondente a setenta por cento do capital social pertencente a sócia Cassey Anne Wyngaardt Ramalhete.

- b) Uma quota no valor nominal de nove mil metcais correspondente a trinta por cento do capital social pertencente ao sócio Aníbal Adriano Macatane.

Dois) Os sócios poderão conceder à sociedade os suprimentos de que ela necessite, nos termos e condições fixados por deliberação dos sócios.

ARTIGO QUINTO

(Aumento do capital)

Um) O capital poderá ser aumentado por uma ou mais vezes, com ou sem entrada de novos sócios, conforme deliberação da assembleia geral.

Dois) No aumento de capital social a que se refere o número anterior, poderão ser utilizados dividendos acumulados e reservas, se assim o entenderem e deliberarem os sócios, em assembleia geral.

Três) Desde que representem vantagem para o objecto social, poderão ser admitidos novos sócios, pessoas singulares ou colectivas, privadas ou públicas, nos termos permitidos pela legislação vigente e aplicável, mediante deliberação da assembleia geral.

Quatro) Não são exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer suprimentos de capital de que a sociedade se mostrar carecer, mediante condições a estabelecer em assembleia geral.

ARTIGO SEXTO

(Cessão e divisão do capital)

Um) A divisão e cessão de quotas, bem como a constituição de quaisquer ónus ou encargos sobre a mesma carecem de autorização prévia da sociedade, deliberada em assembleia geral, com determinação dos termos e ou condições que lhe são intrínsecos na circunstância;

Dois) O sócio que pretenda alienar ou dispor sua quota à divisão, informará a sociedade, com uma antecedência mínima de quinze dias por carta registada com aviso de recepção ou outro meio electrónico permitido por lei (*fax*, ou *e-mail*), dando a conhecer o projecto de cedência e ou divisão e as respectivas condições do acto em vista.

Três) A sociedade goza, em primeiro lugar, do direito de preferência na aquisição da quota em alienação ou divisão, competindo à assembleia geral determinar os termos ou condições que regularão o exercício do direito de preferência, incluindo os procedimentos que determinarão o valor de qualquer prémio ou penalização a ser dado ou aplicada no acto da cessão ou divisão da quota em questão.

Quatro) Caso a sociedade não queira exercer o direito de preferência que lhe é conferido no número anterior, o mesmo poderá ser exercido individualmente por cada um dos sócios ou

seus herdeiros, que acordarão os termos da sua cessão ou divisão, conforme manifestação de interesse prévio.

Cinco) É nula qualquer divisão, cessão ou alienação de quota que não observe, não respeite o estabelecido nos números precedentes.

ARTIGO SÉTIMO

(Administração)

Um) A administração, gerência da sociedade e sua representação em juízo ou fora dela activa ou passivamente será exercida pela sócia, Cassey Anne Wyngaardt Ramalhete, que desde então fica nomeada administradora da sociedade com dispensa de caução.

Dois) A administradora pode delegar os seus poderes a quantos profissionais forem necessários para complementar a sua actividade de administração e gerência da sociedade, devendo o instrumento de delegação indicar expressamente o âmbito e a extensão desses poderes.

Três) Basta a assinatura da administradora para obrigar a sociedade em todos seus actos.

Quatro) A administradora é vinculado por este estatuto e outros regulamentos internos da empresa, já definidos.

ARTIGO OITAVO

(Assembleia Geral)

A assembleia geral reunirá em sessão ordinária uma vez em cada ano, para apreciação, aprovação ou modificação do balanço e contas do exercício, bem como para deliberar sobre quaisquer outros assuntos constantes da respectiva convocatória, e em sessão extraordinária, sempre que se mostrar necessário.

ARTIGO NONO

(Representação)

Em caso de falecimento ou interdição de um dos sócios, a sociedade continuará a exercer as actividades como e onde está com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, os quais nomearão entre si, um que todos represente na sociedade, enquanto a respectiva quota permanecer indivisa. Esta cláusula é válida para casos em que os sócios são casados oficialmente ou com filhos destes.

ARTIGO DÉCIMO

(Dissolução)

A sociedade só se dissolverá nos casos previstos na lei, na dissolução por acordo, os sócios serão liquidatários procedendo se a partilha e divisão dos seus bens sociais, como então foi deliberado.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Balanço)

Os sócios deverão reunir-se no dia trinta de cada mês para analisarem os dados, decisões ou alterações imprevistas no decurso das actividades e anualmente haverá balanço fechado com a data de trinta e um de dezembro e os lucros apurados depois de deduzidos cinco por cento para fundo de reserva legal e feitas outras deduções que se julgar necessário. Em assembleia destes os fundos terão enquadramento necessário a situação que for merecido por estes.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Exoneração dos sócios)

Os sócios só poderão ser exoneros, a seu pedido ou por acordo de dois terços da assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Omissão)

Em todo o caso omissos regularão as disposições legais vigentes e aplicáveis na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

ARQUIENG – Arquitectura, Engenharia e Serviços- Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação que, no dia vinte e um de Fevereiro de dois mil e catorze, foi matriculada sob NUEL 100466864 entidade denominada, Arquiang - Arquitectura, Engenharia e Serviços Sociedade Unipessoal, Limitada, que irá reger-se pelos estatutos em anexo.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do código comercial, entre:

Eusébio Francisco, solteiro de quarenta e seis anos de idade nacionalidade moçambicana portador de Bilhete de Identidade n.º 110100784159 A emitido aos dezassete de Janeiro de dois mil e onze pelos Serviços de Identificação Civil de Maputo.

Pelo presente contrato de sociedade outorga e constitui uma sociedade unipessoal por quotas, denominada ARQUIENG – Arquitectura, Engenharia e Serviços – Sociedade Unipessoal, Limitada.

CAPÍTULO I

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e sede

A sociedade adopta a denominação de ARQUIENG – Arquitectura, Engenharia e Serviços – Sociedade Unipessoal, Limitada e tem a sua sede na cidade de Maputo, na

Avenida das Forças Populares de Libertação Moçambique, número quinhentos e vinte e sete rés-do-chão, telefone celular n.º dez 82 468 3510, e-mail: eusebioarquitecto@gmail.com, podendo por deliberação da assembleia geral, abrir ou encerrar sucursais dentro e fora do país quando for conveniente.

ARTIGO SEGUNDO

Duração

A sua duração será por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data de celebração da escritura da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

A sociedade tem por objecto, prestar consultorias em arquitectura, engenharia, fiscalização de obras e serviços complementares. A sociedade poderá adquirir participações em outras empresas que desempenham as mesmas actividades, e ou adjudicar-se as associações nacionais e singulares que exerçam as mesmas actividades, assim como poderá exercer outras actividades similares desde que para o efeito esteja devidamente autorizado nos termos de legislação em vigor.

CAPÍTULO II

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de setenta e cinco mil meticais correspondente a uma única quota do sócio Eusébio Francisco, equivalente a cem por cento do capital social.

ARTIGO QUINTO

Aumento do capital

Não são exigíveis prestações suplementares de capital podendo, porém, o sócio conceder à sociedade os suprimentos de que necessite, nos termos da lei.

ARTIGO SEXTO

Divisão e cessação de quotas

O sócio pode livremente querendo, fazer a divisão e sessão de quotas, bem como a constituição de quaisquer encargos bastando apenas a sua deliberação.

CAPÍTULO III

ARTIGO SÉTIMO

Gerência

Um) A administração, gestão da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, passam desde já a cargo do sócio, Eusébio Francisco que é nomeado sócio gerente com plenos poderes para obrigar a sociedade em todos seus actos e contratos, bastando a assinatura.

Dois) O gerente tem plenos poderes para nomear mandatários a sociedade, conferindo os necessários poderes de representação.

ARTIGO OITAVO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano para apreciação e aprovação do balanço e contas do exercício findo e repartição de lucros e perdas.

Dois) A assembleia geral poderá reunir-se extraordinariamente quantas vezes for necessário desde que as circunstâncias assim o exijam para deliberar sobre qualquer assunto que diga respeito a sociedade.

Três) Em tudo quanto for omissos nos presentes estatutos aplicar-se-ão as disposições do Código Comercial e demais legislação em vigor na República de Moçambique.

ARTIGO OITAVO

Dissolução

A sociedade só se dissolve nos termos fixados pela lei ou por comum acordo do sócio quando assim o entender.

Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-ão um primeiro lugar a percentagem legalmente destinada para a constituição da reserve legal, enquanto não estiver realizada nos termos da lei ou sempre que seja necessário.

ARTIGO NONO

Herdeiros

Em caso de morte, interdição ou inabilitação do único sócio, a sociedade continuará com os seus herdeiros ou representantes do falecido ou interdito, os quais nomearão entre si um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota permanecer indivisa.

ARTIGO DÉCIMO

Casos omissos

Os casos omissos, serão regulados pelo código comercial e demais legislação, vigente na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Fevereiro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.



Srecycle Trading Co Importação Exportação, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezassete de Fevereiro de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100465353, uma entidade denominada Srecycle Trading Co Importação Exportação, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do código comercial, entre:

Primeiro. Fan Zhang, solteiro, natural da China, residente na Avenida Julius Nyerere número duzentos e vinte, cidade de Maputo, portador do Passaporte n.º G38744614, emitido na China, vinte e cinco de Novembro de dois mil e nove; e

Segunda. Min Lu, solteira, maior, natural da China, residente na Avenida Julius Nyerere, número duzentos e vinte, cidade de Maputo, portador do Passaporte n.º G46232952, emitido nove de Novembro de dois mil e dez.

CAPÍTULO I

Da denominação sede, duração e objecto social

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação)

A sociedade adopta a denominação Srecycle Trading Co Importação Exportação, Limitada, sendo uma sociedade por quota de responsabilidade limitada, e tem a sua sede social na cidade de Maputo, sempre que se julgue conveniente, a sociedade poderá providenciar abertura de sucursais, filiais, agências, escritório ou qualquer forma de representação em território nacional ou estrangeiro quando expressamente autorizada pela entidades competentes.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração da sociedade)

A duração da sociedade e por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da publicação da escritura publicada de constituição.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto social)

Um) A sociedade tem por objecto o exercício de recolha, processamento e Empacotamento de resíduos de papel, plásticos, metal, vidro e actividade congêneres sujeita a autorização previa.

Dois) A sociedade poderá ampliar as suas relações comerciais e socios com empresas estranhas, desde que aludida ampliação não colida com os interesses gerais da sociedade constituinte.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, subscrito e integralmente realizado em numerário, é de seiscentos mil meticais, integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas a saber:

- a) Fan Zhang, uma quota de trezentos e sessenta mil, correspondente a sessenta por cento;

- b) Min Lu, uma quota de duzentos e quarenta mil meticais, correspondente a quarenta por cento.

CAPÍTULO II

ARTIGO QUINTO

(Suprimentos)

Um) Não haverá prestações suplementares, mas os sócios poderão fazer a caixa social os suprimentos de que ela carecer, ao juro e demais condições a estipular em assembleia geral.

Dois) Entende-se suprimento, as importâncias suplementares que os sócios adiantar no caso de o capital social se revelar insuficiente para as despesas de administração, constituindo tais suprimentos verdadeiros empréstimos a sociedade.

Três) Considera-se suprimentos quaisquer saldos nas contas particulares dos sócios só quando o mesmo for utilizados pela sociedade, salvo a assembleia geral o reconheça como tais.

ARTIGO SEXTO

(Cessão de quotas)

Um) A cessão ou divisão de quotas e livre entre os sócios, podendo um dos sócios, vender primeiro ao outro sócio, dependendo do consentimento prévio expresso da sociedade, quando se destina as entidades estranha a sociedade.

Dois) No caso de a sociedade não desejar fazer uso do direito de preferência consagrado no parágrafo anterior, então o referido direito pertencerá a qualquer dos sócios e querendo-o mais de uma porção das suas quotas.

Três) No caso de nem a sociedade nem os outros sócios desejarem, o mencionado direito de preferência, então sócio que deseja vender a sua quota, poderá fazer livremente a quem o entender.

ARTIGO SÉTIMO

(Amortização das quotas)

A sociedade fica reservado o direito de amortizar as quotas dos sócios no prazo de noventa dias a contar da verificação ou do conhecimento aos seguintes factos:

- a) Se qualquer quota ou parte dela for arrestada, penhorada, arrolada, apreendida, ou sujeita a qualquer acto judicial ou administrativo que possa obrigar a transferência para terceiros ou ainda se for dada em garantia de obrigações que o seu titular assumia sem prévia autorização da sociedade;

- b) Por acordo com os respectivos proprietários.

ARTIGO OITAVO

(Gerência)

Um) A administração e gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, serao exercidas polos sócios onde os mesmos podem delegar os seus representantes ou gerentes em caso de ausência por via de uma procuração.

Dois) Para obrigar a sociedade em assuntos da administração fica a cargo do sócio Fan Zhang.

Três) Qualquer alterações sujeitas e alheias ao seu objecto social, deve ser por via de acta assinada pelos todos sócios.

ARTIGO NONO

(Assembleia geral)

Um) A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, de preferência na sede da sociedade, para apreciação e e modificação do balanço e contas de exercício e para deliberar sobre quasquer outros assuntos para que tenha sido convocada e, extraordinariamente sempre que for necessário.

Dois) A assembleia geral será convocada por meio de cartas registadas com aviso de recepção dirigida aos sócios, com antecedência mínima de trinta dias que poderão ser reduzidas para quinze dias, para as assembleias extraordinárias.

Três) A assembleia geral será presidida por um dos sócios que a convocar.

Quatro) É dispensada a reunião da assembleia geral, são dispensadas as formalidades da sua convocação, quando todos os sócios concordem que por essa forma se delibera considerando-se válidas, nessas condições tomadas ainda que realizadas fora da sede, em qualquer ocasião e qualquer que seja o seu objectivo.

ARTIGO DÉCIMO

(Contas e resultados)

Um) Anualmente será dado um balanço fechado com data de trinta e um de Dezembro.

Dois) Os lucros anuais que o balanço registar líquidos de todas as despesas e encargos terão a seguinte aplicação.

- a) A percentagem indicada para constituir o fim de reserva, enquanto não estiver realizado ou sempre que seja necessário reintegrá-lo;

- b) para outras que seja resolvido criar as quantias que se determinarem por acordo unanime dos sócios.

- c) Para dividendos, os sócios na proporção das suas quotas, o remanescente;

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Dissolução)

Um) A sociedade só se dissolve nos casos fixados na lei que será então liquidada como os sócios deliberarem.

Dois) A sociedade nao se dissolve por extinção, morte ou interdição de qualquer sócio, continuando com os sucessores herdeiros ou representante do extinto, falecido ou interdito, os quais exercerão em comum os respectivos direitos enquanto a quota permanecer indivisa.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Normas subsidiárias)

Em todos casos omissos regularão as disposições do codigo comercial, lei das sociedades e restante legislação aplicável em vigor na República de Moçambique.

Maputo, quinze de Janeiro dedois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Dhonti e Raj Sky Taxi, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de doze de Março do ano dois mil e treze, lavrada a folhas cento e oito e seguintes do livro de notas para escrituras diversas número I traço sessenta deste Cartório Notarial a cargo de Laura Pinto da Rocha, técnica media dos registos e notariado, foi celebrada uma escritura de cessão de quotas e alteração parcial do pacto social da sociedade Donthi & Raj Sky Taxi, Limitada, na qual o sócio Shravanth Donthi Ravi Shankar, cede a sua quota, de quinhentos mil meticais, correspondente a cinquenta por cento do capital social ao sócio Fabin Chandersy, com todos os seus direitos e obrigações. Face a esta cedência o sócio Shravanth Donthi Ravi Shankar sai da sociedade e como consequência o sócio altera a redacção do artigo terceiro do pacto social, que passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO TERCEIRO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de um milhão de

meticais, correspondente a cem por cento do capital social, pertencente ao sócio Fabin Chandersy.

Está conforme.

Cartório Notarial de Nampula, doze de Março de dois mil e treze. — A Técnica, *Ilegível*.

Dhonti & Raj Sky Taxi, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de onze de Abril do ano dois mil e treze, lavrada a folhas vinte nove e seguintes do livro de notas para escrituras diversas número I traço sessenta e um deste Cartório Notarial a cargo de Laura Pinto da Rocha, técnica média dos registos e notariado, foi celebrada uma escritura de cessão de quotas e alteração parcial do pacto social da sociedade Donthi & Raj Sky Taxi, Limitada, na qual o sócio Fabin Chandersy, cede a sua quota de um milhão de meticais, correspondente a cem por cento do capital social ao senhor Nazir Mussagy Ibraimo, com todos os seus direitos e obrigações. Face a esta cedência o sócio Fabin Chandersy sai da sociedade e como consequência o sócio altera a redacção dos artigos terceiro e quinto do pacto social, que passam a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO TERCEIRO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de um milhão de meticais, correspondente a cem por cento do capital social, pertencente ao sócio Nazir Mussagy Ibraimo.

ARTIGO QUINTO

Administração

Um) A administração da sociedade será exercida pelo sócio Fabin Chandersy, que desde já fica nomeado administrador, sendo suficiente a sua assinatura para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos.

Dois) O administrador fica desde já autorizado a movimentar contas bancárias, assinar contratos de financiamento, comprar, vender e hipotecar bens móveis e imóveis.

Está conforme.

Cartório Notarial de Nampula, onze de Abril de dois mil e treze. — A Técnica, *Laura Pinto da Rocha*.

Hotel Massunguine, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte de Maio de dois mil e catorze, exarada de folhas cinquenta e três verso a cinquenta e quatro verso do livro de notas para escrituras diversas número quarenta e dois da Conservatória dos Registos e Notariado de Vilankulo, a cargo de Orlando Fernando Messias, conservador em pleno exercício de funções notariais, procedeu-se na sociedade em epígrafe uma alteração parcial do pacto social por nomeação de gerente e mandatária pelo herdeiros da sociedade Hotel Massunguine, Limitada, a senhora Ana Domingas Francisco Saraiva, tendo em consequência das operações alterado a redacção do artigo sétimo passando a ter uma nova redacção e seguinte:

ARTIGO OITAVO

Administração e gerência

A administração e gerência da sociedade e sua representação em juízo e fora dela, activa e passivamente, será exercida pela senhora Ana Domingas Francisco Saraiva, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos, a mesma poderá com consentimento dos outros delegar seus poderes a outras pessoas.

Que em tudo o mais não alterado continua a vigorar o pacto social anterior.

Está conforme.

Vilankulo, vinte e um de Maio de dois mil e catorze. — O Conservador, *Ilegível*.

EMACO – Empresa de Material de Construção, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de onze de Setembro do ano dois mil e treze, lavrada a folhas cinquenta e sete e seguintes do livro de notas para escrituras diversas número I traço sessenta e três deste Cartório Notarial, a cargo de Laura Pinto da Rocha, técnica média dos registos, foi celebrada uma escritura de divisão, cessão de quotas, e alteração parcial do pacto social da EMACO – Empresa de Material de Construção, Limitada, na qual o sócio Frei Vasco Sualehe, divide a sua quota na totalidade no valor de vinte mil Meticais, em duas novas quotas, sendo uma

quota no valor de dez mil meticais, cede ao sócio Hamidou Bah e outra quota também no valor de dez mil meticais, cede ao sócio Elnour Salih Ali Awouda, e o sócio Jorge Percina Matola, divide a sua quota de vinte mil meticais em duas novas quotas, sendo uma quota no valor de seis mil meticais cede ao sócio Hamidou Bah e outra quota no valor de catorze mil meticais, cede ao sócio Elnour Salih Ali Awouda, e os sócios Abdoulaye Sow e Awouda Salih Ali Awouda, também dividem as suas quotas em duas novas quotas, sendo uma quota de doze mil meticais e outra de seis mil meticais reservam para si e outras quotas no valor de oito mil meticais e catorze mil meticais cedem ao sócio Elnour Salih Ali Awouda, face a esta cedência os sócios Frei Vasco Sualehe e Jorge Percina Matola, saem da sociedade e como consequência os sócios alteram a redacção do artigo terceiro do pacto social, o qual passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO TERCEIRO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cento e vinte mil meticais, correspondente à soma de quatro quotas, sendo uma quota no valor de sessenta e seis mil meticais, correspondente a cinquenta e cinco por cento do capital social, subscrito pelo sócio Elnour Salih Ali Awouda; uma quota no valor de trinta e seis mil meticais, correspondente a trinta por cento do capital social, pertencente ao sócio Hamidou Bah; uma quota no valor de doze mil meticais, correspondente a dez por cento do capital social, pertencente ao sócio Abdoulaye Sow; uma quota no valor de seis mil meticais, correspondente a cinco por cento do capital social, pertencente ao sócio Awouda Salih Ali Awouda.

Está conforme.

Cartório Notarial de Nampula, onze de Setembro de dois mil e treze. — A Técnica, *Ilegível*.

Artel Seguros, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada sob NUEL 100493942, uma entidade denominada, Artel Seguros, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial, entre:

Primeiro. Emídio Carlos Peho, solteiro, maior, natural de Maputo, residente no quarteirão doze, casa número cem, Bairro da Matola F, Município da Matola, portador do Bilhete de Identidade n.º 100100211323s, emitido no dia vinte e nove de Abril de dois mil e dez, em Maputo;

Segundo. Benegito Carlos Peho, solteiro, maior, natural de Maputo, residente no quarteirão doze, casa número cem, Bairro da Matola F, Município da Matola, portador do Bilhete de Identidade n.º 100100211322B, emitido no dia vinte e nove de Abril de dois mil e dez, em Maputo.

Pelo presente contrato de sociedade outorgam e constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede e o objectivo

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e duração)

Um) A sociedade é constituído sob forma de responsabilidade limitada e adopta a denominação de Artel Seguros, Limitada.

Dois) A sociedade são por tempo indeterminado contando-se o início a partir da data da sua assinatura pública da constituição.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

Um) A sociedade tem sede na cidade da Matola, rua sete de Abril, Bairro da Matola F, quarteirão quarenta e dois, Município da Matola.

Dois) A sociedade poderá abrir delegações ou outras formas de representação noutros locais do país ou no estrangeiro desde que devidamente autorizada pela assembleia geral e cumpridos que seja os requisitos legais.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto social o exercício das seguintes actividades: Seguro de automóvel; seguro de vida; seguro de equipamentos portáteis; seguro de crédito e financiamento; seguro de engenharia; seguro empresarial; seguro no trabalho; seguro de imóvel; seguro de transporte de carga, etc.

Dois) A sociedade poderá adquirir participação financeira em sociedades a constituir ou já constituídas, ainda que tenham objecto social diferente do da sociedade.

Três) A sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades desde que para elas esteja devidamente autorizada nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO QUARTO

(Quotas)

O capital social, integralmente subscrito em dinheiro, é de trinta e três milhões de meticais, divididos em quotas desiguais, assim distribuídas:

- a) Emídio Carlos Peho, com uma quota no valor nominal de dezanove milhões e oitocentos mil meticais, equivalentes a sessenta por cento do capital social;
- b) Benegito Carlos Peho, com uma quota no valor nominal de treze milhões e duzentos mil meticais equivalentes a quarenta por cento do capital social.

ARTIGO QUINTO

(Capital social)

Os sócios não serão obrigados a efectuar prestações suplementares de capital à sociedade, mas poderão efectuar suplementações a sociedade nas condições a estabelecer pela assembleia geral.

ARTIGO SEXTO

(Divisão e cessão de quotas)

A divisão, cessão e alienação das quotas é livre entre os sócios, para com terceiros dependendo do consentimento da sociedade e de outros sócios, que gozam do direito de preferência, em primeiro lugar para os filhos, e em segundo lugar para os sócios. Havendo mais do que um sócio interessado na aquisição ou alienação de quotas, será dividida pelos interessados na proporção das respectivas quotas, a concepção e alienação de quotas na sociedade será privilegiando em primeiro lugar aos parentes mais directos, isto é, os filhos dos sócios constituintes desta sociedade.

ARTIGO SÉTIMO

(Aumento do capital)

O capital social poderá ser aumentado sempre que a assembleia geral o decidir desde que sejam cumpridos os requisitos legais próprios.

CAPÍTULO III

Da assembleia geral, conselho fiscal, administração e representação

ARTIGO OITAVO

(Assembleia geral)

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano afim de aprovar o balanço e as contas do exercício, bem como a nomeação do administrador executivo da sociedade para além de deliberar sobre qualquer assunto previsto na ordem de trabalho.

Dois) A assembleia geral serão convocados pelo administrador executivo por meio de carta registada em protocolo ou por fax, com uma antecedência de quinze dias, desde que não seja dentro do procedimento exigido por lei.

Três) Para as assembleias gerais extraordinárias, o período indicado no numero anterior, poderá ser reduzido para (sete) dias, definido por convocação do administrador executivo ou a pedido de qualquer um dos sócios.

ARTIGO NONO

(Administração)

Um) A cada quota corresponderá a um voto do valor do capital.

Dois) As deliberações da assembleia-geral serão tomadas por simples maioria dos votos dos presentes ou representados, salvo os casos em que a lei exige maioria qualificada.

ARTIGO DÉCIMO

(Conselho fiscal)

Um) A fiscalização da sociedade incumbe um conselho fiscal composto por três membros eleitos pela assembleia geral que também designará o seu presidente.

Dois) As actividades do conselho fiscal podem ser confiadas a uma empresa independente, de auditoria e contas que sempre será solicitada para efectuação do relatório anual e de balanço de contas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Representatividade)

Um) Compete ao administrador executivo exercer a mais amplos poderes de gestão, representando a sociedade em juízo e fora dela, activa e passivamente, podendo praticar todos actos relativos a prossecução do seu objecto social, desde que a lei ou os presentes estatutos a reservem para a assembleia geral.

Dois) O administrador executivo poderá nomear por meio de contrato os directores, chefes de departamentos, técnicos, bem como todo pessoal que prestará serviços na sociedade ou representar em várias áreas da sociedade nos termos do artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial em vigor.

Três) São desde já nomeados os sócios Emídio Carlos Peho e Benegito Carlos Peho a desempenhar as funções de administradores cabendo-lhe as competências das alíneas um e dois do presente artigo.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

A sociedade fica obrigada mediante a assinatura dos administradores executivos ou seus mandatários.

CAPÍTULO IV

Das disposições diversas

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Período de exercício)

Um) O exercício social da sociedade corresponde ao ano civil, isto é, trinta e um de Dezembro de cada ano.

Dois) O balanço fechado com a data de trinta e um de Dezembro serão submetidos a aprovação da assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Findo balanço e verificado lucros, estes serão aplicados conforme a deliberação da assembleia geral, depois de deduzidos os fundos para a constituição ou reintegração da reserva da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

A sociedade só se dissolve nos casos previstos pela lei ou dissolvendo-se por acordo entre os sócios, estes procederão a liquidação conforme lhes aprouver.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Morte ou interdição)

Um) Por morte ou interdição de qualquer sócio, a sociedade não se dissolve, mas continuará com os sócios sobre vivos ou capazes e o representante legal do sócio falecido ou interdito.

Dois) Quanto aos herdeiros do sócio falecido ou interdito, a sociedade reserva-se o direito de:

- a) Se lhe interessar a continuação dos herdeiros do sócio falecido ou interdito na sociedade, este nomearão entre si um que a todos representará na sociedade enquanto a quota de manter indivisa;
- b) Se lhe não interessar a continuação deles na sociedade, esta procederá a respectiva amortização da quota com o pagamento do valor dele apurado num balanço expressamente para o efeito, em três prestações iguais.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

(Omissão)

Em tudo quanto fica omissa, será regulado pelo código comercial, e demais legislação em vigor na República de Moçambique.

Maputo vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Good Nutrition, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100494264, uma sociedade denominada Good Nutrition, Limitada.

Pelo presente escrito particular e ao abrigo do disposto no artigo noventa do Código Comercial, Francisco Arlindo da Costa Pereira, casado, natural de Vila Nova de Gaia, de nacionalidade portuguesa, residente na Avenida Julius Nyerere, número novecentos e cinquenta e quatro, décimo terceiro andar, Bairro da Polana, Maputo, titular do DIRE n.º 11PT00002650 N, emitido em vinte e um de Setembro de dois mil e dez, pelo Serviço de Migração e Estrangeiros, em Moçambique e válido até vinte e um de Setembro de dois mil e quinze, portador do NUIT 100002892 e Rui Jorge Afonso Pinto, casado, natural de Vila Nova de Gaia, de nacionalidade portuguesa, residente em Avenida Patrice Lumumba, número quinhentos e oitenta e nove, segundo andar, flat cinco, bairro do Polana, Maputo, titular do DIRE n.º 11PT00059793N, emitido aos doze de Novembro de dois mil e treze, pelo Serviço de Migração e Estrangeiros, em Moçambique e válido até doze de Novembro de dois mil e catorze, portador do NUIT 118924045 celebra o presente contrato de sociedade que tem por objecto a constituição de uma sociedade comercial por quotas, que se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação, natureza e duração)

Um) A sociedade comercial adopta a denominação de Good Nutrition, Limitada.

Dois) A Good Nutrition, Limitada, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sociedade comercial de direito moçambicano que se regerá pelos presentes estatutos, e na parte em que forem omissos, pela demais legislação aplicável.

Três) A sociedade constitui-se por tempo indeterminado.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede e representações sociais)

Um) A Good Nutrition, Limitada tem a sua sede social em Maputo, na Avenida Vinte e Quatro de Julho, número mil e cento e catorze, segundo andar, Bairro da Polana, Maputo.

Dois) A sociedade poderá transferir a sua sede para qualquer localidade do território nacional por simples decisão dos seus sócios.

Três) A sociedade poderá abrir ou encerrar filiais, sucursais, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação social, no país ou no estrangeiro, quando a administração o decidir.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto principal:

- a) Importação e distribuição de produtos alimentares e não alimentares;
- b) Importação e distribuição de produtos naturais e suplementos desportivos;
- c) Venda a grosso e a retalho;
- d) Representação de marcas;
- e) Prestação de serviços de aconselhamento nutricional;
- f) Prestação de serviços de aconselhamento desportivo;
- g) Prestação de serviços de manutenção corporal, nomeadamente spa, massagens estéticas e de recuperação, tratamentos de beleza;
- h) Importação e exportação e comercialização de quaisquer produtos e equipamentos relacionados com os serviços indicados nas alíneas anteriores.

Dois) A sociedade poderá exercer outras actividades conexas com o seu objecto principal e desde que para tal obtenha aprovação das entidades competentes.

Três) A sociedade poderá adquirir participações financeiras em sociedades a constituir ou constituídas, ainda que com objecto diferente do da sociedade, assim como associar-se com outras sociedades para a persecução de objectivos comerciais no âmbito ou não do seu objecto.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de duzentos mil meticais, e encontra-se dividido em duas quotas a saber:

- a) Uma quota no valor de cem mil meticais, equivalente a cinquenta

por cento do capital social, pertencente ao sócio Francisco Arlindo da Costa Pereira; e

- b) Uma quota no valor de cem mil meticais, equivalente a cinquenta por cento do capital social, pertencente ao sócio Rui Jorge Afonso Pinto.

ARTIGO QUINTO

(Prestações de suplementares)

Os sócios poderão efectuar prestações suplementares de capital ou suprimentos à sociedade nas condições que forem estabelecidas por lei.

ARTIGO SEXTO

(Administração, representação da sociedade)

Um) A administração e gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, bem como a sua representação, caberá a um ou mais sócios devidamente nomeados em assembleia geral.

Dois) É nomeado desde já, com dispensa da assembleia geral como gerente da sociedade o sócio Rui Jorge Afonso Pinto.

Três) A sociedade fica obrigada em todos os actos e contractos pela assinatura no mínimo de dois administradores ou de procurador expressamente nomeado para o efeito.

Quatro) A sociedade pode ainda fazer-se representar por procurador expressamente designado pela administração nos termos e limites específicos do respectivo mandato.

CAPÍTULO III

Das disposições gerais

ARTIGO SÉTIMO

(Balanço e contas)

Um) O exercício social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e contas de resultados fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano.

ARTIGO OITAVO

(Lucros)

Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-ão em primeiro lugar a percentagem legalmente indicada para constituir a reserva legal, enquanto não estiver realizada nos termos da lei ou sempre que seja necessário reintegrá-la.

ARTIGO NONO

(Dissolução)

A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO

(Disposições finais)

Um) Em caso de morte ou interdição dos seus sócios, a sociedade continuará com os

herdeiros ou representantes do falecido ou interdito, os quais nomearão entre si um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota permanecer indivisa.

Dois) Em tudo quanto for omissos nos presentes estatutos aplicar-se-ão as disposições do Código Comercial e demais legislação em vigor na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

LCD Serviços Construtivos, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100494191, uma sociedade denominada, LCD Serviços Construtivos, Limitada, entre:

Primeira. Helena da Clara Tito, solteira, de nacionalidade moçambicana, portadora do Bilhete de Identidade n.º 110100090514J, emitido aos vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, e válido até vinte e seis de Fevereiro de dois mil e quinze, residente na rua de Sisal, número sessenta e um, rés-do-chão, Bairro do Jardim, nesta cidade de Maputo;

Segundo. Edgar Estêvão David da Costa Lameira, solteiro, de nacionalidade moçambicana, portador do Bilhete de Identificação Civil n.º 110100637591P, emitido aos dois de Fevereiro de dois mil e doze e válido até dois de Fevereiro de dois mil e dezassete, residente na rua Major Teixeira Pinto, número cento e quarenta e quatro, primeiro andar, flat um, Bairro Chamanculo A, nesta cidade de Maputo;

Terceiro. Alek Jorge Batista de Sousa Castelo David, solteiro, de nacionalidade moçambicana, portador do Bilhete de Identificação Civil n.º 110101093343S, emitido aos vinte e sete de Julho de dois mil e doze e válido até vinte e sete de Julho de dois mil e dezassete, residente na rua da Guiné, número sessenta e um, rés-do-chão, bairro de Mafalala, nesta cidade de Maputo.

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação LCD – Serviços Construtivos, Limitada, tem a sua sede na cidade de Maputo, no Bairro de Jardim, na Rua de Sisal, número sessenta e um, rés-do-chão, bem como pode transferir a sede social para qualquer parte do território nacional.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sociedade é constituída por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto a prestação de serviços e actividades na área de construção civil, e o desenvolvimento de quaisquer actividades afins ou complementares ao objecto principal.

Dois) A sociedade poderá desenvolver outras actividades não previstas no presente contrato sendo para tal necessário a sua deliberação no conselho de gerência.

Três) A sociedade poderá adquirir participações em sociedades a constituir ou constituídas, ainda que tenham um objecto diferente do da sociedade, assim como associar-se a outras sociedades para a prossecução de objectivos comerciais no âmbito ou não do seu objecto, bem como, exercer as funções de gerente ou administradora noutras sociedades em que detenha ou não participações.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, em dinheiro subscrito e integralmente realizado, é de trinta mil meticais e corresponde à soma de três quotas iguais assim distribuídas:

- a) Uma quota no valor nominal de dez mil meticais, pertencente à sócia Helena da Clara Tito;
- a) Uma quota no valor nominal de dez mil meticais, pertencente ao sócio Edgar Estêvão David da Costa Lameira;
- a) Uma quota no valor nominal de dez mil meticais, pertencente ao sócio Alek Jorge Batista de Sousa Castelo David.

ARTIGO QUINTO

(Conselho de gerência)

Um) A administração e representação da sociedade competem a um conselho de gerência, composto por um máximo de três membros e um mínimo de um, eleitos em assembleia geral.

Dois) A administração da sociedade será exercida pela sócia gerente, senhora Helena da Clara Tito, desde já nomeada para directora-geral, e sócio gerente senhor Edgar Estêvão David da Costa Lameira, e sócio gerente senhor Alek Jorge Batista de Sousa Castelo David, deste já nomeados directores executivos, e a quem compete o exercício dos mais poderes de gestão e representação da sociedade, e assim sendo, os sócios podem nomear um singular para gerir a sociedade.

ARTIGO SEXTO

(Disposições finais)

Um) A sociedade só se dissolve nos casos previstos na lei.

Dois) A liquidação da sociedade será realizada nos termos deliberados em assembleia geral.

ARTIGO SÉTIMO

(Eleições)

Um) A primeira assembleia geral será convocada por um dos sócios fundadores.

Dois) Os membros dos órgãos sociais são eleitos cada três anos, sendo sempre permitida a sua reeleição.

ARTIGO OITAVO

(Herdeiros)

Em caso de morte, interdição ou inabilitação do sócio, os seus herdeiros assumem automaticamente o lugar da sociedade, podendo este nomear o seu representante se assim entender, desde que obedeçam o preceituado nos termos da lei.

ARTIGO NONO

(Omissos)

Os casos omissos serão regulados pelo código comercial e demais legislações vigentes na República de Moçambique.

Maputo, doze de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Maduro Construções, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezasseis de Março de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100277808, uma entidade denominada Maduro Construções Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial, entre:

Primeiro. António Buduio Francisco Malimangira, solteiro maior, natural de Maputo, residente em Maputo, Bairro Maxaquene C, cidade de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 080100180744M, emitido no dia vinte e dois de Abril de dois mil e dez, em Inhambane;

Segundo. Momedé António Hagi, solteiro maior, natural de Maputo, residente em Maputo, Bairro de Minkadjuine, cidade de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 11010099511M, emitido no dia cinco de Março de dois mil e dez, em Maputo.

ARTIGO PRIMEIRO

Tipo de firma

A sociedade adoptada é o tipo sociedade por quota de responsabilidade limitada que regerá pelo presente estatuto.

ARTIGO SEGUNDO

Denominação e sede

Um) A sociedade adopta a denominação de Maduro Construções, Limitada, e tem a sua sede localizada no Posto Administrativo da Machava, Bairro Tsalala, quarteirão número cinquenta e nove, Bloco Quatro, parcela setecentos e doze traço B, sexta rua.

Dois) Por simples deliberação da gerência, podem ser criadas sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação no território nacional ou estrangeiro.

ARTIGO TERCEIRO

Duração

A sua duração será por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da constituição.

ARTIGO QUARTO

Objecto

Um) A sociedade tem como objecto o exercício da actividade de empreiteiro de obras públicas e de construção civil.

Dois) A sociedade poderá adquirir participações financeiras em sociedades a constituir, já constituídas e em sociedades reguladas por leis especiais, ainda que tenham objecto social diferente daquela que exerce. E integrar agrupamentos complementares de empresas.

Três) A sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades desde que para o efeito esteja devidamente autorizada nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO QUINTO

O capital

O capital social, é de cento e cinquenta mil meticais, representados pelas seguintes quotas:

- a) Uma quota no valor nominal de setenta e cinco mil meticais, pertencente António Buduio F. Malimangira, corresponde a cinquenta por cento da quota da sociedade;
- b) Uma quota no valor nominal de setenta e cinco mil meticais pertencente a Momede António Hagi, corresponde a cinquenta por cento da quota da sociedade.

ARTIGO SEXTO

Aumento do capital

Um) Por deliberação dos sócios, o capital poderá ser aumentado ou diminuído quantas vezes forem necessárias desde que desde que a assembleias geral delibere sobre o assunto.

Dois) Podem ser exigidos prestações suplementares até um montante global igual ao dobro do capital social.

ARTIGO SÉTIMO

Divisão e cessão de quotas

Um) Sem prejuízo das disposições legais em vigor a cessão ou alienação total ou parcial de quotas dependerá do prévio consentimento dos sócios gozando estes do direito de preferência.

Dois) Na cessão onerosa de quotas a estranhos terão direito de preferência a sociedade os sócios sucessivamente. Se nem a sociedade, nem os sócios mostrarem interesse pela quota cedente, este decidirá a sua alienação a quem e pelos preços que melhor entender, gozando novo sócio dos direitos correspondentes à sua participação na sociedade.

ARTIGO OITAVO

Amortização de quotas

Um) A sociedade poderá amortizar qualquer quota:

- a) Com consentimento do titular;
- b) Em caso de morte ou insolvência da sociedade;
- c) Em caso de arresto, arrolamento ou penhora de quotas;
- d) Se esta for cedida sem prévio consentimento da sociedade.

Dois) A quota amortizada figurará no balanço como tal, podendo porém os sócios deliberarem nos termos legais a correspondente redução do capital ou aumento do valor, das restantes quotas, ou ainda, a criação de uma ou mais quotas de valor nominal compatível para alienação a sócios ou a terceiros.

ARTIGO NONO

Gestão e administração

Um) A administração e gestão da sociedade são exercidas por um gerente eleito em assembleia geral.

Dois) A sociedade ficará obrigada pela assinatura de um gerente ou procurador especialmente constituído pela gerência, nos termos e limites específicos do respectivo mandato, que obrigatoriamente membro da assembleia geral e por esta designado.

Três) A assembleia geral deliberará sobre a remuneração da gerência.

Quatro) É vedado qualquer dos gerentes ou mandatário assinar em nome da sociedade quaisquer actos ou contratos que digam respeito a negócios estranhos a mesma.

Cinco) Os actos de mero expediente poderão ser individualmente assinados por empregados da sociedade devidamente autorizados pela gerência.

ARTIGO DÉCIMO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano para apreciação e aprovação do balanço e contas dos exercícios findo e repartição de lucros e perdas.

Dois) A assembleia geral poderá reunir-se extraordinariamente quantas vezes forem necessárias desde que as circunstâncias assim o exijam para deliberar sobre quaisquer assuntos que digam respeito à sociedade.

Quatro) Os sócios podem livremente designar quem os representará nas assembleias gerais.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Herdeiros

Em caso de morte, interdição ou inabilitação de um dos sócios, os seus herdeiros assumem automaticamente o lugar na sociedade com dispensa de caução, podendo estes nomear seus representantes se assim o entenderem, desde que obedeçam o preceituado nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Dissolução

A sociedade só se dissolve nos termos fixados pela lei ou por comum acordo dos sócios quando assim o entenderem.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Disposições transitórias

A administração e gestão da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica desde já a cargo do sócio António Buduio Malimangira.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Casos omissos

Os casos omissos serão regulados pela legislação da Indústria de Construção Civil vigente e aplicável na República de Moçambique.

Maputo, quinze de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

**AA Wholesalers, Limitada**

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e dois de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100495295, uma entidade denominada AA Wholesalers, Limitada.

Entre:

Bernardo Lapsone, natural de Morrumbene, de nacionalidade moçambicana, portador do Passaporte n.º 12AB43404, emitido na cidade de Maputo aos onze de Agosto de dois mil e onze, residente no bairro da Mozal, Matola.

Hahilton Bernardo Lapsone, natural de Maxixe, de nacionalidade moçambicana, portador do Bilhete de Identidade n.º 100100963061, e residente no distrito de Boane, Bebeluane.

É celebrado e mutuamente aceite o presente contrato de sociedade que se rege pelas cláusulas seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação)

A sociedade adopta a denominação de AA Wholers, Limitada, sendo uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que rege pelos presentes estatutos e demais legislação aplicáveis.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A duração da sociedade é por um tempo indeterminado, contando se o seu começo a partir da data da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

(Sede)

Um) A sociedade tem a sua sede na província de Maputo, distrito de Boane - Matola rio podendo ser transferida para outro local por decisão de assembleia geral.

Dois) A sociedade poderá deslocar a sede social, bem como poderá instalar e manter sucursais e outras formas de representação social, bem como escritório e estabelecimento onde julgar conveniente em qualquer ponto de país ou no estrangeiro.

ARTIGO QUARTO

(Objecto)

A sociedade tem por objectivo principal seguinte:

- a) Comércio geral de venda a grosso e a retalho de electrodomésticos, diversos utensílios domésticos, artigos para casa e material informático;
- b) Outros produtos com importação e exportação;
- c) Prestação de serviços na área de contabilidade e auditoria e intermediação de negócios.

ARTIGO QUINTO

(Capital social)

Um) O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cem mil metcais, correspondente à soma das duas quotas:

- a) Uma quota com o valor nominal de noventa mil metcais, pertencente ao sócio Bernardo Lapsone que corresponde a noventa por cento da quota;
- b) Uma quota com o valor nominal de dez mil metcais, pertencente ao sócio Hahilton Bernardo Lapsone que corresponde a dez por cento da quota.

ARTIGO SEXTO

(Aumento do capital social)

O capital pode ser aumentado uma vez ou mais vezes conforme os negócios sociais com a observância das disposições aplicáveis na lei em vigor em Moçambique.

ARTIGO SÉTIMO

(Suprimentos)

Qualquer dos sócios poderá efectuar suprimentos à sociedade, nos termos e condições a fixar em assembleia geral.

ARTIGO OITAVO

(Balanço)

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e as contas dos resultados fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e serão submetidos à apreciação da assembleia geral.

ARTIGO NONO

(Assembleias gerais)

Os sócios podem livremente designar quem os representara nas assembleias gerais.

ARTIGO DÉCIMO

(Administração)

A gerência e administração da sociedade, bem como a sua representação, será exercida, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pelo sócio Hahilton Bernardo Lapsone que desde já fica nomeado gerente.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Forma de obrigar)

Um) A sociedade fica obrigada:

Pela assinatura do socio-gerente que podera designar um ou mas mandatários estranhos a sociedade, desde que autorize pela assembleia geral dos sócios, nestes delegar total ou parcialmente os seus poderes.

Dois) Nos actos e documentos de mero expediente é suficiente a assinatura de qualquer um dos administradores, ou do mandatário com poderes bastantes para o efeito.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Extinção, morte e interdição)

Um) Por extinção de morte de um dos socios continuara a quota indevisa, com os

seus sucessores ou herdeiros, representantes legais do extinto falecido ou interdito, os quais exerceram em comum os respectivo direitos.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Dissolução)

Um) A sociedade dissolve-se nos termos da lei.

Dois) A sociedade dissolvida só poderá retomar a actividade por deliberação unânime de todos os sócios.

Três) A liquidação da sociedade deverá ser concluída no prazo máximo de dois anos contados da data da dissolução.

Quatro) Os liquidatários devem pagar todas as dívidas da sociedade para as quais seja suficiente o activo social.

Cinco) Os créditos da sociedade sobre terceiros devem ser reclamados pelos liquidatários.

Seis) O activo restante, depois de satisfeitos ou calculados os direitos dos credores da sociedade, poderá ser partilhado entre os sócios, na proporção das respectivas quotas, em espécie, eventualmente com torna entre os sócios.

Seis) Liquidação, desde que exista acordo escrito dos credores sociais, poderá, por deliberação dos sócios tomada em assembleia geral, ser feita por transmissão global do património da sociedade a um ou mais sócios, ou a terceiros através de licitação.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Omissões)

Em tudo quanto fica omissão, regularão as disposições legais do Código Comercial e demais legislação aplicável.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e cat orze. — O Técnico, *Ilegível*.

Dugongo Artes – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e seis de Janeiro de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100272873, uma entidade denominada Dugongo Artes – Sociedade Unipessoal, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial:

Único: José Francisco Signes Pedro, casado, de nacionalidade espanhola, com o Passaporte n.º XDA 51 8748, válido até cinco de Junho de dois mil e treze, emitido pela Embaixada da Espanha.

Pelo presente contrato de sociedade outorga e constitui uma sociedade unipessoal por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e sede)

Um) A sociedade adopta a denominação de Dugongo Artes – Sociedade Unipessoal, Limitada, com sede no bairro das Mahotas, Rua número quatro mil oitocentos e setenta Quarteirão, número trinta e sete.

Dois) Mediante simples decisão do sócio único, a sociedade poderá deslocar a sua sede para dentro do território nacional, cumprindo os necessários requisitos.

Três) O sócio único poderá decidir sobre a abertura, encerramento de sucursais, filiais, ou qualquer tipo de representação dentro e fora do país quando for conveniente.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sociedade é constituída por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da celebração do seu acto constitutivo.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto social)

Um) A sociedade tem como objecto:

- O exercício da actividade de indústria, comércio e turismo;
- A prestação de serviços e gestão de projectos;
- Produção, importação e exportação, compra e venda de todo tipo de obras de arte e artesanato;
- A detenção de participações financeiras no capital de outras empresas sob a forma de acções ou quotas, ainda que com objecto diferente do da sociedade, assim como associar-se com outras sociedades para persecução de objectivos comerciais no âmbito ou não do seu objecto.

Dois) A sociedade poderá exercer outras actividades conexas com o seu objecto principal e desde que para tal obtenha aprovação das entidades competentes.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente realizado dinheiro, é de vinte mil meticais, correspondendo

a uma única quota, subscrita pelo sócio único José Francisco Signes Pedro.

CAPÍTULO III

Da gerência e representação da sociedade

ARTIGO QUINTO

(Gerência)

Um) A direcção da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele pertence ao sócio único, que desde já fica nomeado gerente com dispensa de caução.

Dois) O gerente poderá nomear procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos, podendo delegar em algum ou alguns deles competências para certos negócios ou categorias de actos.

Três) A sociedade obriga-se validamente mediante assinatura do sócio único.

CAPÍTULO V

Das disposições gerais

ARTIGO SEXTO

(Balanço e prestação de contas)

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e a conta de resultados fecham a trinta e um de Dezembro de cada ano.

ARTIGO SÉTIMO

(Resultados e sua aplicação)

Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-á, em primeiro lugar, a percentagem legal estabelecida para a constituição do fundo de reserva legal, enquanto se não encontrar realizada nos termos da lei, ou sempre que for necessário reintegrá-la.

ARTIGO OITAVO

(Dissolução e liquidação da sociedade)

Um) A sociedade dissolve-se nos termos fixados na lei e nos estatutos.

Dois) Por falecimento do sócio único, a sociedade continuará com os herdeiros, do que devem nomear entre si um, que a todos represente na sociedade, enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

ARTIGO NONO

(Disposições finais)

As omissões serão resolvidas de acordo com o Código Comercial em vigor em Moçambique e demais legislação aplicável.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Samaytrading – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia catorze de Outubro de dois mil e treze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100434660, uma entidade denominada Samaytrading – Sociedade Unipessoal, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do código Comercial.

Nizarali Bahadurali Minsaria, portador do Passaporte n.º Z1738267 emitido em vinte e quatro de Novembro de dois mil e onze válido até vinte e três de Fevereiro de dois mil e vinte e um, natural de Índia, de nacionalidade indiana, residente na Avenida Albert Lithuli número setecentos e dezoito, bairro do Alto Maé, nesta cidade de Maputo, constitui uma sociedade entre si que se regerá pelos seguintes artigos:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação da sede)

A sociedade adopta a denominação de Samay Trading – Sociedade Unipessoal, Limitada, tem a sua sede na cidade de Maputo, a sociedade poderá mediante deliberação do conselho de gerência mudar a sua sede social dentro do país, criar e extinguir sucursais, agências, dependências, escritórios ou qualquer outra forma de representação, no território nacional ou no estrangeiro, observando os requisitos legais.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sociedade constitui-se por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos efeitos, a partir da data da sua assinatura.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto da sociedade)

A sociedade tem como objecto principal o comércio a grosso e a retalho com importação e exportação de:

- Produtos alimentares, géneros frescos, electrodomésticos, perfumaria, beleza e higiene, artigos de limpeza e similares, livraria, papelaria, artigos de escritório, material de desenho, pintura e escolar, tecido, modas e confecções, artigos de vestuário, bijutarias, cortinados e seus acessórios;
- A sociedade poderá participar em outras sociedades já ou a constituir, exercer actividades comerciais ou industriais conexas, complementares ou subsidiárias da

actividade principal, para as quais obtenha as necessárias autorizações.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e de vinte mil meticais, e correspondente a cem por cento do capital social pertencente ao único socio Nizarali Bahadurali Minsaria.

ARTIGO QUINTO

(Aumento da Capital)

O capital social, poderá ser aumentado ou diminuído desde que a assembleia assim o delibere.

ARTIGO SEXTO

(Cessão e divisão de capital)

A cessão ou divisão da quota, observados as disposições legais em vigor é livre do sócio, mas a estranhos, dependendo do consentimento da sociedade que terá o direito de preferência em primeiro lugar, e o sócio em segundo.

ARTIGO SÉTIMO

(Administração e gerência)

Parágrafo um - A administração, gerência da sociedade e sua representação em juízo dentro ou fora dela activa ou passivamente será exercida pelo sócio Nizarali Bahadurali Minsaria, que outorga neste acto por si.

Parágrafo dois - O administrador pode delegar os seus poderes a pessoas ligadas a sociedade ou a estranhos, devendo o instrumento de delegação indicar expressamente o âmbito e a extensão desses poderes.

Parágrafo três - Os administradores são competentes para obrigar a sociedade em todos os seus actos.

Parágrafo quatro - Os administradores são vinculados por estes estatutos e outros regulamentos internos da empresa, já definidos.

ARTIGO OITAVO

(Dissoluções)

A sociedade não se dissolve por morte ou interjeição dosócio, antes continuará com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito.

ARTIGO NOVO

(Assembleia geral)

A assembleia geral ordinária reunirá uma vez em cada ano, para apreciação, aprovação ou modificação do balanço e contas do exercício, bem como para deliberar sobre quaisquer outros assuntos constantes da respectiva convocatória, e em sessão extraordinária, sempre que se mostrar necessário.

ARTIGO DÉCIMO

(Balanço)

Dos lucros apurados em cada exercício depois de deduzidos cinco por cento para fundo de reserva legal e feitas outras deduções que se julgar necessário. Em assembleia destes os fundos terão enquadramento necessário a situação que for merecido por estes.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Exoneração dos sócios)

Em todo o caso omissos regularão as disposições legais vigentes e aplicáveis na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.



Kubumula – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezasseis de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100434660, uma entidade denominada Kubumula – Sociedade Unipessoal, Limitada.

É celebrado o seguinte contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do código comercial, entre:

Marta Bernaldino Maloa, de trinta e três anos de idade, solteira, de nacionalidade moçambicana, portador do Bilhete de Identidade n.º 110102578925B, emitido pelos Serviços de Identificação da Cidade de Maputo em onze de Novembro de dois mil e doze com validade até onze de Novembro de dois mil e dezassete.

Pelo presente contrato de sociedade outorga e constitui uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e sede)

Um) A sociedade adopta a denominação de Kubumula – Sociedade Unipessoal, Limitada, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada e tem a sua sede na cidade de Maputo, Avenida Lucas Luali número oitocentos e vinte e três, primeiro andar.

Dois) A sociedade poderão abrir filiais, sucursais, delegações, outras formas de representação em território nacional ou no estrangeiro, mediante deliberação da sócia única.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sociedade é criada por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data de celebração de escritura pública de constituição.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem como objecto principal *marketing* e publicidade.

Dois) A sociedade poderão igualmente exercer qualquer outra actividade de natureza comercial, industrial e pecuária, por lei permitida, desde que para tal obtenha a aprovação das entidades competentes.

ARTIGO QUARTO

(Aquisição de participações)

A sociedade poderá, mediante deliberação dos sócios, participar, directamente ou indirectamente, em quaisquer projectos, quer sejam similares ou diferentes dos desenvolvidos pela sociedade, bem assim adquirir, deter, reger e alienar participações sociais noutras sociedades.

CAPÍTULO II

Do capital social, administração e representação da sociedade

ARTIGO QUINTO

(Capital social)

Um) O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de quarenta mil meticais, correspondente a única sócia Marta Bernardino Maloa e equivalente a cem por cento do capital social.

Dois) A sócia única esta autorizado a fazer prestações suplementares de capital ate ao montante global de cem vezes o capital social.

ARTIGO SEXTO

(Administração)

A gerência da sociedade, remunerada ou não conforme a decisão da sócia única, fica a cargo desta, o qual desde já fica nomeada gerente, podendo designar outros gerentes para a sociedade.

ARTIGO SÉTIMO

(Formas de obrigar a sociedade)

Um) A sociedade fica validamente obrigada pela assinatura da sócia única em todos os actos e contratos, podendo este, para determinados actos, delegar poderes a procurador especialmente constituído, nos precisos termos e limites do respectivo mandato.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Casos omissos)

Em tudo quanto fica omissos regularão as disposições do código Comercial, e demais Legislação aplicável na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

DEL, Diamond Express Logistics – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e um de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100494590, uma entidade denominada DEL, Diamond Express Logistics – Sociedade Unipessoal, Limitada.

Ivo David Tembe, maior, solteiro, de nacionalidade moçambicana, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100744554F emitido pelo Arquivo de Identificação de Maputo aos vinte e três de Dezembro de dois mil e dez, válido por cinco anos, residente na Avenida Vinte e Quatro de Julho número setecentos e nove, décimo andar cidade de Maputo.

Constitui pelo presente escrito particular, uma sociedade por quotas unipessoal, de responsabilidade limitada, que se regerá pelos seguintes artigos:

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, duração e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Natureza, duração, denominação e sede)

Um) A sociedade adopta a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada e será constituída por tempo indeterminado, adoptando a firma DEL, Diamond Express Logistics – Sociedade Unipessoal, Limitada, sendo regulada por este contrato de sociedade e pela respectiva legislação aplicável.

Dois) A sociedade terá a sua sede social na cidade de Maputo, Moçambique.

Três) A sede da sociedade poderá ser transferida para qualquer outro local dentro de Moçambique, mediante deliberação da administração.

Quatro) A sociedade poderá criar sucursais, escritórios ou qualquer outra forma de representação, em Moçambique ou no estrangeiro, cumpridas as devidas formalidades legais, competindo a gerência decidir, caso a caso, a sua abertura e o seu encerramento.

ARTIGO SEGUNDO

(Objecto social)

Um) A sociedade tem por objecto a:

- a) Agenciamento;
- b) Contabilidade;
- c) Mobilização financeira e de investimentos;
- d) Assistência técnica e *marketing*;
- e) Comércio por grosso e a retalho com importação e exportação;
- f) Prestação de serviços e consultoria no agenciamento de navios e respectiva assistência técnica;
- g) Assistência técnica de equipamentos industriais e motores diversos;
- h) Recepção e entrega de encomendas postais.

Dois) A sociedade poderá ainda exercer outras actividades conexas, complementares ou subsidiárias do objecto principal ou qualquer outro ramo de indústria ou comércio permitido por lei que a gerência delibere explorar.

Três) Mediante deliberação em assembleia geral aprovada por uma maioria de sócios, a sociedade poderá também adquirir participações noutras sociedades, constituídas ou a constituir, em Moçambique ou no estrangeiro.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO TERCEIRO

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de dez mil meticais correspondente a uma única quota pertencente a Ivo David Tembe.

ARTIGO QUARTO

(Aumento do capital social)

O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes, através de novas entradas, em dinheiro ou em espécie, ou através da conversão de reservas, resultados ou passivo em capital, mediante deliberação da gerência da sociedade.

CAPÍTULO III

Da gestão, representação e vinculação

ARTIGO QUINTO

(Gestão e representação da sociedade)

Um) A sociedade será gerida e administrada pelo sócio único Ivo David Tembe que fica desde já nomeado Administrador.

Dois) O administrador pode nomear directores que poderão participar nas reuniões do conselho de gerência e usar da palavra, mas não poderão votar.

Três) O sócio único (administrador) tem poderes absolutos de gestão e representação da sociedade, conforme a lei e os presentes estatutos.

Quatro) Compete ao sócio único (administrador):

- a) Representar a sociedade, activa ou passivamente, em juízo ou fora dele, propor e levar a cabo actos, dar conta deles e também exercer funções de árbitro;
- b) Adquirir, vender e trocar ou atribuir como fiança, o activo da sociedade;
- c) Adquirir ou subscrever participação em sociedades estabelecidas ou a estabelecer, assim como em qualquer associação ou grupo económico;
- d) Transferir ou adquirir propriedades, sublocar, conceder, arrendar ou alugar qualquer parte da propriedade da sociedade;
- e) Abrir e gerir contas bancárias da sociedade;
- f) Pedir empréstimo de dinheiro ou fundos, amortizar as contas bancárias da sociedade ou dar qualquer garantia em termos legalmente permitidos;
- g) Negociar e assinar contratos visando a materialização dos objectivos da sociedade.

ARTIGO SEXTO

(Responsabilidade)

Os membros do conselho de gerência serão pessoalmente responsáveis por todos os actos praticados no exercício das suas funções e serão responsáveis perante a sociedade e o(s) sócio(s) pelo cumprimento dos seus mandatos.

ARTIGO SÉTIMO

(Vinculação da sociedade)

A sociedade obriga-se com a assinatura:

- a) Do administrador ou gerente da sociedade para assuntos de natureza corrente;
- b) Conjunta do gerente da sociedade e do único sócio para qualquer acto que vincule a sociedade em qualquer importância acima de cem mil meticais;
- c) De qualquer mandatário com poderes especiais para o acto, nos termos da respectiva procuração; ou
- d) No caso dos processos judiciais, por um advogado constituído para o efeito.

CAPÍTULO IV

Do exercício social

ARTIGO OITAVO

(Exercício social)

Um) O exercício social não coincide com o ano civil, encerrando a trinta e um de Março de cada ano.

Dois) A sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei e após decisão da assembleia geral, sendo os liquidatários os administradores em exercício à data em que ocorrer a dissolução, salvo se a assembleia geral decidir de outro modo.

Três) A liquidação será extra-judicial ou judicial, conforme seja deliberado por assembleia geral.

Quatro) A sociedade poderá ser imediatamente liquidada, mediante a transferência de todos os seus bens, direitos e obrigações a favor do sócio único desde que se tenha obtido um acordo escrito de todos os credores.

Cinco) Se a sociedade não for imediatamente liquidada nos termos do parágrafo segundo supra e sem prejuízo de outras disposições legais imperativas, todas as dívidas e responsabilidades da sociedade (incluindo, sem restrições, todas as despesas incorridas com a liquidação e quaisquer empréstimos vencidos) serão pagas ou reembolsadas antes que possam ser transferidos quaisquer fundos ao sócio único.

CAPÍTULO VI

Das disposições finais

ARTIGO DÉCIMO

(Contas bancárias)

Um) A sociedade deve abrir e manter, em nome da sociedade, uma ou mais contas separadas para todos os fundos da sociedade, num ou mais bancos, conforme seja periodicamente determinado pela gerência.

Dois) A sociedade não pode misturar fundos de quaisquer outras pessoas com os seus.

Três) A sociedade deve depositar nas suas contas bancárias todos os seus fundos, receitas brutas de operações, contribuições de capital, adiantamentos e recursos de empréstimos.

Quatro) Todas as despesas da sociedade, reembolsos de empréstimos e distribuição de dividendos ao sócio único, devem ser pagos através das contas bancárias da sociedade.

Cinco) Nenhum pagamento poderá ser feito a partir das contas bancárias da sociedade, sem autorização e/ou assinatura do administrador e/ou do gerente.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Direito aplicável)

O presente contrato de sociedade reger-se-á pela lei moçambicana.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Nomeação dos membros de órgãos sociais da sociedade)

Os membros dos cargos societários da sociedade serão nomeados em primeira assembleia geral.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Paulo Pimenta – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e um de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100494582 uma entidade denominada Paulo Pimenta–Sociedade Unipessoal, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade unipessoal, nos termos do artigo noventa do Código Comercial:

Paulo Jorge Pimenta Pedro, maior, divorciado, de nacionalidade portuguesa, natural de Lisboa, Freguesia de Alcântara, com o Passaporte n.º M713339, emitido aos doze de Agosto de dois mil e treze, pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, constitui uma sociedade por quotas com um único sócio, que passa a reger-se pelas disposições que se seguem:

CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e sede

A sociedade adopta a denominação de Paulo Pimenta - Sociedade Unipessoal, Limitada, e tem a sua sede na Rua da Frente de Libertação de Moçambique, número cento e trinta e oito, rés-do-chão, podendo abrir delegações ou quaisquer outras formas de representação em qualquer parte do território nacional, ou no estrangeiro e rege-se pelos presentes estatutos e demais legislação aplicável.

ARTIGO SEGUNDO

Duração

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o seu começo a partir da data de constituição.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto a prestação de serviço nas áreas de agenciamento, assessoria, gestão, coordenação e apoio à organização administrativa de empresas.

Dois) A sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades complementares ou subsidiárias das atrás referidas, ou qualquer outra actividade de natureza comercial ou industrial por lei permitida ou para que obtenha as necessárias autorizações, conforme for decidido pela sócia.

CAPÍTULO II

Do capital social, quotas, aumento e redução do capital social

ARTIGO QUARTO

Capital social

Um) O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de três mil meticais, e corresponde a uma única quota com o mesmo valor nominal, pertencente ao único sócio Paulo Jorge Pimenta Pedro.

Dois) A sociedade poderá adquirir ou participar no capital social de outras sociedades comerciais ou industriais, mesmo com objecto social diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais, bem como fazer parte de consórcios, agrupamentos complementares de empresas ou associações em participação.

ARTIGO QUINTO

Aumento e redução do capital social

Um) O capital social pode ser aumentado ou reduzido mediante decisão do sócio, alterando-se em qualquer dos casos o pacto social para o que se observarão as formalidades estabelecidas por lei.

Dois) Decidida qualquer variação do capital social, o montante do aumento ou diminuição será rateado pelo sócio único, competindo ao sócio decidir como e em que prazo deverá ser feito o seu pagamento quando o respectivo capital não seja logo inteiramente realizado.

ARTIGO SEXTO

Prestações suplementares

Não haverá prestações suplementares de capital. O sócio poderá fazer os suprimentos à sociedade, nas condições fixadas por ela ou pelo conselho de administração a nomear.

CAPÍTULO III

Administração e representação

ARTIGO SÉTIMO

Administração da sociedade

Um) A administração da sociedade é exercida por um ou mais administradores, podendo ser o próprio sócio ou ainda pessoas estranhas à sociedade, que ficarão dispensados de prestar caução, a ser escolhido pelo sócio, que se reserva o direito de os dispensar a todo o tempo.

Dois) O sócio, bem como os administradores por ele nomeados, por ordem ou com autorização deste, podem constituir um ou mais procuradores, nos termos e para os efeitos da lei. Os mandatos podem ser gerais ou especiais e tanto o sócio como os administradores poderão revogá-los a todo o tempo, estes últimos mesmo sem autorização prévia do sócio, quando as circunstâncias ou a urgência o justifiquem.

Três) Compete à administração a representação da sociedade em todos os seus actos, activa e passivamente, em juízo e fora dele, tanto na ordem jurídica interna como internacionalmente, dispondo de mais amplos poderes legalmente consentidos para a prossecução do objecto social, designadamente, quanto ao exercício da gestão corrente dos negócios sociais.

ARTIGO OITAVO

Direcção-geral

Um) A gestão corrente da sociedade poderá ser confiada a um director-geral, eventualmente assistido por um director adjunto, sendo ambos empregados da sociedade.

Dois) Caberá a administração designar o director-geral e o airector adjunto bem como fixar as respectivas atribuições e competência.

ARTIGO NONO

Formas de obrigar a sociedade

Um) A sociedade fica obrigada pela assinatura:

Do sócio único, ou pela do seu procurador/a quando exista.

Dois) Os actos de mero expediente poderão ser assinados pelos directores ou por qualquer empregado por eles expressamente autorizado.

CAPÍTULO IV

Disposições gerais

ARTIGO DÉCIMO

Balanço e prestação de contas

Um) O ano social coincide com o ano civil, iniciando a um de Janeiro e terminando a trinta e um de Dezembro.

Dois) O balanço e a conta de resultados fecham a trinta e um de Dezembro de cada ano, devendo a administração da sociedade organizar as contas anuais e elaborar um relatório respeitante ao exercício e uma proposta de aplicação de resultados.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Resultados e sua aplicação

Um) Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-á, em primeiro lugar, a percentagem legal estabelecida para constituição do fundo

de reserva legal, enquanto se não encontrar realizada nos termos da lei, ou, sempre que for necessário reintegrá-la.

Dois) A parte restante dos lucros será aplicada nos termos que forem decididos pelo sócio único.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Dissolução e liquidação da sociedade

Um) A sociedade somente se dissolve nos termos fixados na lei.

Dois) Declarada a dissolução da sociedade, proceder-se-á a sua liquidação gozando os liquidatários, nomeados pelo sócio, dos mais amplos poderes para o efeito.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Morte, interdição ou inabilitação

Um) Em caso de morte, interdição ou inabilitação do sócio, a sociedade continuará com os herdeiros e na falta destes com os representantes legais, caso estes manifestem a intenção de continuar na sociedade no prazo de seis meses após notificação.

Dois) Caso não hajam herdeiros ou representantes legais, poderão os interessados pagar e adquirir a quota do sócio, a quem tem direito, pelo valor que o balanço apresentar à data do óbito ou da certificação daqueles estados.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Amortização de quotas

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo;
- b) Se a quota for penhorada, dada em penhor sem consentimento da sociedade, arrestada ou por qualquer forma apreendida judicial ou administrativamente e sujeito a venda judicial.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Disposição final

Tudo o que ficou omissa será regulado e resolvido de acordo com a lei comercial.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.



Custódio Alfredo Despachante Aduaneiro – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezasseis de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL

100493462 uma entidade denominada Custódio Alfredo Despachante Aduaneiro – Sociedade Unipessoal, Limitada.

É constituído o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial.

Único sócio: Custódio Alfredo, solteiro, maior, natural de Nindi, distrito de Angónia, residente na Rua Aniceto Rosário, número quarenta e oito, rés-do-chão, bairro Central, na cidade de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110102503374Q, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo, aos vinte e oito de Março de dois mil e treze.

Que, pelo presente contrato de sociedade que outorga, livre de qualquer coacção, constitue uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, duração e objecto social

ARTIGO PRIMEIRO

É constituída nos termos da lei e do presente pacto, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que adopta a denominação de Custódio Alfredo Despachante Aduaneiro – Sociedade Unipessoal, Limitada, abreviadamente designada por CA-Despachante, SU – Limitada, que se regerá pelos presentes estatutos, pelo regulamento do licenciamento e demais legislação aplicável.

ARTIGO SEGUNDO

Um) A sociedade tem a sua sede na cidade de Maputo.

Dois) Por deliberação do único sócio, pode transferir a sede para qualquer outro local no território nacional ou estrangeiro, abrir ou fechar delegações, sucursais, filiais ou qualquer outra forma de representação no território nacional ou no estrangeiro, desde que obtenha as necessárias autorizações.

ARTIGO TERCEIRO

Parágrafo único: A duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da sua constituição.

ARTIGO QUARTO

Um) A sociedade tem por objecto principal o exercício das actividades de despachos aduaneiros de mercadorias.

Dois) O objecto social compreende, ainda, outras actividades de natureza acessória ou complementar da actividade principal.

Três) Por deliberação do único sócio, a sociedade poderá dedicar-se a outras actividades na área prestação de serviços de logística, do

comércio, da indústria, agricultura, da pecuária, de transporte e comunicação, de construção, e/ou de turismo, nos termos da lei, ou ainda associar-se por qualquer forma legalmente permitida ou participar no capital de outras empresas.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO QUINTO

Um) O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de vinte mil meticais, representado por uma única quota de vinte mil meticais, correspondente a cem por cento do capital social pertencente ao único sócio, Custódio Alfredo.

Dois) O capital social poderá ser aumentado ou reduzido uma ou mais vezes por decisão do único sócio.

ARTIGO SEXTO

Parágrafo único. Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, podendo, porém, o único sócio conceder à sociedade os suprimentos de que necessite, nos termos e condições fixados por este.

CAPÍTULO III

Divisão, cessão, oneração, alienação de quotas e dissolução

ARTIGO SÉTIMO

Um) A quota é indivisível e não pode ser cedida ou transferida a terceiros, bem como a constituição de quaisquer ónus ou encargos sobre a mesma, sem a deliberação do único sócio, se posta à venda, a cessão dela, será realizada a alteração contratual pertinente.

Dois) Nula é qualquer divisão, cessão, oneração ou alienação de quotas que não observe o preceituado no presente artigo.

ARTIGO OITAVO

Parágrafo único: Por morte ou interdição do único sócio, os herdeiros ou representantes legais do falecido ou interdito, designarão entre si um que a todos represente perante a sociedade, enquanto a quota permanecer indivisa.

ARTIGO NONO

Parágrafo único: A sociedade só se dissolve por deliberação do único sócio ou nos termos e condições previstos por lei.

Por morte ou interdição do único sócio, os herdeiros ou representantes legais do falecido ou interdito, designarão entre si um que a todos represente perante a sociedade, enquanto a quota permanecer indivisa.

CAPÍTULO IV

Da gestão e representação da sociedade

ARTIGO DÉCIMO

Parágrafo único: Para a administração e gestão da sociedade e sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, são conferidas ao único sócio Custódio Alfredo, desde já nomeado gerente cuja assinatura obriga validamente à sociedade em todos os actos e contratos.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Parágrafo único: O gerente poderá delegar os seus poderes na sua totalidade ou em parte, mediante instrumento legal com poderes para tais efeitos.

CAPÍTULO V

Da retirada, do balanço e distribuição de resultados

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Um) Por deliberação do único sócio, poderá se fixar uma retirada mensal, a título de “*pró-labore*” para o gerente e os não sócios, observadas as condições regulamentares.

Dois) Os exercícios sociais coincidem com os anos civis.

Três) O balanço e contas de resultado fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano, e serão submetidos à apreciação do único sócio.

Quatro) Deduzidos os encargos gerais, amortizações, e encargos dos resultados líquidos apurados em cada exercício, serão retirados os montantes necessários para a criação dos seguintes fundos:

- i) De reserva legal, não superior a vinte por cento dos lucros, e não devendo ser inferior a quinta parte do capital social;
- ii) Outras reservas necessárias para garantir o equilíbrio económico-financeiro da sociedade.

Cinco) A reserva legal pode ser utilizada para:

- i) Incorporação no capital social;
- ii) Cobrir parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas determinadas pelo contracto de sociedade;
- iii) O remanescente terá aplicação que for deliberada pela assembleia.

CAPÍTULO VI

Das disposições finais

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Um) A sociedade só se dissolve nos casos previstos na lei. Se for por acordo, será a sociedade liquidada conforme da decisão assembleia geral.

Dois) Os casos omissos serão regulados pelas disposições legais em vigor e demais legislação aplicável.

E assim, por estar justo e contratado, o único sócio assina o presente instrumento.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.



Rizile Cleaners, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e um de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100494450 uma entidade denominada Rizile Cleaners, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade nos termos do artigo noventa do Código Comercial. Entre:

Maria Alina Januário André Bungueia, solteira, de nacionalidade moçambicana, residente na cidade de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100040821P, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo, vinte e dois de Dezembro de dois mil e nove;

Otto Moswane, casado com Sharmain Moswane em regime de comunhão de bens, de nacionalidade sul-sférica, residente na cidade de África do Sul, portador do Passaporte n.º 480858179, emitido na África do Sul, aos vinte e oito de Outubro de dois mil e oito;

Yara Fernanda Martins Fondo, solteira, de nacionalidade moçambicana, residente na cidade de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100103032B, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo, dez de Março de dois mil e dez.

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação)

A sociedade adopta a denominação de Rizile Cleaners, Limitada, é uma sociedade por quota de responsabilidade limitada, criada por tempo indeterminado e rege-se pelos presentes estatutos e demais legislação aplicável.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

A sociedade tem a sua sede em Maputo, Rua dos Eucálptos número trezentos e sete,

Triunfo, podendo por deliberação dos sócios abrir filial, sucursais, delegações ou outras formas de representação em território nacional ou no estrangeiro, nos termos e dentro dos limites da lei.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto os seguintes:

- a) Prestação de serviços de limpeza profissional residencial e comercial;
- b) Participações em negócios nas diversas actividades comerciais e industriais a desenvolver no país bem como deter e gerir participações sociais noutras sociedades com forma indirecta de exercício de actividade económicas, podendo prestar serviços técnicos de administração e gestão das sociedades participativas ou a sociedades com as quais celebra contratos de subordinação;
- c) Importação e exportação e comercialização de bens e serviços;
- d) Venda a grosso e ou a retalho de bens e serviços;
- e) Representações, gestão de investimento, intermediação e exploração mineira;
- f) Promoção, gestão de investimentos, realização de projectos, nas áreas de imobiliária, arquitectura, planeamento, fiscalização, coordenação e gestão de projectos e obras públicas e privadas, promoção e realização de empreendimentos, e ainda o exercício da actividade de gestão de empreendimentos de construção, gestão por concessão pública, municipal ou privada da exploração e sua manutenção.

Dois) A sociedade poderá exercer qualquer outra actividade de natureza comercial ou industrial, que os sócios resolvam explorar, distintas ou subsidiárias ao objecto principal, desde que para tal tenha, as necessárias licenças.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, subscrito e integralmente realizado em bens e em dinheiro, é um milhão e quinhentos mil meticais, dividido em quotas pelos seguintes sócios:

- a) Maria Alina Januário André Bungueia com uma quota no valor de quatrocentos e cinquenta mil meticais, correspondendo ao valor de trinta por cento;

b) Otto Moswanecom uma quota no valor de seicentos mil meticais, correspondendo ao valor de quarenta por cento; e

c) Yara Fernanda Martins Fondo com uma quota no valor de quatrocentos e cinquenta mil meticais, correspondendo ao valor de trinta por cento.

ARTIGO QUINTO

(Alteração do capital social)

O capital social poderá ser alterado sob proposta da gerência, fixando na assembleia geral as condições da sua realização e reembolso.

ARTIGO SEXTO

(Divisão e cessão de quotas)

Um) Sem prejuízo das disposições legais em vigor a cessão ou alienação de toda a parte de quotas deverá ser do consentimento dos sócios gozando estes do direito de preferência.

Dois) Se nem a sociedade, nem os sócios mostrarem interesse pela quota cedente, este decidirá a sua alienação a quem e pelos preços que melhor entender, gozando o novo sócio dos direitos correspondentes à participação na sociedade.

ARTIGO SÉTIMO

(Administração)

Um) A administração e gestão da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, passam desde já a cargo do sócio Maria Alina Januário André Bungueia como sócio gerente e com plenos poderes.

Dois) O administrador tem plenos poderes para nomear mandatários a sociedade, conferindo os necessários poderes de representação.

Três) A sociedade ficará obrigada pela assinatura de um gerente ou procurador especialmente constituído pela gerência, nos termos e limites específicos do respectivo mandato.

Quatro) É vedado a qualquer dos gerentes ou mandatário assinar em nome da sociedade quaisquer actos ou contratos que digam respeito a negócios estranhos a mesma, tais como letras de favor, fianças, avales ou abonações.

Cinco) Os actos de mero expediente poderão ser individualmente assinados por empregados da sociedade devidamente autorizada pela gerência.

ARTIGO OITAVO

(Assembleia geral)

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano para apreciação e aprovação do balanço e contas do exercício findo e repartição de lucros e perdas.

Dois) A assembleia geral poderá reunir-se extraordinariamente quantas vezes forem necessárias desde que as circunstâncias assim o exijam para deliberar sobre quaisquer assuntos que digam respeito à sociedade.

ARTIGO NONO

(Herdeiros)

Em caso de morte, interdição ou inabilitação de um dos sócios, os seus herdeiros assumem automaticamente o lugar na sociedade com dispensa de caução, podendo estes nomear seus representantes se assim o entenderem, desde que obedeçam o preceituado nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO

(Aplicação de resultados)

Um) O exercício económico coincide com o ano civil, balanço de contas de resultados será fechado com referência a trinta de Dezembro de cada ano e será submetido à apreciação da assembleia geral.

Dois) Os lucros que se apurarem líquidos de todas as despesas e encargos sociais, separadas a parte para o fundo de reserva legal e as deduções acordadas pela sociedade serão distribuídos entre os sócios na proporção das respectivas quotas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Dissolução)

A sociedade dissolve-se por acordo dos sócios ou nos casos fixados na lei, e a sua liquidação será efectuada pelos gerentes que estiverem em exercício a data da sua dissolução.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Casos omissos)

Em tudo o que estiver omissos nestes estatutos regularão as disposições legais aplicáveis das sociedades por quotas na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Grupo Nilmer – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e um de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100494582 uma entidade denominada Grupo Nilmer – Sociedade Unipessoal, Limitada.

Anila Ussene Mussá, solteira de nacionalidade moçambicana, natural de Maxixe, residente nesta cidade de Maputo, portador do Bilhete

de Identidade n.º 1101012707404 emitido aos sete de Julho de dois mil e onze, pela Direcção de Identificação Civil de Maputo, válido até sete de Julho de dois mil e seis.

Que pelo presente instrumento celebra entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que se rege pelos estatutos abaixo:

CAPÍTULO I

Da denominação e sede

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e sede

A sociedade adopta a denominação de Grupo Nilmer – Sociedade Unipessoal, Limitada, e tem a sua sede Rua de Amizade número quarenta e um, rés-do-chão, nesta cidade de Maputo, podendo por deliberação da assembleia geral abrir ou encerrar sucursais dentro e fora de país quando for conveniente.

ARTIGO SEGUNDO

Duração

A sua duração será por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto:

- a) Comércio geral a grosso e retalho com importação e exportação de todos os produtos da CAE com importação, & exportação quando devidamente autorizado nos termos da lei;
- b) Serviços de restauração, entrega ao domicílio e eventos;
- c) Imobiliária;
- d) Hotelaria e turismo;
- e) Assessoria em diversos ramos, comissões, consignações e representações de marcas industriais e comerciais.

Dois) A sociedade poderá adquirir participações financeiras em sociedades a constituir ou já constituídos ainda que tenha como objecto social diferente do da sociedade.

Três) A sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades desde que para isso esteja devidamente autorizado nos termos da legislação em vigor.

Quatro) A sociedade poderá exercer qualquer outro objecto adicional, caso assim deliberado em assembleia geral.

CAPÍTULO II

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de vinte mil metcaís, correspondente a cota de cem por cento pertencentes a única sócia a senhora Anila Ussene Mussá.

ARTIGO QUINTO

Aumento do capital

O capital social, poderá ser aumentado ou diminuídas quantas vezes for necessário desde que a assembleia-geral delibere sobre o assunto.

ARTIGO SEXTO

Divisão e cessão de quotas

Um) Sem prejuízo das disposições legais em vigor a cessação ou alienação de toda ou parte de quotas deverá ser do consenso dos sócios gozando estes do direito de preferência.

Dois) Se nem a sociedade, nem os sócios mostrarem interesse pela quota do cedente, este decidirá a sua alienação a quem e pelos preços que melhor entender, gozando o novo sócio dos direitos correspondentes a sua participação na sociedade.

CAPÍTULO III

Da gerência

ARTIGO SÉTIMO

Gerência

Um) A administração e gestão da sociedade e sua representação em juízo e fora dela, activa e passivamente, passam desde já a cargo da senhora Anila Ussene Mussá que é nomeada administradora com dispensa de caução.

Dois) A gerente tem plenos poderes para nomear mandatários a sociedade, conferindo lhes quando for o caso, os necessários poderes de representação.

Três) A sociedade obriga-se pela assinatura do respectivo administrador especialmente constituído nos termos e limites específicos do respectivo mandato.

ARTIGO OITAVO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano para apreciação e aprovação do balanço e contas do exercício findo e repartição de lucros e perdas.

Dois) A assembleia geral poderá reunir-se extraordinariamente quantas vezes for necessário desde que as circunstâncias assim.

CAPÍTULO IV

Dos lucros, perdas e dissolução da sociedade, distribuição de lucros

ARTIGO NONO

Lucros

Dos lucros líquidos apurados é deduzido vinte por cento destinado a reserva e os restantes distribuídos pelos sócios na proporção da sua percentagem ou dando outro destino que convier a sociedade após a deliberação comum.

ARTIGO DÉCIMO

Dissolução

A sociedade só se dissolve nos termos fixados pela lei ou por comum acordo dos sócios quando assim o entenderem.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Herdeiros

Em caso de morte, interdição ou inabilitação do sócio da sociedade os seus herdeiros assumem automaticamente o lugar na sociedade com dispensa de caução, podendo estes nomear seu representante se assim o entender desde que obedeçam o preceituado nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Casos omissos

Os casos omissos, serão regulados pelo Decreto-Lei número dois barra dois mil e cinco, de vinte e sete de Dezembro e em demais legislação aplicável na República de Moçambique.

Maputo, vinte de Maio de dois mil e catorze.
— O Técnico, *Ilegível*.



Cava- Agregação e Valorização Agrícola, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e um de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100494558 uma sociedade denominada Cava - Agregação e Valorização Agrícola, Limitada.

Nos termos do artigo noventa, do Código Comercial, é celebrado o presente contrato de sociedade, entre:

Hub-Assistência Técnica e Formação, Limitada, com o Número Único da Entidade Legal 100150026, representada pelo seu sócio, Gastão Bastos de Castro Correia Figueira, de nacionalidade moçambicana, portador do Bilhete de Identidade n.º 111048520N, de vinte e um de Março de dois mil e oito, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo;

Cefat-Centro de Formação e Assistência Técnica, com o Número Único da Entidade Legal, 100102455, representada pelo seu proprietário, Inácio Tiago Nhamcale, portador do Bilhete de Identidade n.º 110300047230M, de doze de Janeiro de dois mil e dez, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo,

União Distrital de Camponeses e Agricultores do Distrito número quatro, escriturada e lavrada na folha número um, do livro número um, existente na Administração do Distrito Municipal KaMavota, representada pelo seu membro, eleito em assembleia extraordinária, Tomás Rafael Guirruço, portador do Bilhete de Identidade n.º 110400091330B, de dezanove de Fevereiro de dois mil e dez, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo;

Narciso Pedro, solteiro, portador do Bilhete de Identidade n.º 110302744291A, de vinte e sete de Dezembro de dois mil e doze, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo, residente nesta cidade, Bairro de Maxaquene “B”, quarteirão quarenta e três casa quinze;

Sérgio Amândio Dide, solteiro, portador do Bilhete de Identidade n.º 110600358286C, de cinco de Agosto de dois mil e dez, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo, residente na Machava, cidade da Matola, quarteirão vinte e cinco;

Joana das Dores Nhampule, solteira, portadora do Bilhete de Identidade n.º 110100641904C, de vinte e três de Novembro de dois mil e dez, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo, residente nesta cidade, Bairro do Alto Maé, Avenida Marien Ngouabi, mil duzentos e oitenta e oito traços-res-do-chão barra C, Flat dois

Denício Armando dos Santos Muare, solteiro, portador do Bilhete de Identidade n.º 110202050183Q, de treze de Abril de dois mil e doze, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo, residente nesta cidade, Bairro de Xipamanine, quarteirão sessenta, casa dezasseis;

Inácio Manuel Muthetho, solteiro, portador do Bilhete de Identidade n.º 110501515094B, de vinte de Setembro de dois mil e onze, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo, residente nesta cidade, Bairro de Malhazine, Rua oito, quarteirão dois, casa mil e quarenta e nove, célula um;

Nelson Cândido Guambe, solteiro, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100714660A, de vinte e três de Dezembro de dois mil e dez, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo, residente nesta cidade, Bairro Polana Caniço, quarteirão quatro, casa três mil quatrocentos e cinquenta e três.

Celebram entre si, o presente contrato de sociedade, que se regerá pelos seguintes estatutos:

CAPÍTULO I

Da denominação, sede e duração

ARTIGO PRIMEIRO

Um) A sociedade adopta a denominação de Cava-Agregação e Valorização Agrícola, Limitada, abreviadamente designado por Cava, Limitada, tem a sua sede em Maputo, na Avenida Major General Cândido Mondlane, e dura por tempo indeterminado a partir de hoje.

Dois) Por deliberação, a sociedade poderá abrir delegações, filiais, sucursais ou quaisquer outras formas de representação social no país ou no estrangeiro.

ARTIGO SEGUNDO

Objecto da sociedade

Um) A sociedade tem por objecto prestar os seguintes serviços:

- a) Comercialização de produtos agrícolas;
- b) Organização de feiras agrícolas;
- c) Processamento de hortícolas;
- d) Leilão de produtos agrícolas;
- e) Armazenagem e conservação de hortícolas;
- f) Prestação de serviços de assistência técnica, extensão e formação e facilitação de acesso a crédito;
- g) Fomento agrícola;
- h) Comercialização, intermediação, representação de insumos, equipamentos, plântulas e outros materiais necessários para a agricultura ou bens de consumos doméstico.

Dois) Poderá a sociedade ainda exercer outras actividades não abrangidas no número anterior, desde que para tal obtenha aprovação das autoridades competentes da República de Moçambique.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO TERCEIRO

Capital social

Um) O capital social, inteiramente subscrito e realizado é de vinte mil meticais, correspondente a soma de nove quotas (des) iguais, pertencente aos seguintes sócios:

- a) Hub-Assistência Técnica e Formação, Limitada, com vinte e seis por cento do capital social, correspondente a cinco mil e duzentos meticais;
- b) CEFAT-Centro de Formação e Assistência Técnica, com vinte

e cinco por cento do capital social, correspondente a cinco mil meticais;

- c) União Distrital de Camponeses e Agricultores do Distrito n.º 4, com vinte e cinco por cento do capital social, correspondente a cinco mil meticais;
- d) Narciso Pedro, com quatro por cento do capital social, correspondente a oitocentos meticais;
- e) Sérgio Amândio Dide, com quatro por cento do capital social, correspondente a oitocentos meticais;
- f) Joana das Dores Nhampule, com quatro por cento do capital social, correspondente a oitocentos meticais;
- g) Denício Armando dos Santos Muare, com quatro por cento do capital social, correspondente a oitocentos meticais;
- h) Inácio Manuel Muthetho, com quatro por cento do capital social, correspondente a oitocentos meticais;
- i) Nelson Cândido Guambe, com quatro por cento do capital social, correspondente a oitocentos meticais.

ARTIGO QUARTO

Aumento de capital

Um) O capital social pode ser aumentado uma ou mais vezes, mediante entradas em numerário, em espécie (apports em nature) pela incorporação dos suprimentos feitos ao caixa social pelos sócios ou por capitalização de toda ou parte dos lucros ou das reservas para o que se observarão as formalidades legais.

Dois) A deliberação do aumento do capital indicará se são criadas novas quotas ou se é aumentado o valor nominal das existentes.

Três) Em caso de aumento de capital caberá aos sócios o direito de preferência na subscrição, na proporção das suas quotas repartindo se na mesma proporção entre os restantes, a parte correspondente ao direito de qualquer sócio que não queira subscrever no todo ou em parte no aumento de capital.

Quatro) A deliberação do aumento de capital que indica a entrada de novos sócios deverá ser tomada em assembleia geral e deverá indicar com que estes valores entram para a sociedade o mesmo se aplicando sobre as decisões de participação da Cava, Limitada, no capital de outras empresas.

Cinco) Em qualquer caso de aumento de capital e de prestações de suprimentos é reservada aos sócios fundadores uma participação social maioritária.

ARTIGO QUINTO

Cessão e divisão de quotas

Um) A cessão total ou parcial de quotas, quer entre sócios quer a favor de estranhos só poderá efectuar-se com prévia e expressa autorização da assembleia geral e só produzirá efeitos a partir da data da notificação da escritura.

Dois) Competirá à sociedade, em primeiro lugar e depois a cada um dos sócios exercer o direito de opção na cessão, neste caso pelo valor nominal da quota acrescida da parte correspondente aos fundos de reservas existentes à data do evento.

Três) Havendo discordância quanto ao preço das quotas a ceder será o mesmo afixado por avaliação de um ou mais peritos estranhos à sociedade, a nomear por consenso das partes interessadas.

Quatro) Em caso de morte, incapacidade ou interdição de um dos sócios, a sociedade não se dissolve, continuará com os sócios sobreviventes, capazes, reservando-se a estes, o direito de preferência pela aquisição das quotas, e não sendo estas passíveis de transmissão aos herdeiros ou representantes dos sócios incapacitados definitivamente de exercer os seus direitos e deveres, salvo decisão unânime dos sócios sobreviventes.

ARTIGO SEXTO

Prestações suplementares

Um) Poderão ser exigidos prestações suplementares de capital aos sócios por decisão unânime da assembleia geral, mas os sócios poderão fazer a sociedade os suprimentos pecuniários de que aquela carecer os quais vencerão juros.

Dois) A taxa de juros e as condições de amortização dos suprimentos serão fixados por deliberação da assembleia geral e para cada caso concreto.

Três) Entende-se por suprimentos as importâncias complementares que os sócios possam adiantar no caso de capital social se revelar insuficiente para as despesas de exploração, constituindo tais suprimentos verdadeiros empréstimos a sociedade.

CAPÍTULO III

Da administração e fiscalização

ARTIGO SÉTIMO

(Composição, mandato e remuneração)

Um) A administração e representação da sociedade em juízo for a dele, activa e passivamente fica a cargo de três administradores, que desde já fica nomeado em assembleia, com dispensa de caução.

Dois) Os administradores poderão auferir remuneração da sociedade mediante deliberação da assembleia geral.

Três) Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos, cartas e demais correspondência, é obrigatória a assinatura de dois dos administradores nomeados em assembleia.

Quatro) Por acordo dos sócios poderá a sociedade ou cada um dos administradores fazer-se representar por um procurador, sendo sempre necessária a presença de pelo menos um administrador em todos os actos de competência da administração, ou a sociedade poderá para determinados actos eleger mandatários.

Cinco) Cada sócio é livre de examinar os livros da sociedade como acto de fiscalização do seu bom funcionamento.

CAPÍTULO IV

Da assembleia geral

ARTIGO OITAVO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral é constituída por todos os sócios e reunirá ordinariamente uma vez por ano, de preferência na sede da sociedade para apreciação, aprovação e modificação do balanço e contas do exercício, distinto e repartição dos lucros e perdas, planos de negócios, para investimentos e operações de imóveis e financiamentos, acima de um milhão de meticais e deliberar sobre quaisquer outros assuntos para que tenha sido convocada e extraordinariamente sempre que for necessário.

Dois) A assembleia geral será convocada por meio de cartas registadas com aviso de recepção dirigidas aos sócios com antecedência mínima de trinta dias que poderá ser reduzida para quinze dias para assembleias extraordinárias e a convocatória deverá indicar o dia, hora e ordem de trabalho da reunião.

Três) A assembleia geral será presidida pelo sócio ocasionalmente escolhido para efeito, competindo-lhe assinar os termos de abertura e de encerramento dos livros e actas da assembleia geral.

Quatro) A assembleia geral considera-se regularmente constituída quando em primeira convocação estiverem presentes ou representados todos os sócios ou quando estiver representado setenta e cinco por cento do capital, e em segunda convocação, seja qual for o número de sócios presentes desde que esteja presente ou representado um sócio-gerente.

Cinco) As actas, das assembleias gerais devem identificar os nomes dos sócios presentes ou nelas representadas, as deliberações que forem tomadas, devem ser assinadas por todos os sócios ou seus legais representantes que a elas assistam.

CAPÍTULO V

Dos lucros e perdas

ARTIGO NONO

Lucros e perdas

Um) Anualmente serão apuradas as contas do balanço com a data de trinta e um de Dezembro.

Dois) Para o fundo de reserva legal sempre que for necessário integrá-lo em conformidade com a lei em vigor.

Três) Para outras reservas que seja resolvido, criar as quantias que se determinarem em assembleia geral nos termos do artigo décimo primeiro deste pacto.

Quatro) Para dividendo aos sócios na proporção das suas quotas o remanescente.

CAPÍTULO VI

Da dissolução da sociedade

ARTIGO DÉCIMO

Um) A sociedade se dissolve nos casos e termos da lei e pela resolução da maioria dos sócios em assembleia geral e uma vez dissolvida são liquidatários os sócios.

Dois) A sociedade não se dissolve pela morte ou interdição de qualquer sócio e continuará com os restantes ou herdeiros do sócio falecido ou interdito salvo se estes preferirem apartar-se da sociedade. Nesse caso proceder-se-á ao balanço e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito receberão o que se apurar pertencer-lhes.

CAPÍTULO VII

Das disposições finais

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Em todo o omissis regularão as disposições legais aplicáveis na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

**Mozafogo, Limitada**

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte de Dezembro de dois mil e treze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100453096 uma sociedade denominada Mozafogo, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial, entre:

Primeiro. França Martins Manjate, de trinta e oito anos de idade, solteiro, natural de Maputo, nacionalidade moçambicana, residente no Bairro vinte e cinco de Junho A rua

catorze quarteirão dois, casa número sessenta e dois, Distrito Municipal Ka Mubukwana, nesta cidade de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 11600452544P emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo aos treze de Julho de dois mil e dez;

Segundo. Arlinda Raul Massango, de vinte e nove anos de idade, solteira, natural de Manjacaze, nacionalidade moçambicana, residente no Bairro vinte e cinco de Junho A rua catorze quarteirão dois, casa número sessenta e dois, Distrito Municipal Ka Mubukwana, nesta cidade de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 11010404998B, emitido pelo Arquivo de Identificação de Maputo aos treze de Julho de dois mil e dez;

Terceiro. Antonio Franca Martins Manjate, de dezoito anos de idade solteiro, natural de Maputo, nacionalidade moçambicana, residente no Bairro vinte e cinco de Junho A rua catorze quarteirão dois, casa número sessenta e dois, Distrito Municipal Ka Mubukwana, nesta cidade de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110500330652B, emitido pelo Arquivo de Identificação de Maputo aos dez de Maio de dois mil e treze;

Quarto. Nelson Martins Manjate, de dezoito anos de idade solteiro, natural de Maputo, nacionalidade moçambicana, residente no Bairro vinte e cinco de Junho A rua catorze quarteirão, casa número sessenta e dois, Distrito Municipal Ka Mubukwana, nesta cidade de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 11050425585A, emitido pelo Arquivo de Identificação de Maputo aos nove de Agosto de dois mil e treze.

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e sede

Um) A sociedade adopta a denominação de Mozafogo, Limitada e tem a sua sede na Avenida de Moçambique número seis mil duzentos e noventa e seis, distrito Municipal Ka Mubukwana nesta cidade de Maputo.

Dois) Por deliberação da assembleia geral, a sociedade poderá transferir a sua sede para qualquer outro lugar do país.

Três) Também, por deliberação da assembleia geral, a sociedade poderá abrir e encerrar sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO SEGUNDO

Duração

A sociedade é criada por tempo indeterminado, contando o seu início a partir da data da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto social

Um) A sociedade tem por objecto principal:

- Comércio a grosso e a retalho com importação e exportação;
- Prestação de serviços nas áreas de consultoria e verificação de extintores dos incêndios.

Dois) A sociedade poderá exercer outras actividades subsidiárias ou conexas, mediante autorizações das entidades competentes.

ARTIGO QUARTO

Capital social

Um) O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e bens, é de vinte mil meticais, correspondente à soma de quatro quotas desiguais, divididas da seguinte forma:

- Uma quota de dezassete mil meticais, pertencentes ao sócio Franca Martins Manjate, correspondentes a oitenta e cinco por cento do capital social;
- Uma quota de mil meticais, pertencentes a sócia Arlinda Raul Massango, correspondentes a cinco por cento do capital social;
- Uma quota de mil meticais, pertencentes ao sócio Antonio Franca Martins Manjate, correspondentes a cinco por cento do capital social;
- Uma quota de mil meticais, pertencentes a sócia Nelson Martins Manjate, correspondentes a cinco por cento do capital social.

Dois) O capital social poderá ser aumentado, mediante deliberação da assembleia geral por entrada em valores monetários ou bens.

ARTIGO QUINTO

Divisão e cessão de quotas

Um) A divisão e cessão de quotas entre sócios são livres.

Dois) A divisão e cessão de quotas a favor de terceiros carece de consentimento, por escrito da sociedade gozando do direito de preferência, em primeiro lugar a sociedade e depois aos sócios.

Três) O sócio que pretender ceder a sua quota deverá comunicar esta intenção a sociedade.

Quatro) Não desejando a sociedade e os restantes sócios exercer o direito de preferência que lhe é confiada nos termos do número dois do presente artigo, a quota poderá ser livremente cedida.

Cinco) A divisão e cessão de quotas que ocorre sem observância do estabelecido no presente artigo, é nula e de nenhum efeito.

ARTIGO SEXTO

Administração da sociedade

Um) A administração da sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, é confiada ao sócio Franca Martins Manjate, com dispensa de prestar caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade, sendo nomeado desde já o director-geral da sociedade.

Dois) O director-geral pode delegar a terceiros, mediante procuração, todo ou em parte dos seus poderes de administração.

Três) Fica expressamente vedado ao director-geral, obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos a sociedade.

ARTIGO SÉTIMO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, para apreciação do balanço de contas do exercício anterior e para deliberar sobre quaisquer assuntos para que tenha sido devidamente convocada.

Dois) A assembleia geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo director-geral ou pelos sócios.

Três) O fórum necessário para assembleia geral reunir e presença dos sócios, ou a presença de mandatários em representação e o director-geral.

ARTIGO OITAVO

Dissolução

Um) A sociedade só se dissolve nos casos previsto e estabelecido na lei.

Dois) Dissolvendo-se, a liquidação será feita na forma aprovada por deliberação da assembleia geral para o acto. Em todas as circunstâncias, serão liquidatários os administradores ou por acordo dos sócios ou seus mandatários, com poderes especiais.

Três) Procedendo-se a liquidação e partilha de bens sociais, serão em conformidade com o que tiver sido deliberado em assembleia geral.

ARTIGO NONO

Casos omissos

Único: todos os casos omissos, serão regulados pela legislação aplicável na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.



Amcil Services, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezanove de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo

de Entidades Legais sob NUEL 100494183 uma sociedade denominada Amcil Services, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial, entre:

Primeiro. Armando Miguel Chicuamba, solteiro, natural de Maputo, residente no distrito de Marracuene, localidade de Michafutene, Bairro Abel Jafar, quarteirão dezoito, casa cento e oitenta e sete, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100660388J, emitido ao vinte e nove de Novembro de dois mil e dez, em Maputo;

Segundo. Dinalva Marta Jorge, solteira, natural da cidade de Maputo, residente na cidade de Maputo, bairro Polana Cimento, Avenida Agostinho Neto número trezentos e novemta e seis, rés-do-chão, portador do Bilhete de Identidade n.º 110102304014P, emitido aos vinte e três de Julho de dois mil e doze.

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, duração e objectos

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e sede

Um) A sociedade adopta a denominação Amcil Services, Limitada, e é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas disposições legais vigentes e tem a sua sede no Bairro Polana Caniço B Avenida Vladimir Lenine número mil e oitenta em Maputo.

Dois) Por deliberação do conselho de gerência poderá transferir-se a sede para qualquer ponto do país.

Três) O conselho de gerência poderá decidir abrir ou transferir delegações ou outras formas de representação, onde as mesmas forem necessárias, mesmo no exterior do território nacional.

ARTIGO SEGUNDO

Duração

A sociedade durará por tempo indeterminado contando-se o seu início a partir da data da celebração de escritura pública.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto, a prestação de serviços de:

- Limpezas domésticas, de escritórios e industriais;
- Lavagem de carros;
- Refrigeração geral;
- Manutenção e pulverização de Jardins;
- Venda de produtos de limpeza e higiene.
- Construção civil.

Dois) Por deliberação do conselho de gerência, a sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades directa ou indirectamente relacionadas com o seu objecto principal, desde que obtidas as necessárias autorizações legais.

CAPÍTULO II

Do capital social, supimento

ARTIGO QUARTO

Capital social

Um) O capital social, integralmente realizado em bens e dinheiro, é de vinte mil meticais, correspondendo a soma de duas quotas, assim distribuídas:

- Armando Miguel Chicuamba, quinze mil meticais;
- Dinalva Marta Jorge, cinco mil meticais.

Dois) O capital social poderá ser aumentado por deliberação do conselho de gerência que determinará os termos e condições em que se efectuará o aumento, mediante entradas em numerários, formação de suprimentos à caixa pelos sócios ou capitalização.

ARTIGO QUINTO

Suprimento

Um) A sociedade poderá exigir suprimento em dinheiro e esta exigência será distribuída igualmente pelos sócios.

Dois) Aquele montante entender-se-á como máximo de que a sociedade poderá ser devedora, em cada momento, ao conjunto dos sócios.

Três) Os suprimentos vencerão juros á taxa que for fixada por assembleia geral e cada prestação será reembolsada no prazo máximo de dois anos.

CAPÍTULO III

Da assembleia geral, gerência conselho fiscal

ARTIGO SEXTO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral será convocada pelo presidente do conselho de gerência por meio de carta registada, *e-mail* ou fax expedidos com antecedência mínima de quinze dias relativamente a data da sua realização, salvo quando a lei exigir outras formalidades.

Dois) A expedição das cartas registadas, *fax* ou *e-mail* podem ser substituídas pelas assinaturas de dois sócios numa convocatória da reunião. Neste caso a reunião não depende da mencionada.

ARTIGO SÉTIMO

Gerência

Um) A sociedade é gerida por um ou mais gerentes em assembleia geral para um mandato de dois anos renováveis.

Dois) Os gerentes estão dispensados da caução e terão a remuneração que lhes for fixada pela assembleia geral.

Três) Compete aos gerentes exercer os mais amplos poderes representando a sociedade dentro em juízo e fora dela, activa ou passivamente praticando todos os demais actos tendentes á realização do objecto social que a lei ou os estatutos não reservam á assembleia geral.

Quatro) A sociedade fica obrigada pela assinatura de um ou mais gerentes, ou pela assinatura de mandatários, nos termos que forem definidos pela assembleia geral.

ARTIGO OITAVO

Conselho giscal

Um) A fiscalização de todos os negócios da sociedade incumbirá a um conselho fiscal composta por dois ou mais membros, ainda que não sócios, eleitos pela assembleia geral, servindo um deles como presidente.

Dois) O mandato do conselho fiscal será de dois anos renováveis.

Três) O conselho fiscal poderá ser assessorado por auditores independentes quando entender necessário.

CAPÍTULO IV

Das disposições Geral

ARTIGO NONO

Cessão de quotas

Um) A divisão ou cessão de quotas entre os sócios é livre, mas para estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, á qual fica reservado o direito de preferência na aquisição da quota que se pretende ceder.

Dois) Não exercendo a sociedade esse direito terão preferência na aquisição da quota os sócios individualmente e, se mais do que um pretender, será dividida na proporção do capital que então possuírem na sociedade.

Três) O prazo para o exercício de direito de preferência é de trinta dias a contar da data da recepção pela sociedade ou pelos sócios, da comunicação do sócio cedente.

Quatro) A divisão ou a cessão de quotas a estranhos sem consentimento da sociedade ou sem que tenha sido permitido o exercício de direito de preferência torna-a absolutamente nula, ficando a sociedade, nesse caso, autorizada a excluir o sócio faltoso pagando-lhe a quota pelo seu valor nominal.

ARTIGO DÉCIMO

Direito de recesso

Um) Qualquer sócio pode exonerar-se da sociedade verificando-se um dos seguintes casos:

- Se forem exigidos suprimentos contra o seu voto;
- Em caso de incompatibilidade grave com outro sócio;

- c) Se ficar vencido nas deliberações tomadas a modificação destes estatutos ou sobre a fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade.

Dois) O preço de amortização da quota do sócio exonerado será calculado em função do valor do último balanço aprovado, acrescido da parte proporcional dos lucros a distribuir, as reservas constituídas e créditos particulares do sócio, deduzidos os débitos à sociedade.

Três) Pagamentos da contrapartida far-se-á em quatro prestações trimestrais, iguais e sucessivas vencendo-se a primeira noventa dias a partir da data de comunicação da exoneração.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Direito de exclusão

Um) A sociedade poderá excluir qualquer sócio verificando-se qualquer dos seguintes casos:

- Quando falte ao cumprimento da obrigação de suprimentos;
- Em caso de conflito ou incompatibilidade grave com outro sócio que prejudique, embarace ou impeça a regular conduções dos negócios sociais;
- Quando o sócio tiver sido destituído de gerente ou da presidência do conselho de gerência por justa causa;
- Quando o sócio violar deliberadamente qualquer obrigação estatutária;
- Nos casos previstos na lei das sociedades por quotas neste pacto social.

Dois) A contrapartida a pagar ao sócio excluído corresponderá a definida no número dois do artigo décimo e o pagamento realizar-se-á de acordo com o estabelecido no número três do mesmo artigo.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Amortizações de quotas

Um) A sociedade tem a faculdade de amortizar quotas quando se verifica qualquer das circunstâncias seguintes:

- Consentimento do seu titular;
- Quando a quota tenha sido penhorada ou arrestada ou por qualquer forma apreendida, um processo administrativo ou judicial;
- Não indicação no prazo de cem dias, por parte dos herdeiros do sócio falecido, de um que a todos represente.

Dois) A amortização far-se-á com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e serão submetidos à apreciação da assembleia geral até trinta de Março do ano seguinte.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Balanço e distribuição dos resultados

Um) Deduzidos os gastos gerais, amortizações e encargos, dos resultados líquidos apurados em cada exercício serão retirados os montantes necessários à criação dos seguintes fundos:

- De reserva legal, enquanto não estiver realizado nos termos da lei, ou sempre que necessário reintegrá-los;
- Outras reservas necessárias para garantir o equilíbrio económico e financeiro da sociedade.

Dois) O remanescente terá a aplicação que for deliberada pela assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Continuidade da sociedade

A sociedade dissolve-se nos casos determinados na lei. E sua liquidação será efectuada pelo presidente do conselho de gerência que estiver em exercício a data de dissolução, adjudicando-se o acto aos sócios, na proporção das suas quotas e depois de pagos os créditos.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Yitian International, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e um de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100494612 uma sociedade denominada Yitian International Limitada.

É celebrado, nos termos do artigo noventa e dois do Código Comercial o contrato de sociedade por quotas entre:

Bo Zhang, maior, de nacionalidade chinesa, portador do DIRE n.º 11CN00008456J, emitido em Maputo aos vinte e três de Junho de dois mil e onze, com validade até vinte e três de Junho de dois mil e dezasseis;

Liang Feng, de nacionalidade chinesa, portador do DIRE n.º 11CN00019431B, emitido em Maputo aos vinte e três de Junho de dois mil e onze, com validade até vinte e três de Junho de dois mil e dezasseis.

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação Yitian International, Limitada, sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, criada por tempo indeterminado, e tem a sua sede na Avenida Vinte e Quatro de Julho, número

três mil setecentos e cinquenta e quatro barra quatro, rés-do-chão, bairro do Alto Maé, Distrito Municipal KaMpfumo – cidade de Maputo.

ARTIGO SEGUNDO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto:

Desenvolvimento de actividades de agenciamento com importação e exportação e outras actividades permitidas por lei.

Dois) Para a realização do seu objecto social, a sociedade poderá associar-se a outra ou a outras sociedades, dentro ou fora do país.

Três) A sociedade poderá exercer outras actividades comerciais ou industriais, desde que para tal obtenha aprovação das licenças pelas autoridades competentes.

ARTIGO TERCEIRO

(Capital social)

O capital social, e integralmente subscrito é de vinte e cinco mil meticais, realizado em duas quotas desiguais, sendo uma de setenta por cento pertencente ao sócio BoZhang, correspondente ao valor nominal de dezasseis mil e quinhentos meticais, e outra de trinta por cento pertencente ao sócio LiangFeng, correspondente ao valor nominal de sete mil e quinhentos meticais.

ARTIGO QUARTO

(Convocação e reunião da assembleia geral)

A assembleia geral reunirá ordinariamente, uma vez por ano, nos primeiros três meses imediatos ao início de cada exercício, para apreciação aprovação ou modificação do balanço e contas do exercício, e extraordinariamente sempre que for necessário.

ARTIGO QUINTO

(Administração da sociedade)

Um) A sociedade é administrada e representada pelo administrador único Bo Zhang, que terá todos poderes necessários à administração dos negócios da sociedade, obrigando-a mediante assinatura, podendo abrir e movimentar contas bancárias, bem como tomar de aluguer bens móveis e imóveis da sociedade.

Dois) A sociedade poderá obrigar-se pela assinatura de um procurador nos termos e limites que forem conferidos pela assembleia geral.

ARTIGO SEXTO

(Disposições finais)

Em tudo quanto for omissa nos presentes estatutos aplicar-se-ão as disposições do Código Comercial e demais legislação em vigor na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

SIMEGE – Sociedade de Distribuição de Medicamentos Genéricos – Sociedade Unipessoal Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia quinze de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100490374 uma sociedade denominada Sociedade de Distribuição de Medicamentos Genéricos – Sociedade Unipessoal, Limitada, entre:

Siddka Murtaza Pyarali, casada, natural de Tanzania, de nacionalidade tanzaniana, portador do Passaporte n.º AB045302, emitido a vinte e dois de Agosto de dois mil e cinco, emitida pela República de Tanzania, residente acidentalmente na cidade de Maputo, bairro Central, Rua da Resistência número trinta e sete.

CAPÍTULO I

Da denominação

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação)

SIMEGE – Sociedade de Distribuição de Medicamentos Genéricos, Sociedade Unipessoal, Limitada, é uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, que se regerá pelo estabelecido nos presentes estatutos e demais legislação em vigor na República de Moçambique.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração e sede)

Um) A sociedade é estabelecida por tempo indeterminado, contando a partir da data celebração da presente contrato.

Dois) A sociedade terá a sua sede, na cidade de Maputo, bairro Central, Rua da Resistência número, podendo por deliberação da assembleia geral, abrir e encerrar sucursais, filiais, agências ou outras formas de representação social em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto social)

Um) A sociedade tem por objecto o exercício das seguintes actividades:

- a) Prestação de serviços de importação e exportação de produtos farmacêuticos;
- b) Venda de produtos farmacêuticos.

Dois) A sociedade poderá adquirir participações financeiras em sociedades a constituir ou constituídas, ainda que com objeto diferente do da sociedade, assim como, associar-se com outras sociedades para persecução dos objetivos no âmbito ou não, do seu objeto.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito em dinheiro, é de vinte mil meticais, correspondente à uma quota do único sócio Siddka Murtaza Pyarali, e equivalente a cem por cento do capital social.

ARTIGO QUINTO

(Prestações suplementares)

O sócio único poderá efectuar prestações suplementares de capital ou suprimentos a sociedade nas condições que forem estabelecidas por lei.

ARTIGO SEXTO

(Administração e representação da sociedade)

Um) A sociedade será administrada pelo sócio único Siddka Murtaza Pyarali, a sociedade fica obrigada pela assinatura do sócio único ou ainda procurador, especialmente designado para o efeito.

Dois) A sociedade pode ainda se fazer representar, por um procurador especialmente designado pelo sócio único, nos termos e limites específicos do respectivo mandato.

CAPÍTULO III

Da disposições gerais

ARTIGO SÉTIMO

(Balanço e contas)

Um) O exercício social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e contas de resultados fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro, de cada ano.

ARTIGO OITAVO

(Lucros)

Dos lucros em cada exercício, deduzir-se-ão em primeiro lugar, a percentagem legalmente indicada para constituir a reserva legal, enquanto não estiver realizada nos termos da lei ou sempre que seja necessária reintegrá-la.

ARTIGO NONO

(Dissolução)

A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO

(Disposições finais)

Um) Em caso de morte ou interdição do único sócio, a sociedade continuará com

herdeiros ou representantes do falecido ou interdito, os quais nomearão entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota permanecer indivisa.

Dois) Em tudo quanto for omissos nos presentes estatutos, aplicar-se-ão as disposições do Código Comercial e demais legislação em vigor na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

NK Publicidade Serviços – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezasseis de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100493446 uma sociedade denominada NK Publicidade Serviços – Sociedade Unipessoal, Limitada.

Kátia Iracema Mussá Luís Nogueira Antonio Henrique Manhiça, maior, de nacionalidade moçambicana, portadora do Bilhete de Identidade n.º 110100360929 Q, emitido a quatro de Agosto de dois mil e dez, em Maputo.

Constitui sociedade unipessoal por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação social e sede)

A sociedade adopta a denominação social de NK Publicidade – Sociedade Unipessoal Limitada, e tem a sua sede no bairro Mozal, Djuba, Parcela dois mil duzentos e setenta e dois, Matola.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado e o seu começo contar-se-á a partir da data da assinatura do presente contrato.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

A sociedade tem por objecto o exercício, com o âmbito nacional e internacional, das seguintes actividades:

- a) Exercício da actividade comercial nas áreas de publicidade e imagem;
- b) Branding (estampagem) de viaturas, montagem de spots publicitários, incluindo publicidade luminosa, estampagem de camisetas, bonés e de todo tipo de vestes e acessórios gráficos;

c) Criação de logotipos, impressão gráfica de todo o tipo, incluindo livro de facturas, recibos, talões, guias de remessa;

d) Exercício com âmbito nacional e internacional, de quaisquer actividades comerciais e com o mais alto objecto permitido por lei, incluindo importação e exportação, reexportação, consignação, agenciamento, representação de quaisquer marcas, patentes ou produtos.

ARTIGO QUARTO

(Capital)

O capital da sociedade integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de vinte mil meticais, correspondente a uma única quota, equivalente a cem por cento do capital social.

ARTIGO QUINTO

(Administração)

A administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente compete individualmente a senhora Kátia Iracema Mussá Luís Nogueira António Henrique Manhiça, que pode por mandato delegar poderes que achar convenientes.

ARTIGO SEXTO

(Dissolução)

A sociedade poderá ser dissolvida nos termos da lei.

ARTIGO SÉTIMO

(Casos omissos)

Os casos omissos serão regulados pelas disposições do Código Comercial em vigor e demais legislação aplicável na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Construtora Ndambine – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezasseis de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100493438 uma sociedade denominada Construtora Ndambine – Sociedade Unipessoal, Limitada.

Nos termos do artigo noventa do Código Comercial:

Glória Francisco Dombo, solteira maior, natural de Bilene-Macia, residente na cidade

de Maputo, Bairro Central B, Cidade de Maputo, portadora do Bilhete de Identidade n.º 110201357939M, emitido aos vinte e sete de Julho de dois mil e sete, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo.

Pelo presente contrato escrito particular constitui uma sociedade por quotas unipessoal limitada, que se regerá pelos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação, sede e âmbito territorial

Um) A sociedade adopta a denominação de Construtora Ndambine – Sociedade Unipessoal, Limitada, doravante denominada Construtora Ndambine e tem a sua sede na Cidade de Maputo, Avenida Guerra Popular, número seiscentos e oitenta, décimo andar.

Dois) A Construtora Ndambine, pode estabelecer filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação dentro ou fora do território nacional, sempre e assim que o julgar, respeitando as leis vigentes.

ARTIGO SEGUNDO

Natureza e duração

A sociedade é uma pessoa colectiva, do tipo comercial, com fins lucrativos, de duração indeterminada, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regida pelos presentes estatutos e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto social

Um) A sociedade tem por objecto principal, a prestação de construção civil e obras públicas.

Dois) A sociedade tem como actividades subsidiárias serviços de engenharia, desenvolvimento de projecto imobiliários, estudos económicos e financeiros de projectos de engenharia, produção e venda de materiais de construção e aluguer de equipamento de construção.

Três) A sociedade poderá adquirir participações financeiras em sociedades a constituir ou já constituídas, ainda que tenham objecto social diferente da Construtora Ndambine.

Quatro) A sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades desde que para o efeito esteja devidamente autorizada nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, é de duzentos e cinquenta mil meticais, subscrito e realizado em dinheiro e em bens materiais, pertencente à sócia única, Glória Francisco Dombo.

ARTIGO QUINTO

Aumento de capital

O capital social poderá ser aumentado ou diminuído quantas vezes forem necessárias desde que a assembleia geral delibere sobre o assunto, respeitando a lei vigente.

ARTIGO SEXTO

Divisão e cessão de quotas

Sem prejuízo das disposições legais em vigor a cessão ou alienação de toda a parte de quotas deverá ser do consentimento da sócia gozando esta de direitos de preferência.

ARTIGO SÉTIMO

Reservas estatutárias e livres

Às reservas estatutárias, corresponderá o valor equivalente à dez por cento do capital social, e às reservas livres, corresponderá o valor equivalente à dez por cento do capital social.

ARTIGO OITAVO

Administração

Um) A administração e gestão da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pela única sócia que fica designada administradora.

Dois) A administradora, poderá, se assim que o entender nomear alguém estranho à sociedade para ocupar o cargo.

Três) As contas bancárias da sociedade são movimentadas pela assinatura da Administradora.

ARTIGO NONO

Casos omissos

Os casos omissos serão regulados pela legislação vigente e aplicável na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Mbatsana, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia quatro de Abril de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100481197 uma sociedade denominada Mbatsana, Limitada.

Primeira. Rosita José Chitlango Novele, casada, maior, de quarenta e cinco anos de idade, de nacionalidade moçambicana, natural de Maputo residente na Avenida Mao Tsé Tung número duzentos e cinquenta, bairro Polana Cimento, na cidade de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100273478F,

emitido aos vinte e dois de Junho de dois mil e dez pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo, na qualidade de sócio gerente;

Segunda. Ana Maria José Chitlhango, solteira, maior, de trinta e seis anos de idade, de nacionalidade moçambicana, natural de Maputo residente na Avenida Mao Tsé Tung número duzentos e cinquenta e seis, bairro Polana Cimento, na cidade de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110104576623N, emitido aos nove de Janeiro de dois mil e catorze pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo.

Pelo presente contrato social constituem uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que irá reger-se pelos seguintes artigos:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação Mbatsana, Limitada, e tem a sua sede na rua Carlos da Silva no bairro de Alto Maé.

ARTIGO SEGUNDO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto principal actividade de consultoria.

Dois) Por deliberação da assembleia geral, a sociedade poderá dedicar-se a outras actividades previstas nos termos da lei, ou ainda associar-se por qualquer forma legalmente permitida ou participar no capital de outras empresas.

ARTIGO TERCEIRO

(Duração)

A duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data de constituição.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

Um) O capital social, integralmente subscrito e de vinte mil meticais corresponde a soma de duas quotas assim distribuídas:

- a) Uma quota no valor de dez mil meticais correspondente a cinquenta por cento do capital social, pertencente à Rosita José Chitlhango Novele;
- b) Uma quota no valor de dez mil meticais correspondente a cinquenta por cento do capital social, pertencente à Ana Maria José Chitlhango.

Dois) o capital social poderá ser aumentado por contribuição dos sócios, em dinheiro ou em outros bens, de acordo com os novos investimentos feitos por cada um dos sócios ou por incorporação de reservas, desde que tal seja deliberado pela assembleia geral.

ARTIGO QUINTO

(Cessão ou divisão de quotas)

Um) A cessão e/ou divisão de quotas entre sócios e a favor de terceiros carece de consentimento da sociedade, a qual fica reservado o direito de preferência na sua aquisição.

Dois) No caso da sociedade não exercer o seu direito de preferência, este passará a pertencer a cada um dos sócios.

Três) No caso de a sociedade ou os sócios não chegarem a um acordo sobre o preço da quota a ceder ou a dividir, o mesmo será determinado através do recurso a consultores independentes, sendo o valor assim determinado final e vinculativo para a sociedade e para os sócios.

ARTIGO SEXTO

(Assembleia geral)

Um) Assembleia geral reunirá ordinariamente, uma vez por ano nos primeiros três meses após o fim do exercício anterior para:

- a) Deliberar sobre o balanço e o relatório da administração referentes ao exercício;
- b) Deliberar sobre a aplicação de resultados;
- c) Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal ou fiscal único para as vagas que nesses órgãos se verificarem.

Dois) A assembleia geral reúne extraordinariamente sempre que devidamente convocada, por iniciativa do presidente da assembleia para deliberar sobre os assuntos da actividade da sociedade.

Três) A assembleia geral será convocada pelo gerente, por meio de telex, telefax, telegrama ou carta registada com aviso de recepção, dirigidos aos sócios, com uma antecedência mínima de quinze dias, salvo nos casos em que a lei exigir outras formalidades.

Quatro) Todos os sócios far-se-ão representar nas assembleias gerais pela pessoa física que para o efeito designarem, mediante simples carta para esse fim, dirigida a quem presidir a assembleia geral.

Cinco) Os sócios podem reunir-se em assembleia geral, sem observância de quaisquer formalidades prévias, desde que todos os sócios estejam presentes ou representados e todos manifestem vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre o determinado assunto.

ARTIGO SÉTIMO

(Amortização de quotas)

A sociedade, mediante deliberação da assembleia geral, fica reservado o direito de amortizar as quotas dos sócios no prazo de

noventa dias a contar da data da verificação ou do conhecimento nos casos de exclusão ou exoneração de sócios.

ARTIGO OITAVO

(Representação da sociedade)

Um) Ao gerente compete exercer os mais amplos poderes, representando a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, e praticando todos os actos tendentes a realização do objecto social.

Dois) O gerente poderá constituir mandatários e delegar neles, no todo ou em parte, os seus poderes.

Três) A sociedade fica obrigada pela assinatura de um ou mais gerentes, ou pela assinatura de mandatários, nos termos que forem definidos em assembleia geral.

Quatro) Em caso algum, a sociedade poderá ser obrigada em actos ou documentos que não digam respeito as operações sociais designadamente em letras de favor, fianças e abonações.

ARTIGO NONO

(Balanço e distribuição de resultados)

Um) Os exercícios sociais coincidem com cada ano civil, e o balanço e contas de resultados fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano, e serão submetidos a apreciação da assembleia geral.

Dois) Serão retirados os montantes depois de deduzidos os encargos gerais, amortizações, e encargos dos resultados líquidos para a criação dos seguintes fundos:

- a) De reserva legal, não inferior a dez por cento dos lucros, e não devendo ser inferior a segunda parte do capital social;
- b) Outras reservas necessárias para garantir o equilíbrio económico-financeiro da sociedade.

Três) O remanescente terá a aplicação que for deliberada pela assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO

(Dissolução)

Um) A sociedade só se dissolve nos casos previstos na lei, se o for de acordo, será a sociedade liquidada conforme os sócios deliberarem.

Dois) Os casos omissos serão regulados pelas disposições legais em vigor e demais legislação aplicável.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Lei aplicável e foro)

O presente contrato rege-se, em tudo o que for omissivo, pela lei moçambicana e, para todas as questões emergentes da sua interpretação ou aplicação, as partes escolhem como foro

competente, o do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Internetworking Consultants – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezasseis de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100482029 uma sociedade denominada Internetworking Consultants – Sociedade Unipessoal, Limitada.

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação, sede e duração)

Um) A sociedade adopta a denominação de Internetworking Consultants – Sociedade Unipessoal, Limitada, e constitui-se sob a forma de sociedade unipessoal, por quotas de responsabilidade limitada, e será regida pelos presentes estatutos e demais disposições legais aplicáveis.

Dois) A sociedade tem a sua sede na cidade de Maputo, Avenida Julius Nyerere, número três mil quatrocentos e cinquenta e três, Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane, Campus Universitário Principal.

Três) A sociedade poderá transferir a sua sede para qualquer outro ponto do território moçambicano, bem como criar ou encerrar delegações, filiais, sucursais ou quaisquer outras formas de representação social, em território nacional ou estrangeiro.

Quatro) A sociedade é constituída por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da sua constituição.

ARTIGO SEGUNDO

(Objecto)

Um) A sociedade tem como objecto principal a prestação de serviços de consultoria em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), nomeadamente nas seguintes áreas:

- Desenho e implementação de soluções e serviços em tecnologias de comunicação e informação;
- Prestação de consultoria na gestão de sistemas computacionais e infraestruturas de comunicações;
- Concepção e operação de serviços de valor acrescentado na área de telecomunicações;
- Desenvolvimento de aplicações e sistemas informáticos;

e) Representação de empresas parceiras, nacionais ou estrangeiras;

f) Importação, exportação e comercialização de bens e serviços relacionados com a actividade principal;

g) Formação em TIC.

Dois) A sociedade poderá exercer outras actividades distintas do seu objecto principal, desde que para o efeito obtenha as necessárias licenças.

Três) A sociedade poderá deter participações em outras sociedades, nacionais ou no estrangeiro independentemente do seu objecto social, em consórcios, ou agrupamentos de empresas ou outras forma societárias.

ARTIGO TERCEIRO

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de dez mil metcais, que representa uma quota única de igual valor nominal, pertencente ao sócio único, Eneas Henrique Manhiça Hunguana.

ARTIGO QUARTO

(Aumento do capital social)

O capital social poderá ser alterado uma ou mais vezes, por deliberação do sócio, definindo as modalidades, termos e condições da sua realização.

ARTIGO QUINTO

(Gerência e representação)

Um) A administração da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, passa desde já a cargo do sócio único, que é nomeado sócio gerente com plenos poderes.

Dois) O sócio único tem plenos poderes para nomear mandatários da sociedade, bem como definir os termos e limites do mandato.

Três) A sociedade obriga-se:

- Pela assinatura do sócio único;
- Pela assinatura de um ou mais mandatários, nas condições e limites dos poderes dos seus respectivos mandatos.

ARTIGO SEXTO

(Morte ou interdição do sócio)

Em caso de morte ou interdição do sócio único, a sociedade continuará com os herdeiros, sucessores ou representantes do sócio, os quais nomearão entre si um que a todos representa na sociedade, enquanto a quota permanecer indivisa.

ARTIGO SÉTIMO

(dissolução)

Um) A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos previstos por lei ou por deliberação do sócio único.

ARTIGO OITAVO

(Casos omissos)

Um) Os casos omissos serão regulados pela legislação vigente e aplicável na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Infra Investimento, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e dois de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100494949 uma sociedade denominada Infra Investimento Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do código Comercial, entre:

Primeiro. Dambuza Joaquim do Nascimento Chissano, moçambicano, natural da cidade de Maputo e residente na mesma cidade, casado, titular do Bilhete de Identidade n.º 110100208201L, emitido aos catorze de Maio de dois mil e dez;

Segundo. Maria Chivite Zulo Mutisse, moçambicana, natural de Chonguene, província de Gaza, residente na cidade de Maputo, casada, titular do Bilhete de Identidade n.º 110100079477Q, emitido aos vinte e seis de Março de dois mil e doze;

Terceiro: Flavio Pedro Efraime Taimo, moçambicano, natural de Songo, Cahora-Bassa, e residente na cidade de Maputo, solteiro, titular do Bilhete de Identidade n.º 110100277640B, emitido aos vinte e oito de Junho de dois mil e seis.

Pelo presente contrato de sociedade outorgam e constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

Nome, duração, sede e objecto social

ARTIGO UM

(Nome e duração)

A sociedade adopta a denominação de Infra Investimento, Limitada, é uma sociedade comercial limitada, criada por tempo indeterminado, sendo a data do seu início a do registo. A sociedade é governada por estes Estatutos e por outras disposições legais em vigor na República de Moçambique.

ARTIGO DOIS

(Sede)

Um) A sociedade tem a sua sede na cidade de Maputo, Moçambique.

Dois) Por deliberação dos sócios a sociedade poderá abrir ou encerrar delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação social no território nacional e no estrangeiro, e ainda transferir a sua sede para qualquer outro lugar dentro ou fora do país, após a devida autorização das entidades competentes.

ARTIGO TRÊS

(Objecto social)

Um) A sociedade tem por objecto social a prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em áreas ligadas ao desenvolvimento de infra-estruturas, mineração, construção civil, energias, entre outras.

Dois) A sociedade poderá exercer as funções de representação comercial de companhias, marcas e patentes internacionais.

Três) A sociedade poderá, dentro dos procedimentos estabelecidos, exercer quaisquer outras actividades directa ou indirectamente relacionadas com o seu objecto, incluindo logística, importação e exportação de bens e serviços, desde que seja devidamente autorizada pelas entidades competentes.

Sete) A sociedade pode realizar o seu objecto social através das suas próprias actividades e/ou através de sociedades subsidiárias nas quais tenha participação parcial ou total.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO QUATRO

(Capital)

Um) O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, é de dez mil meticais, dividido em quotas como se segue:

- a) Uma quota no valor de cinco mil meticais, o que equivale a cinquenta por cento do capital, pertencentes ao sócio Dambuza Joaquim do Nascimento Chissano;
- b) Uma quota no valor de dois mil e quinhentos meticais, o que equivale a vinte e cinco por cento do capital, pertencentes a sócia Maria Chivite Zulo Mutisse Victor;
- c) Uma quota no valor de dois mil e quinhentos meticais, o que equivale a vinte e cinco por cento do capital, pertencentes ao sócio Flavio Pedro Efraime Taimo.

Dois) O capital social pode, a qualquer momento, ser aumentado ou reduzido uma ou mais vezes, mediante o consentimento dos sócios, alterando-se em qualquer dos casos o pacto social em observância das formalidades estabelecidas por lei.

ARTIGO CINCO

(Cessão de quotas)

Um) A cessão total ou parcial de quotas é livre entre os sócios.

Dois) A alienação total ou parcial a terceiros carece de acordo, gozando os sócios do direito de preferência nessa cessão.

CAPÍTULO III

Da assembleia geral e administração

ARTIGO SEIS

(Assembleia geral)

Um) A assembleia geral é o órgão social supremo da sociedade e as suas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, são obrigatórias para os restantes órgãos e para os sócios.

Dois) A assembleia geral é constituída pelos sócios e dirigida por um presidente da mesa, que por sua vez é assistido por um secretário.

Três) A convocação da assembleia geral é feita pelo respectivo presidente por carta registada com aviso de recepção, telegrama, telefax ou correio electrónico, dirigidos aos sócios com antecedência mínima de quinze dias, salvo os casos em que a lei prescreva formalidades especiais de convocação.

Quatro) Compete à assembleia geral decidir sobre todas as grandes questões relativas à vida da sociedade.

Cinco) A assembleia geral reúne-se uma vez por ano em sessão ordinária a ser realizada dentro de três meses após o término de cada ano financeiro, para aprovação ou modificação dos balanços financeiros e contas.

Seis) A assembleia geral pode reunir-se extraordinariamente sempre que for necessário.

Sete) Os sócios podem reunir em assembleia geral sem as formalidades descritas acima, desde que estejam todos presentes e concordem reunir para discutir aspectos particulares da vida da sociedade, em conformidade com o número dois do artigo cento vinte e oito do Código Comercial.

Oito) A assembleia geral tem lugar, usualmente, na sede da sociedade.

Nove) Um sócio pode ser representado em assembleia geral por um outro, delegando a autoridade para o efeito, através de procuração, carta, fax ou correio electrónico.

Dez) A assembleia geral pode ser organizada sob forma de conferência telefónica, para permitir a participação de sócios que não possam estar fisicamente presentes.

ARTIGO SETE

(Administração)

Um) A administração e representação da sociedade será confiada a um conselho de administração.

Dois) Um conselho de administração deverá ser eleito pela assembleia geral para realizar o negócio da sociedade sob a supervisão da assembleia geral e em conformidade com os presentes estatutos.

ARTIGO OITO

(Casos omissos)

Os casos omissos serão regulados pelas disposições do Código Comercial e demais legislação aplicável na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Amazing Elements Africa, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezanove de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100493586 uma sociedade denominada Amazing Elements Africa, Limitada.

Entre:

Amazing Elements, Inc. com sede em Brunei, representada neste acto pela senhora Anura Gnanasothi Kandasamy, solteira, natural de Kuala Lumpur, Malásia, residente na Cidade de Johor Bahru, Malaysia, portadora do Passaporte n.º A30214554, emitido aos dez de Junho de dois mil e treze em Johor Bahru na Malásia, Nabil Sabapathy solteiro, natural de Bangalore, Índia, residente nesta Cidade de Maputo, portador do DIRE n.º 11MY00043088B, emitido aos vinte e cinco de Outubro de dois mil e treze, pela Direcção Nacional de Migração e Nedah Sabapathy Salgado, casada, em regime de comunhão de bens com Ângelo Inocente das Neves Salgado, natural de Bangalore portadora do Bilhete de Identidade n.º 110104419135B, emitido aos trinta de Outubro de dois mil e treze, pela Direcção Nacional de Identificação Civil de Maputo, residente neste cidade de Maputo, constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que reger-se á pelos seguintes artigos:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e sede

A sociedade adopta a denominação de Amazing Elements Africa, Limitada, e tem a sua sede na Número mil setecentos e oitenta e um Avenida Ahmed Sekou Toure, Bairro Central de Maputo.

ARTIGO SEGUNDO

Duração

A sua duração será por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da celebração do contracto social da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto:

- a) Negociação em produtos de tratamento alternativa e serviços de bem-estar;
- b) Importação e exportação de produtos de tratamento alternativa (natural, sem químicos)) de bem-estar.

Dois) A sociedade poderá exercer quaisquer outras atividades desde que a sociedade devidamente autoriza e os sócios assim o deliberaram para isso esteja devidamente autorizado, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de dez mil metcais, correspondente a soma de três quotas a saber:-

- a) Uma quota no valor de cinco mil metcais, equivalente a cinquenta por cento do capital social subscrita pela sócia Amazing Elements Inc;
- b) Uma quota no valor de dois mil e quinhentos metcais, equivalente a vinte e cinco por cento do capital social subscrita pelo sócio Nabil Sabapathy;
- c) Uma quota no valor de ois mil e quinhentos metcais, equivalente a vinte e cinco por cento do capital social subscrita pelo sócia Nedah Sabapathy Salgado.

O capital social poderá ser aumentado ou diminuído quantas vezes forem necessárias desde que a assembleia geral delibere sobre o assunto.

ARTIGO QUINTO

Divisão e cessão de quotas

Um) Sem prejuízo das disposições legais em vigor a cessação ou alienação de toda a parte de quotas deverá ser do consenso dos sócios gozando estes do direito de preferência.

Dois) Se nem a sociedade, nem os sócios mostrarem interesse pela quota do cedente, este decidirá a sua alienação a quem e pelos preços que melhor entender, gozando o novo sócio dos direitos correspondentes a sua participação na sociedade.

ARTIGO SEXTO

Gerência

Um) A administração, gestão da sociedade e sua representação em juízo e fora dela, ativa e passivamente, serão exercidas por Anura Gnanasothi Kandasamy, Nabil Sabapathy e Nedah Sabapathy Salgado que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando as suas assinaturas, para obrigar a sociedade.

Dois) Pela assinatura de qualquer dos dois sócios, Nabil Sabapathy, Nedah Sabapathy Salgado ou representante da sociedade Amazing Elements Inc, Senhora Anura Gnanasothi Kandasamy.

ARTIGO SÉTIMO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por em três meses para apreciação e aprovação do balanço e contas do exercício findo e repartição de lucros e perdas.

Dois) A assembleia geral poderá reunir-se extraordinariamente quanta vezes for necessária desde que as circunstâncias assim o exijam para deliberar sobre qualquer assunto que diga respeito a sociedade.

ARTIGO OITAVO

Dissolução

A sociedade só se dissolve nos termos fixados pela lei ou por comum acordo dos sócios quando assim o entenderem.

ARTIGO NONO

Herdeiros

Em caso de morte, interdição ou inabilitação de um dos sócios da sociedade os seus herdeiros assumem automaticamente o lugar na sociedade com dispensa de caução, podendo estes nomear seu representante se assim o entender desde que obedeçam o preceituado nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO

Disposições finais

Um) Eventuais alterações ao teor do presente contrato só serão validas se forem precedidas de negociação entre as partes e incluídas no texto deste acordo por meio de adenda subscrita pelas partes.

Dois) O presente contrato vai ser assinado em três exemplares de igual teor e valor.

Três) Não havendo mais nada a tratar a sessão foi encerrada e se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos sócios.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Litígio

Um) As partes comprometem-se a resolver qualquer litígio que possa emergir da aplicação do presente contrato, com base no princípio de boa fé e por via amigável.

Dois) Gorada a via de solução amigável, as partes poderão recorrer ao fórum judicial competente da Cidade de Maputo.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Casos omissos

Os casos omissos, serão regulados pela lei e demais legislação aplicável na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

**Criação & Construção, Limitada**

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e dois de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100495244 uma sociedade denominada Criação & Construção, Limitada.

Entre:

Enane Daniel Fuel, maior, solteiro de nacionalidade moçambicana, natural de Xai-Xai, portador de Bilhete de Identidade n.º 110100070541C, emitido pela Direcção de Identificação Civil de Maputo, a onze de Fevereiro de dois mil e dez, residente na Avenida Francisco O. Magumbwe número cento e setenta e cinco, bairro Polana Cimento;

Francisco Domingos Elija Jeque, maior, solteiro de nacionalidade moçambicana, portador de BI n.º 110100251208M, emitido pela Direcção de Identificação Civil de Maputo, a dez de Junho de dois mil e dez, residente na Rua da Resistência número trezentos e vinte e um, rés-do-chão, bairro da Malhangalene, cidade de Maputo.

Pelo presente contrato de sociedade outorgam e constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação social e sede)

Um) A sociedade adopta a denominação de Criação & Construção, Limitada, e tem a sua sede na Rua da Resistência número trezentos e vinte e um bairro da Malhangalene, na cidade de Maputo.

Dois) Para além da sede, a sociedade poderá abrir ou encerrar sucursais dentro e fora do país.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sua duração será por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da celebração da escritura da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto social)

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de engenharia e construção civil, elaboração de projectos, desenhos de construção de estradas e pontes e consultorias.

ARTIGO QUARTO

(Divisão das quotas)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de vinte mil meticais, sendo:

- a) Uma quota de dez mil meticais, pertencente ao sócio Enane Daniel Fuel, correspondente a cinquenta por cento;
- b) Uma quota de dez mil meticais, pertencente ao sócio Francisco D. E. Jeque, correspondente a cinquenta por cento.

ARTIGO QUINTO

(Aumento do capital)

O capital social poderá aumentar ou diminuir, desde que a assembleia delibere sobre o assunto.

ARTIGO SEXTO

(Divisão e cessão de quotas)

Sem prejuízo das disposições legais em vigor, a cessação ou alienação de toda a parte de quotas deverá ser do consenso dos sócios, gozando estes do direito de preferência.

ARTIGO SÉTIMO

Gerência

Um) A administração e gestão da sociedade, activa e passivamente, fica a cargo do sócio Enane Daniel Fuel que é nomeado sócio gerente com plenos poderes, podendo sempre que necessário, ser coadjuvado pelo sócio Francisco Domingos Elija Jeque.

Dois) O gerente tem plenos poderes de nomear mandatários com poderes de representação.

ARTIGO OITAVO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano para apreciação e aprovação do balanço e contas do exercício findo e repartição e perdas.

Dois) A assembleia geral poderá reunir-se extraordinariamente quantas vezes forem necessárias desde que as circunstâncias assim o exijam.

ARTIGO NONO

Dissolução

A sociedade só se dissolve nos termos da lei ou por comum acordo dos sócios.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Licores HLP, – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezasseis de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100493489 uma sociedade denominada Licores HLP – Sociedade Unipessoal Limitada.

Vasconcelos Joaquim Lhamine, natural de Manhiça, e residente em Maputo, Bairro Vinte e Cinco de Junho, Quarteirão número vinte e cinco, casa número quarenta e dois, portador do Bilhete de Identidade n.º 110500047834Q, emitido em Maputo aos dezanove de Janeiro de dois mil e dez.

Celebra o presente contrato nos termos do artigo noventa do Código do Registo Comercial, que se reagem pelos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e duração)

Um) A sociedade adopta a denominação de Licores HLP – Sociedade Unipessoal Limitada.

Dois) A sua duração é indeterminada, contando a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

Um) A sociedade tem a sua sede em Maputo.

Dois) A gerência poderá mudar a sede social para qualquer outro local, dentro da mesma cidade ou para circunscrições administrativas limítrofes, e poderá abrir ou encerrar sucursais, filiais, delegações ou outras formas de representação quer no estrangeiro quer no território nacional.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto o fabrico de Licores e de Jam.

Dois) A sociedade poderá, com vista a prossecução do seu objecto, associar-se com outras empresas, quer participando no seu

capital, quer em regime de participação não societária de interesses, segundo quaisquer modalidades admitidas por lei.

Três) A sociedade poderá exercer actividades em qualquer outro ramo de comércio ou indústria, que o sócio resolva explorar e para os quais obtenha as necessárias autorizações.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social integralmente subscrito é de trezentos mil meticais.

ARTIGO QUINTO

(Representação)

Um) A gerência e a representação da sociedade pertencem ao sócio único, ficando desde já nomeado gerente, com ou sem remuneração conforme ele decidir.

Dois) O gerente poderá constituir procurador(es) da sociedade para a prática de actos determinados ou categorias de actos e delegar entre si os respectivos poderes para determinados negócios ou espécies de negócios.

ARTIGO SEXTO

(Prestações suplementares)

O sócio poderá fazer à sociedade suprimentos, para titular empréstimos nos termos que for a definir, que fixará os juros e as condições de reembolso.

ARTIGO SÉTIMO

(Dissolução e liquidação)

A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos estabelecidos na lei.

ARTIGO OITAVO

(Casos omissos)

Os casos omissos serão regulados pela legislação aplicável na República de Moçambique.

ARTIGO NONO

(Disposições finais e transitórias)

Um) Fica desde já nomeado o sócio como gerente único da sociedade, o senhor Vasconcelos Joaquim Lhamine, portador do Bilhete de Identidade n.º 110500047834q, residente no bairro Vinte e Cinco de Junho B, Quarteirão número vinte e cinco, casa número quarenta e dois, Rua número cinco mil quinhentos e dois, cidade de Maputo.

Dois) O gerente fica, desde já, autorizado a efectuar levantamentos na conta onde se encontra depositado o capital social da sociedade ora constituída, para fazer face às despesas de constituição e instalação da sociedade.

Três) A sociedade assume, desde já, as obrigações decorrentes de negócios jurídicos celebrados em seu nome, pela gerência, bem como a aquisição, para a sociedade de quaisquer direitos.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Afro Oil Motors, – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e um de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória de Registo de Entidades Legais sob o NUEL 100494396 uma sociedade denominada Afro Oil Motors – Sociedade Unipessoal, Limitada.

Elhadj Mohamed Saliou Diaby, maior, de trinta e dois anos, titular de DIRE n.º 11GN 00012316M, emitido aos trinta de Janeiro de dois mil e catorze, pelo Arquivo de Identificação de Maputo, casado.

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação social)

Nos termos da lei vigente na República de Moçambique, no presente estatuto de sociedade e nos demais preceitos legais aplicáveis, é constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que adopta a denominação de Afro Oil Motors – Sociedade Unipessoal, Limitada.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede social)

A sociedade tem a sua sede social na Avenida Rua da Zambeze número duzentos e nove, cidade de Maputo, podendo por deliberação do conselho de gerência, transferi-la para outra cidade, bem como abrir sucursais, filiais, agências ou quaisquer outras formas de representação, bem como escritórios e estabelecimentos permanentes, onde e quando os sócios acharem necessário.

ARTIGO TERCEIRO

(Duração e regime)

A sociedade é constituída por tempo indeterminado, sendo a sua existência considerada a partir da data da assinatura do presente estatuto sociedade, devendo em tudo reger-se exclusivamente pelos dispositivos da lei moçambicana.

ARTIGO QUARTO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto principal o exercício de comércio a grosso

e a retalho. Importação/Exportação, peças e sobressalentes, óleos minerais e lubrificantes para a comercialização interna.

Dois) A sociedade têm ainda por objecto a prestação de quaisquer serviços conexos com o seu objecto principal.

Três) A sociedade poderá desenvolver outras actividades comerciais, subsidiárias ou complementares/conexas do seu objecto social ou outras legalmente permitidas, desde que obtidas as necessárias autorizações e participar no capital de outras sociedades ou com elas associar-se, sob qualquer forma legalmente admissível.

ARTIGO QUINTO

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de quinze mil meticais pertencente ao sócio Elhadj Mohamed.

ARTIGO SEXTO

(Aumento do capital social)

Um) O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes, mediante deliberação unânime dos sócios fundadores nos termos do quanto previsto na lei das sociedades por quotas e demais legislação aplicável.

Dois) Os sócios fundadores gozam de direito de preferência no aumento do capital da sociedade, na proporção das suas quotas, salvo se o conselho de gerência deliberar diversamente em caso de venda de novas acções.

ARTIGO SÉTIMO

(Suprimentos, prestações suplementares e direito dos sócios)

Um) Depende da deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

Dois) Aos sócios poderão ser concedidas prestações suplementares de capital até ao montante global das suas quotas, nas condições que forem fixadas pelo conselho de gerência, sob forma de concessão de crédito ou empréstimo a sociedade, a qual deverá posteriormente reembolsar o sócio que o disponibilizar.

Três) Assiste a qualquer dos sócios fundadores, o direito de consultar os saldos e extractos das contas bancárias da sociedade, bem como os seus balancetes mensais.

ARTIGO OITAVO

(Divisão e cessão de quotas)

Um) É livre a divisão e a cessão de quotas entre os sócios, ou de qualquer destes a favor da própria sociedade.

Dois) A sociedade tem o direito de haver para si as quotas que os sócios proponham ceder a estranhos. Quando a sociedade não pretenda fazer valer tal direito de preferência, tem-no os sócios na proporção das quotas que já possuem.

Três) A sociedade convocará o conselho de gerência para deliberar sobre se a sociedade deverá ou não exercer o seu direito de preferência, no caso em que o potencial adquirente seja um estranho a sociedade.

Quatro) Os sócios que pretendam exercer o seu direito de preferência, verificando-se que a sociedade não pretende exercê-lo, deverão manifestar sua intenção em sessão do conselho de gerência.

Cinco) Se decorridos trinta dias contados da data do conhecimento da comunicação escrita a que se refere o número três, sem que o conselho de gerência tenha comunicado também por escrito, que a sociedade ou os sócios exercerão o direito de preferência, pode aquele cede-lo ao potencial adquirente que tiver indicado.

Seis) É nula qualquer divisão, cessão ou alienação de quotas, desde que feita sem observância do previsto no presente contrato de sociedade.

Único. Só no caso de algum sócio pretender ceder a sua quota, ou oferecê-la a sociedade e esta não quiser adquiri-la, é que a mesma será cedida a estranhos.

Não há caducidade de posição de sócio, originada pela morte ou impedimento de um deles, porque os seus direitos serão assumidos pelos seus legítimos herdeiros, que dentre si designarão quem os representará na sociedade.

ARTIGO NONO

(Amortização de quotas)

Um) A sociedade poderá amortizar qualquer quota quando esta seja objecto de penhor, arresto, penhora, arrolamento, apreensão em processo judicial ou administrativo, ou seja dada a caução de obrigações assumidas pelos seus titulares sem que a prestação de tal garantia tenha sido autorizada pela sociedade, quando o sócio respectivo fizer ou praticar acções lesivas ao bom nome e relativamente a imagem da sociedade e dos restantes sócios; e ainda quando, ocorrendo o divórcio, a quota lhe não fique a pertencer por inteiro na sequência da partilha dos bens.

Dois) A quota considerar-se-á amortizada pela outorga da respectiva prestação, e o preço da amortização será o valor do último balanço aprovado.

Três) A amortização deve ser decidida no prazo máximo de noventa dias, contados a partir da data em que a sociedade tiver tido conhecimento do facto que lhe tiver dado causa.

Quatro) O pagamento do preço da amortização serão feitos na sede social, em prestações anuais, que por acordo poderá ser dividida em duodécimos, vencendo-se a primeira no dia imediato ao da celebração da escritura pública.

Cinco) Ao preço da amortização devesse acrescer, nos mesmos prazos e condições de

pagamento, a importância relativa aos créditos ou suprimentos que o sócio tenha eventualmente a haver da sociedade, segundo os elementos constantes dos livros de escrituração, assim como deverão abater-se na importância que o sócio por ventura lhe dever, sem prejuízo, contudo, dos dispositivos legais que sejam aplicáveis ao caso.

ARTIGO DÉCIMO

(Assembleia geral)

Um) A assembleia geral reunirá ordinariamente uma vez por ano, para apreciação do relatório de contas da gerência no exercício findo e do orçamento para o ano seguinte.

Dois) A assembleia geral reunirão extraordinariamente sempre que para tal seja convocada pelo conselho de gerência ou justificadamente por um dos sócios.

Três) A assembleia geral será convocada com antecedência mínima de quinze dias, quer verbalmente, quer pela forma escrita.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Gerência)

Um) A gerência da sociedade será exercida por um dos membros da sociedade, designados pela assembleia ordinária, sendo que irá assumir o cargo de sócio gerente, tendo este poderes ilimitados, onde todas as decisões serão tomadas pelos membros da sociedade, este representará a sociedade nas suas relações com terceiros, tanto activa como passivamente.

Dois) O conselho de gerência reunir-se-á sempre que necessário no interesse da sociedade, sendo a respectiva reunião convocada pelo gerente ou a pedido de qualquer um dos membros que compõem a sociedade.

Três) A convocação para as reuniões, será feita sem qualquer formalidade, mas deverá ser acompanhada da anunciação prévia da respectiva ordem de trabalhos, assim como de todos os documentos necessários a tomada de deliberação, quando seja esse o caso.

Quatro) No caso de ausência ou incapacidade temporária de um dos membros directivos, nomeados, o conselho de gerência poderão mandar outro em sua substituição.

Cinco) Para obrigar validamente a sociedade, serão necessárias duas assinaturas dos membros que compõe a sociedade.

Seis) A determinação de funções assim como a definição das competências do gerente e dos sócios, serão estabelecidas por deliberação da assembleia geral.

Sete) Fica expressamente vedado aos membros do conselho de gerência, obrigar a sociedade de qualquer acto ou contrato estranho aos negócios sociais

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Definição e encerramento do ano de exercício e distribuição de resultados)

Um) O ano social coincide com o ano civil, encerrando-se em trinta e um de Dezembro de cada ano, o balanço para apuramento de resultados.

Dois) Os lucros da sociedade serão repartidos pelos sócios na proporção das respectivas quotas, depois de deduzida a percentagem destinada ao fundo de reserva legal, devendo a assembleia geral deliberar também no tocante a constituição de outro ou outros fundos de reserva.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Transformação da sociedade)

Os sócios poderão decidir sobre a transformação da sociedade numa outra espécie diferente, admitida por lei, através da deliberação dos mesmos em assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Dissolução e extinção da sociedade)

Um) A sociedade extingue-se pela forma e conforme o preceituado na lei, através da deliberação dos sócios em assembleia.

Dois) Em caso da dissolução da sociedade, todos os sócios serão liquidatários do seu património, quer do activo como também do passivo.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Resolução de litígios)

Quaisquer litígios que possam surgir durante a vigência da sociedade ou durante a vigência da sua liquidação, preferirão os sócios uma negociação amigável em primeiro lugar. Em caso de não obtenção de um consenso, serão submetidas as matérias controvertidas a jurisdição do Tribunal da sede social.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Casos omissos)

Em tudo o que seja omissos no presente contrato da sociedade, aplicar-se-á a lei da sociedade por quotas, a lei geral, demais dispositivos do Código Comercial e demais legislação aplicável.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Illegível*.



BGAP Investimentos & Tranding, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e dois de Maio de dois mil e catorze,

foi matriculada na Conservatória de Registo de Entidades Legais sob o NUEL 100494752 uma sociedade denominada BGAP Investimentos & Tranding, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial, entre:

Brett Deeley-Barnard natural de República de África do Sul, solteiro maior, portador do Passaporte n.º 6702235098089, emitido aos seis de Agosto de dois mil e sete pelo Departamento de Home Affairs Sul Africana, e representação da empresa Bowicron (PTY) Ltd. da África do Sul;

Hélder Daniel Tembe, casado, natural de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110103992301I, emitido aos trinta e um de Março de dois mil e dez pelo Arquivo de Identificação de Maputo, em representação da Ap Capital Telecoms, Limitada.

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação BGAP Investimentos & Tranding, Limitada, e tem a sua sede na sede na Avenida Vinte e Cinco de Setembro número duzentos e setenta, complexo Time Square rés-do-chão, cidade de Maputo, podendo mediante decisão, ser transferida para qualquer outro local do território moçambicano, bem com serem abertas delegações, filiais, sucursais ou quaisquer outras formas de representação social.

ARTIGO SEGUNDO

A sociedade tem seu início apartir da data da elaboração da escritura pública notarial e a sua duração é por tempo indeterminado.

ARTIGO TERCEIRO

A sociedade tem por objecto social:

- a) Comércio geral a grosso e retalho com importação, exportação;
- b) Consultoria, investimentos e serviços;
- c) A sociedade poderá exercer qualquer outro ramo de comércio e ou indústria a desde obtenha as necessárias autorizações, participar no capital de outras sociedades ou pessoas ou associar-se com elas sob qualquer forma legalmente permitida.

ARTIGO QUARTO

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro é de cem mil de meticais, representando duas quotas de seguinte modo:

- a) Uma quota no valor nominal de sessenta mil meticais, pertencente

a empresa Bowicron (PTY) Ltd., equivalente a sessenta por cento do capital social.

- b) Uma quota no valor nominal de quarenta mil meticais pertencente a empresa AP Capital Telecoms, Limitada. Equivalente a quarenta por cento do capital social.

ARTIGO QUINTO

Dos sócios poderá o capital social ser aumentado em dinheiro ou em bens, com ou com a deliberação sem admissão de novos sócios, procedendo a respectiva alteração do pacto social.

ARTIGO SEXTO

Não existindo prestações suplementares do capital, poderão os sócios fazer os suplementos de que a sociedade necessite nos termos que vierem a ser estabelecidos por estes.

ARTIGO SÉTIMO

A cessão ou divisão de quotas a título oneroso ou gratuito será livre entre os sócios, mas a estranhos a sociedade dependerá do consentimento expresso do outro sócio, gozando este o direito de preferência.

ARTIGO OITAVO

(Administração e gerência)

A administração e gerência da sociedade, bem como a sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente pertencerá a ambos sócios.

ARTIGO NONO

Para obrigar a sociedade em todos actos e contratos bastará a assinatura dos dois sócios-representantes ou seus mandatários.

Parágrafo Único-Em caso algum, a sociedade poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos ao seu objecto social nomeadamente fianças, abonações ou letras de favor.

ARTIGO DÉCIMO

Por morte ou interdição de qualquer sócio, os herdeiros ou representantes do falecido exercerão em comum os respectivos direitos enquanto a quota permanecer indivisa, devendo de entre eles nomear um que a todos represente na sociedade.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Na falência ou insolvência de um dos sócios, bem como na penhora, arresto, venda ou adjudicação judicial de uma das quotas poderá a sociedade amortizar sob pagamento de prestações a deliberar entre os sócios.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Assembleia Geral)

A assembleia geral reunirá ordinariamente uma vez por ano para apreciação ou modificação do balanço e contas do exercício ou para deliberar sobre qualquer assunto, e extraordinariamente quando achar-se necessário.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Os lucros apurados depois de deduzidos os fundos de reserva necessário, serão para dividendos aos sócios na proporção das quotas.

Parágrafo Único-A remuneração por acto de gerência se a ela houver, será fixada em assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

As deliberações serão tomadas por unanimidade dos sócios e no caso de opiniões opostas inconsiliáveis, poder-se-á recorrer á arbitragem de um perito imparcial ou autoridade judicial para mediação.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

A sociedade somente se dissolverá nos casos previsto na lei. Dissolvendo-se por acordo será liquidada conforme os sócios deliberarem.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

A sociedade poderá elaborar regulamento interno, para o seu funcionamento sem ferir a lei laboral e outras legislações vigentes no estado Moçambicano.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

Em tudo que fica omissso, regularão as legislações vigentes aplicáveis na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Audit & Assurance Partners, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia doze de Fevereiro de dois mil e treze, foi matriculada na Conservatória de Registo de Entidades Legais sob o NUEL 100361795 uma sociedade denominada Audit & Assurance Partners, Limitada.

Entre:

Celso Afonso de Albuquerque Fostão Raposo, de nacionalidade moçambicana, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100664602N, emitido aos três de Dezembro de dois mil e dez, pela Direcção Nacional de Identificação Civil de Maputo, casado em regime de

comunhão de adquiridos com a senhora Ana Lúcia Peres Gomes da Costa, residente na Rua Valentim Siti, número trezentos e quarenta e dois, primeiro Andar – Flat três, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo; e

Ana Lúcia Peres Gomes da Costa, de nacionalidade moçambicana, portadora do Bilhete de Identidade n.º 110102401718Q, emitido aos sete de Agosto de dois mil e doze, pela Direcção Nacional de Identificação Civil de Maputo, casado em regime de comunhão de adquiridos com o senhor Celso Afonso de Albuquerque Fostão Raposo, residente na Rua Valentim Siti, número trezentos e quarenta e dois, primeiro Andar – Flat três, bairro da Sommerschild, cidade de Maputo.

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação, duração e sede)

Um) É constituída por tempo indeterminado uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada Audit & Assurance Partners, Limitada, com a sede provisória na Rua Zedequias Manganhela, número trezentos e nove – Edifícios dos Correios, segundo Andar Direito em Maputo – Moçambique, podendo estabelecer, manter ou encerrar sucursais, filiais e outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO SEGUNDO

(Objecto social)

Um) A sociedade tem como seu objecto principal a prestação de serviços de contabilidade, auditoria e formação na área de contabilidade.

Dois) O objecto da sociedade inclui também:

- a) Intermediação imobiliária; e
- b) Agência de viagem.

Três) Importação e exportação de equipamentos, bens e outros materiais relacionados com a sua actividade, bem como desenvolver outras actividades subsidiárias ou complementares ao seu objecto principal, desde que tais actividades sejam devidamente autorizadas pelos sócios.

Quatro) A sociedade poderá igualmente exercer actividades conexas, complementares ou subsidiárias a actividade principal e outra desde que devidamente autorizada pelas entidades competentes, conforme for deliberado em assembleia geral.

Cinco) Mediante simples deliberação dos sócios, poderá a sociedade participar, directa ou indirectamente, em sociedades que de alguma forma concorram para o preenchimento do seu objecto social, bem como, com o mesmo objectivo, aceitar concessões, adquirir e gerir participações no capital de quaisquer sociedades, independentemente do respectivo

objecto social, ou ainda deter participações em outras empresas, grupos de empresas ou outras formas de associação.

ARTIGO TERCEIRO

(Capital social)

O capital social, subscrito e realizado integralmente em dinheiro é de vinte mil meticais, correspondente à soma de duas quotas iguais assim distribuídas e pertencentes aos seguintes sócios:

- a) Celso Afonso de Albuquerque Fostão Raposo com uma quota correspondente a cinquenta por cento do capital social, no valor de dez mil meticais;
- b) Ana Lídia Peres Gomes da Costa com uma quota correspondente a cinquenta por cento do capital social, no valor de dez mil meticais.

ARTIGO QUARTO

(Prestação suplementares e suprimentos)

Não serão exigíveis prestações suplementares do capital, podendo, porém, os sócios concederem a sociedade os suprimentos de que necessite, nos termos e condições fixados por deliberação da assembleia geral.

ARTIGO QUINTO

(Aumento do capital social)

Um) O capital pode ser aumentado mediante a deliberação expressa dos sócios em assembleia geral, alterando-se o pacto social, para o que se observarão as formalidades estabelecidas na lei das sociedades por quotas.

Dois) Deliberado qualquer aumento será o montante rateado pelos sócios na proporção da suas quotas.

ARTIGO SEXTO

(Morte ou interdição)

Em caso de morte ou interdição de um dos socios os seus direitos manterão com os seus herdeiros nos termos da lei, devendo estes, escolher de entre eles um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa ate a deliberação da sociedade em assembleia geral.

ARTIGO SÉTIMO

(Divisão e cessão de quotas)

Um) A divisão e cessão total ou parcial de quotas a sociedade e a terceiros depende da deliberação prévia da assembleia geral.

Dois) O sócio que pretender alienarem a sua quota previnirá a sociedade, com antecedência mínima de trinta dias, por carta registada, indicando o nome do adquirente, o preço e demais condições de cessão.

Três) A sociedade reserva-se ao direito de preferência nesta cessão, e quando não quiser dele, esse direito é atribuído aos sócios.

Quatro) Considera-se nula qualquer divisão ou cessão de quotas feitas sem observância do disposto nos presentes estatutos.

ARTIGO OITAVO

(Administração ou gerência esua obrigação)

Um) A administração e gerência sociedade bem como a sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente com dispensa de caução será exercida por todos sócios.

Dois) Para obrigar validamente em todos os actos e contratos sociais, será bastante as assinaturas de dois dos sócios salvo documentos de mero expediente que poderão ser assinados por qualquer sócio ou pessoa indicada pela sociedade.

ARTIGO NONO

(Assembleia geral e sua convocação)

Um) A assembleia geral reunirá ordinariamente uma vez por ano, de preferência no primeiro trimestre para aprovação do exercício anterior e contas de resultados bem como do plano para o ano corrente e extraordinariamente, sempre que se mostre necessário.

Dois) A assembleia geral será convocada por uma maioria de cinquenta por cento do capital social por meio de fax, carta registada ou correio electrónico com antecedência mínima de quinze dias a contar da data da recepção do aviso, devendo indicar a hora, data, local e a respectiva agenda da reunião.

ARTIGO DÉCIMO

(Distribuição dos lucros)

Um) Os lucros da sociedade serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas.

Dois) Antes de repartidos os lucros líquidos apurados em cada exercício deduzir-se-á a percentagem indicada para constituir o fundo de reserva legal, estipulado por lei e as reservas especialmente criadas por decisão da assembleia geral.

Três) Os lucros serão distribuídos aos sócios no prazo de seis meses a contar da data da deliberação da assembleia geral que os tiver aprovado.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Dissolução da sociedade)

Um) A sociedade dissolve-se nos casos determinados na lei ou por deliberação de dois-terços de capital social.

Dois) Se a sociedade for liquidada, o património restante será distribuído entre os socios proporcionalmente ao valor das respectivas quotas.

Três) Resultando do acordo das partes todos socios serão liquidatários.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Casos omissos)

Os casos omissos serão regularizados por deliberação da assembleia geral na impossibilidade aplicar-se-a o Código Comercial e demais legislação das sociedades por quotas existente na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Hegível*.

Tete Petróleos, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e um de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória de Registo de Entidades Legais sob o NUEL 100494442 uma sociedade denominada Tete Petróleos, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade nos termos do artigo noventa do Código Comercial.

Primeiro. Niassa Petróleo, Limitada registado sob o n.º 100064227, com sede na Cidade de Lichinga, representado neste acto pelo senhor Claudino Agostinho Nhacundela, na qualidade de sócio;

Segundo. Willem Johannes Gouws, casado em regime de comunhão de adquiridos, de nacionalidade sul africana e residente em Tete.

Terceiro. Christoffel Jacobus Botha, casado em regime de comunhão de adquiridos, de nacionalidade sul- africana e residente em Maputo;

Quarto. Claudino Agostinho Nhacundela, solteiro maior, de nacionalidade moçambicana e residente em Matola.

Pelo presente contrato de sociedade, outorgam e constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, duração e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação

Tete Petróleos, Limitada, adiante designada simplesmente por sociedade, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que se rege pelos presentes estatutos e pelos preceitos legais aplicáveis.

ARTIGO SEGUNDO

Sede

Um) A sociedade tem a sua sede e negócio principal em Chingozi, cidade de Tete província de Tete.

Dois) Por deliberação da assembleia geral, a sociedade poderá criar ou extinguir sucursais, filiais, agências, delegações, ou qualquer outra forma de representação social em qualquer ponto do país.

ARTIGO TERCEIRO

Duração

A sociedade é constituída por tempo indeterminado, contando-se o seu início, para todos os efeitos legais, a partir da data do registo na Conservatória das Entidades Legais.

ARTIGO QUARTO

Objecto social

A sociedade tem por objecto social as seguintes actividades: comércio e transporte e distribuição de produtos petrolíferos, comércio geral a retalho e a grosso com importação e exportação.

CAPÍTULO II

Do capital social, quotas e suprimientos

ARTIGO QUINTO

Capital social

Um) O capital social, totalmente realizado em dinheiro é de duzentos mil meticais, correspondente à soma de cinco quotas iguais, assim distribuídas:

- a) Uma quota no valor de quarenta mil meticais, equivalente a vinte por cento do capital social, pertencente ao sócio Pieter Hugo François Botha, casado, em regime de comunhão de adquiridos, de nacionalidade sul-africana e residente em Lichinga, Niassa;
- b) Uma quota no valor de quarenta mil meticais, equivalente a vinte por cento do capital social, pertencente ao sócio Willem Johannes Gouw, casado em regime de comunhão de adquiridos, de nacionalidade sul-africana e residente em Tete;
- c) Uma quota no valor de quarenta mil meticais, equivalente a vinte por cento do capital social, pertencente ao sócio Claudino Agostinho Nhacundela, solteiro maior, de nacionalidade moçambicana e residente em Matola.
- d) Uma quota no valor de quarenta mil meticais equivalente a vinte por cento

do capital social pertencente ao sócio Christoffel Jacobus Botha, casado, em regime de comunhão de adquiridos, de nacionalidade sul-africana e residente em Maputo.

- e) Uma quota no valor quarenta mil meticais, equivalente a vinte por cento do capital social pertencente ao sócio Niassa Petróleo, Limitada registado sob o n.º 100064227, com sede na cidade de Lichinga.

Dois) O capital social poderá ser aumentado ou reduzido, uma ou mais vezes, após aprovação pela assembleia geral.

Três) Deliberados quaisquer aumentos ou reduções, serão os mesmos rateados pelos sócios, na proporção das suas quotas.

ARTIGO SEXTO

Divisão e cessão de quotas

Um) Na divisão ou na cessão, total ou parcial, de quotas a terceiros, os sócios gozam do Direito de preferência, sendo livre entre os sócios.

Dois) O sócio que pretender alienar a sua quota previnirá a sociedade, com a antecedência mínima de trinta dias, por carta simples, indicando o nome do adquirente, o preço e demais condições da cessão.

Três) Passado trinta dias sem que os sócios tenham manifestado o interesse de exercer o Direito de preferência, o sócio alienante pode alienar livremente a sua quota.

Quarto) Considera-se nula qualquer divisão ou cessão de quota, feita sem a observância do disposto nos presentes estatutos.

ARTIGO SÉTIMO

Suprimientos

Não serão exigidas prestações suplementares do capital social, mas poderão os sócios fazer à sociedade os suprimientos que acharem necessários, nas condições a serem determinadas por eles.

CAPÍTULO III

Da assembleia geral, gerência e representação da sociedade

ARTIGO OITAVO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano para apreciação, aprovação ou modificação do balanço e contas do exercício e para deliberar sobre quaisquer outros assuntos para que tenha sido convocada, e extraordinariamente por convocação do conselho de direcção.

Dois) A assembleia geral será convocada pelo conselho de direcção.

Três) A assembleia geral reunir-se-á na sede da sociedade, podendo ter lugar noutro local quando as circunstâncias o aconselharem e ser do consenso de todos os sócios.

Quatro) Na impossibilidade de se fazerem presentes pessoalmente, os sócios poder-se-ão fazer representar por pessoas físicas que para o efeito designarem, mediante simples carta para esse fim dirigida ao presidente da mesa.

Cinco) É dispensada a reunião da assembleia geral quando os sócios concordarem na deliberação, por escrito, cujo conteúdo deverá ser devidamente pormenorizado.

ARTIGO NONO

Conselho de direcção

Um) A sociedade é gerida por um conselho de direcção, composto pelos sócios.

Dois) O número de membros poderá vir a ser alargado por decisão da assembleia geral.

Três) Os membros do conselho de direcção são designados por um período de três anos, renováveis automaticamente se a assembleia geral não deliberar o contrário.

Quatro) Os membros do conselho de direcção são dispensados de caução.

ARTIGO DÉCIMO

Competências

Um) Compete ao conselho de direcção representado por um dos sócios gerentes, exercer os mais amplos poderes de administração, representando a sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, praticando todos os demais actos tendentes à realização do objecto social que a lei ou os presentes estatutos não reservem à assembleia geral.

Dois) O conselho de direcção pode delegar poderes do sócio gerente em qualquer um dos seus membros.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Sócio gerente

Um) A gestão diária da sociedade é confiada ao sócio gerente, escolhido entre os membros do conselho de direcção.

Dois) É desde Já nomeado o sócio Willem Johannes Gouws, para o cargo de sócio gerente, munido lhe de todos os poderes de representação e administração consagrados para este cargo por estes estatutos, podendo subestabelecer em um outro sócio através duma credencial ou qualquer outra pessoa através duma procuração.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Reuniões

Um) O conselho de direcção reúne-se sempre que necessário para os interesses da sociedade.

Dois) O conselho de direcção é convocado pelo sócio gerente ou pelo menos dois dos seus membros, devendo a convocatória incluir a ordem de trabalhos.

Três) O membro do conselho de direcção impedido de comparecer poderá ser representado

por outra pessoa física que para o efeito designar, mediante simples carta para esse efeito, dirigida ao sócio gerente.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Deliberações

Um) As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria simples dos votos presentes ou validamente representados, excepto nos casos em que a lei ou os presentes estatutos exijam maioria qualificada.

Dois) São necessários três quartos dos votos correspondentes a totalidade do capital da sociedade para a tomada das seguintes deliberações:

- a) Alteração do pacto social;
- b) Dissolução da sociedade;
- c) Aumento do capital social;
- d) Alienação dos bens imóveis da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Formas de obrigar a sociedade

Um) A sociedade fica obrigada apenas pela assinatura do sócio gerente, no exercício das funções conferidas pelo conselho de direcção, ou pela assinatura de um dos sócios quando devidamente delegado por uma credencial pelo sócio gerente ou pela acta do conselho de direcção.

Dois) Os actos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer trabalhador designado para o efeito por força das suas funções.

CAPÍTULO IV

Das disposições gerais

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Falecimento de sócios

No caso de falecimento de um dos sócios, os herdeiros exercerão em comum os direitos do falecido, devendo escolher entre eles um que a todos os represente na sociedade.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Distribuição de lucros

Um) Os lucros da sociedade e suas perdas serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas.

Dois) Antes de repartidos os lucros líquidos apurados em cada exercício deduzir-se-á a percentagem indicada para constituir o fundo de reserva legal, estipulado por lei, e as reservas especialmente criadas, por decisão da assembleia geral.

Três) Os lucros líquidos serão distribuídos aos sócios no prazo de três meses, a contar da data da deliberação da assembleia geral que os tiver aprovado.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

Dissolução da sociedade

Um) A sociedade dissolve-se nos casos determinados na lei e por deliberação de três quartos dos sócios.

Dois) Se a sociedade for liquidada, o património restante, depois do pagamento do passivo da sociedade e dos custos da liquidação, será distribuído entre os sócios proporcionalmente ao valor das respectivas quotas.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

Exercício social e contas

Um) O exercício social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e contas de resultados fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e submetidos à aprovação da assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO NONO

Casos omissos

Os casos omissos serão regulados pelas disposições da lei dois barra dois mil e cinco, de vinte e sete de Dezembro e demais legislação aplicável.

Maputo, vinte e três de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.



Maferch, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e dois de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória de Registo de Entidades Legais sob o NUEL 100406756 uma sociedade denominada Maferch, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade nos termos do artigo noventa do Código Comercial, entre:

Primeiro. Maurício Alberto Nhantumbo, natural de Chidenguele, portador do Bilhete de Identidade n.º 1101002103371, emitido em Maputo, divorciado, residente na cidade de Maputo, bairro Polana Cimento número trezentos e trinta e nove, terceiro andar, Flat oito;

Segundo. Fernando José Ferramenta, natural de Tete, portador do Bilhete de Identidade n.º 1111015849R, emitido em Maputo, casado, residente na cidade de Maputo, bairro de Alto Maé;

Terceiro. José Vasco Vicente Chongo, natural de Manhiça, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100396374J emitido em Maputo, solteiro, residente na cidade de Maputo, bairro de Maxaquene A, quarteirão número sessenta, casa número cinquenta.

Pelo presente contrato de sociedade outorgam e constituem uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, duração e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e lei aplicável)

A sociedade adopta a designação Maferch, Limitada, sociedade por quotas de responsabilidade limitada e rege-se pelos presentes estatutos, Código Comercial e demais legislação aplicável.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

Um) A sociedade tem a sua sede social na Avenida Joaquim Chissano, sem número, cidade de Maputo.

Dois) Mediante deliberação da assembleia a sua sede poderá ser transferida para outro local.

Três) A gerência poderá, quando se mostrar conveniente, mediante simples deliberação, abrir e encerrar delegações, filiais, sucursais ou outras formas de representação, no país.

ARTIGO TERCEIRO

(Duração)

A duração da sociedade é por tempo indeterminado e o seu começo conta-se, para todos os efeitos, a partir da data do seu registo.

ARTIGO QUARTO

(Objecto)

Um) A sociedade tem como objecto:

- a) Construção civil e obras públicas;
- b) Comércio a grosso e a retalho de materiais de construção;
- c) Prestação de serviços e agência-mento;
- d) Gestão e exploração imobiliária;
- e) Todas actividades subsidiárias, complementares ou conexas e prestação de todas e quaisquer serviços relacionados com as actividades atrás mencionadas.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO QUINTO

(Capital social)

Um) O capital social, subscrito e realizado integralmente em dinheiro, bens e outros valores é de quinhentos e dez mil metcais assim distribuído em partes iguais:

- a) Maurício Alberto Nhantumbo, cento e setenta mil metcais;

- b) Fernando José Ferramenta, cento e setenta mil meticais;
- c) José Vasco Vicente Chongo, cento e setenta mil meticais.

ARTIGO SEXTO

(Aumentos de capital e suprimentos)

Um) O capital social poderá ser alterado uma ou mais vezes, por deliberação da assembleia geral, sob proposta do conselho de gerência, com parecer favorável do conselho fiscal.

Dois) Nos aumentos de capital os sócios gozarão do direito de preferência na subscrição de novas ações, proporcionalmente ao número das que já possuem.

Três) Os sócios poderão prestar suprimentos à sociedade, os quais serão remunerados através de taxa de juro a ser fixado pelos sócios.

ARTIGO SÉTIMO

(Divisão e cessão de quotas)

Um) A divisão e cessão total ou parcial de quotas entre os sócios é livre, não carecendo de consentimento da sociedade.

Dois) A divisão e cessão total ou parcial de quotas a estranhos à sociedade carece do consentimento da sociedade.

Três) Na divisão e cessão total ou parcial de quotas a estranhos à sociedade, esta goza do direito de preferência, o qual pertencerá individualmente aos sócios, se a sociedade não fizer o uso desta prerrogativa estatutária.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais, deliberações, funcionamento e competências

ARTIGO OITAVO

(Órgãos sociais)

Um) São órgãos sociais da sociedade, a assembleia geral, o conselho de gerência e o conselho fiscal.

Dois) Os membros dos órgãos sociais são eleitos pela assembleia geral e tomam posse na data em que forem eleitos e permanecerão no exercício das suas funções até à eleição e tomada de posse dos novos membros.

Três) Os membros dos órgãos sociais poderão ser remunerados, cabendo à assembleia geral fixar as respectivas remunerações e a periodicidade destas, ou delegar estas atribuições.

ARTIGO NONO

(Assembleia geral)

Um) A mesa da assembleia geral é composta por um presidente, e um secretário, eleitos em assembleia geral, dentre os sócios ou outras pessoas, por um período de três anos podendo ser reeleitos.

Dois) Compete ao presidente da mesa da assembleia geral convocar e dirigir os trabalhos

das respectivas sessões, assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar os livros de actas.

Três) As faltas e/ou ausências do presidente da mesa da assembleia geral são supridas nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO

(Convocação e realização da assembleia geral)

Um) A assembleia geral será convocada por meio de anúncios publicados num dos jornais de maior circulação, com antecedência mínima de trinta dias.

Dois) O aviso convocatório deverá mencionar sempre o local, a hora e a agenda da reunião, com discriminação dos assuntos para deliberação.

Três) As sessões da assembleia geral poderão ser realizadas sem observância de quaisquer formalidades prévias, desde que todos os sócios estejam presentes ou representados e todos manifestem vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Deliberações)

Um) A assembleia geral representa a universalidade dos sócios e, as suas decisões, quando tomadas nos termos da lei e dos presentes estatutos, são obrigatórias para todos os sócios.

Dois) As sessões das assembleias gerais são ordinárias ou extraordinárias e, terão lugar nos termos e com a periodicidade estabelecida na lei e de acordo com os presentes estatutos.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Quórum)

Um) Para a assembleia poder funcionar e deliberar validamente é necessário que estejam presentes ou representados na reunião, sócios possuidores de, pelo menos dois terços do capital social.

Dois) Quando a assembleia geral não possa realizar-se por insuficiente representação do capital social, será convocada nova reunião com o mesmo fim, que se realizará dentro dos quinze dias seguintes à data marcada para a primeira sessão, consideradas como válidas as deliberações tomadas nesta segunda reunião, independentemente do número de sócios presentes e o quantitativo do capital representado.

Três) Tendo-se dado início aos trabalhos, sem que na mesma sessão se tenham esgotado os pontos previstos na agenda de trabalhos respectiva, serão interrompidos ou suspensos os trabalhos e serão retomados no primeiro dia útil seguinte ou será marcada nova sessão para data que não diste mais de trinta dias.

Quatro) Os membros do conselho de gerência e do conselho fiscal participarão dos trabalhos da assembleia geral quando solicitados para se pronunciarem nessa qualidade, não tendo, porém, direito a voto.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Votos)

Um) As deliberações são tomadas por maioria simples de votos correspondentes aos sócios presentes ou representados na reunião.

Dois) Exceptuam-se do disposto no número anterior as deliberações sobre o aumento de capital social e amortizações de quotas.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Competências da assembleia geral)

Para além do disposto na lei e nos presentes estatutos, compete em especial à assembleia geral deliberar sobre:

- a) Aprovação do relatório e contas anuais apresentadas pelo conselho de gerência;
- b) Aprovação dos planos de negócios, de desenvolvimento, e de investimento da sociedade;
- c) Alteração ou reforma dos estatutos;
- d) Aumento, redução ou reintegração do capital social;
- e) Cisão, fusão, transformação e dissolução da sociedade ou aprovação das contas de liquidação da sociedade;
- f) Constituição, reforço ou redução tanto de reservas como provisões, designadamente as destinadas à estabilização de dividendos;
- g) Venda de imóveis, trespasse de estabelecimentos, aquisição, alienação ou oneração de bens, incluindo participações sociais, sempre que a transacção seja de valor superior ao décuplo do montante correspondente ao capital social e reservas da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Conselho de gerência)

Um) A gerência da sociedade é exercida por um conselho de gerência é composto por três membros sendo um deles presidente e os restantes vogais.

Dois) O conselho de gerência é eleito pela assembleia geral, que designará também o presidente e fixará a caução a ser prestada pelo órgão.

Três) O conselho de gerência é eleito por um mandato de três anos.

Quatro) Os gerentes poderão ser não sócios e, neste caso, devem ser pessoas singulares com capacidade jurídica plena.

Cinco) O conselho de gerência escolherá de entre os seus membros, o que substituirá o presidente nas suas ausências e impedimentos.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Competências do conselho de gerência)

Um) Ao conselho de gerência compete exercer os mais amplos poderes, representando a sociedade, sem reservas, em juízo e fora dele, activa e passivamente, celebrar contratos e praticar todos os actos atinentes à realização do objecto social que a lei ou os presentes estatutos não reservarem à assembleia geral.

Dois) Compete-lhe em particular:

- a) Propor à assembleia geral que delibere sobre quaisquer assuntos de interesse relevante para a sociedade, nomeadamente a constituição, reforça ou redução de reservas e provisões;
- b) Adquirir, vender, permutar ou por, qualquer forma, onerar bens e/ ou direitos, mobiliários ou imobiliários da sociedade; negociar e/ou obter concessões de crédito e contratar todas e quaisquer operações bancárias, prestando as necessárias garantias pelas formas e meios legalmente permitidos, podendo, quando necessário, prestar as necessárias garantias;
- c) Tomar ou dar de arrendamento, bem como tomar de aluguer ou locar quaisquer bens ou parte dos mesmos;
- d) Trespasar estabelecimentos, propriedade de sociedade, nos termos dos presentes estatutos, ou tomar de trespasse estabelecimentos de outrem, bem como adquirir ou ceder a exploração destes;
- e) Pleitear, transigir, desistir e/ou confessar em qualquer questão judicial, bem como comprometer-se mediante convenção de arbitragem;
- f) Constituir mandatários, nos termos da legislação em vigor, conferindo-lhes poderes específicos para o efeito.

Três) Fica excluída da competência do conselho de gerência, salvo deliberação expressa da assembleia geral em contrário, a venda de imóveis, trespasse de estabelecimentos, aquisição, alienação ou oneração de bens, incluindo participações sociais, sempre que a transacção seja de valor superior a vinte por cento do montante correspondente ao capital social e das reservas da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

(Competências do presidente do conselho de gerência)

São atribuições do presidente do conselho de gerência:

- a) Presidir às sessões do conselho de gerência e assegurar-se do

funcionamento regular do órgão que dirige, de acordo com os princípios de boa governação;

- b) Assegurar a integração e orientação dos membros do conselho de gerência recém-nomeados, para o exercício das suas funções;
- c) Monitorar o desempenho do conselho de gerência;
- d) Definir em coordenação com a gerência, donde constarão os objectivos e as metas que deverão constar das agendas das reuniões do conselho de gerência;
- e) Agir como elo de ligação entre o conselho de gerência e o gerente delegado;
- f) Assegurar-se de que a documentação relativa aos assuntos agendados para as reuniões do conselho de gerência é dada a conhecer com a devida antecedência aos seus membros.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

(Reuniões do conselho de gerência)

Um) O conselho de gerência reunirá sempre que necessário para os interesses da sociedade, e pelo menos trimestralmente, na sua sede, ou noutro lugar, de acordo com os interesses ou conveniências da sociedade, sendo convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou por solicitação de dois gerentes.

Dois) As deliberações do conselho de gerência serão tomadas por maioria simples de voto.

Três) É permitida a representação entre os gerentes mediante simples carta, correio electrónico virtual ou telefax dirigidos ao presidente do conselho de gerência, devendo cada instrumento de mandato ser utilizado apenas uma vez.

Quatro) Nenhum gerente poderá representar no conselho mais do que um outro membro.

ARTIGO DÉCIMO NONO

(Fiscalização)

Um) A fiscalização dos negócios e contas da sociedade será exercida pelo conselho fiscal composto por três membros efectivos e um suplente, eleitos anualmente pela assembleia geral, que designará dentre eles, o presidente.

Dois) Poderá ser nomeado para exercer as funções de fiscalização do conselho fiscal, um fiscal único ou uma sociedade de auditores de contas desde que a assembleia geral assim o delibere. Nesse caso, será designada uma outra entidade independente, para proceder á auditoria às contas da sociedade.

ARTIGO VIGÉSIMO

(Competências do conselho fiscal)

Para o exercício cabal das suas competências o conselho fiscal observa os poderes e deveres estatuídos no Código Comercial em vigor em Moçambique.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

(Reuniões do conselho fiscal)

Um) O conselho fiscal deve reunir todos os trimestres, pelo menos, mediante convocação feita pelo respectivo presidente.

Dois) Para além das reuniões periódicas prescritas no número anterior, o presidente convocará o conselho quando, fundamentalmente lhe solicite qualquer dos seus membros ou a pedido de, pelo menos dois membros do conselho de gerência.

Três) As deliberações do conselho fiscal serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao seu presidente voto de qualidade.

Quatro) O conselho fiscal reúne, em regra na sede social, podendo todavia reunir em outro local favorecendo o interesse e conveniência da sociedade, e por decisão do seu presidente.

Cinco) Os membros do conselho fiscal poderão assistir livremente a qualquer reunião do conselho de gerência ou em que este último órgão participe, mas sem direito a voto.

CAPÍTULO IV

Da dissolução, liquidação e partilha

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

(Dissolução)

A sociedade dissolve-se nos casos admitidos pela lei.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

(Liquidação e partilha)

Um) Em caso de dissolução serão liquidatários os membros do conselho de gerência que se encontrem em exercício à data da dissolução da sociedade, salvo deliberação em contrário tomada pelos accionistas em assembleia geral.

Dois) As funções dos liquidatários serão as previstas na lei e as que forem fixadas pela assembleia geral.

CAPÍTULO V

Disposições finais e omissões

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

(Casos omissos)

Em tudo quanto os presentes estatutos se mostrem omissos regularão as disposições do Código Comercial em vigor em Moçambique, as deliberações sociais e demais legislação aplicável.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

=====

Bué D'xtillo Eventos, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e três de Abril de dois mil e catorze,

foi matriculada na Conservatória de Registo de Entidades Legais sob o NUEL 100486563 uma sociedade denominada Bué D'xtillo Eventos, Limitada.

Entre:

Oriel Ivan Paulo Malungane, maior de idade, solteiro, de nacionalidade moçambicana, residente em Maputo, no Bairro da Polana Cimento, Avenida Julius Nyerere número oitocentos e doze, quarto andar Esquerdo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100187091F, emitido em três de Maio de dois mil e dez pelo Arquivo de Identificação Civil da Cidade de Maputo;

Ana Zuleca Inhamirre, maior de idade, solteira, de nacionalidade moçambicana, residente em Maputo, no Bairro de Minkadjuine, Avenida Irmãos Ruby, casa número noventa e dois, portadora do Bilhete de Identidade n.º 110101134938M, emitido em onze de Maio de dois mil e onze pelo Arquivo de Identificação Civil da Cidade de Maputo;

É celebrado o presente contrato de sociedade nos termos do artigo noventa do Código Comercial, que se regerá pelos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, duração e objectivo

ARTIGO PRIMEIRO

Um) A sociedade adopta a denominação de Bué D'xtillo Eventos, Limitada.

Dois) A sociedade tem a sua sede na cidade de Maputo, na Avenida Julius Nyerere número oitocentos e doze e as suas delegações nas respectivas capitais provinciais do país.

Três) A duração da sociedade será por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da assinatura do presente contrato de sociedade.

Quatro) A sociedade tem por objectivo:

- a) Prestação de serviços, tais como: (entretenimento em casas de pastos particulares/públicas; organizar eventos para instituições públicas/privadas; hospitais e clínicas públicas/privadas e centros de abrigos de idosos, menores e deficientes; (os) hotéis; publicidades; aluguer de equipamentos de entretenimento tais como aparelhagem, tendas, viaturas; artigos de decoração;
- b) Transporte rent-a-car;
- c) Serviços de reparação de equipamento de entretenimento;
- d) Acomodação e alojamento;
- e) Agenciamentos de eventos;
- f) Negociações e intermediações com músicos nacionais e estrangeiro;
- g) Treinamento e capacitação de pessoas singulares/colectivas interessadas nesta área de entretenimento;

h) Monitoria de prestação de serviços, naquilo que tange auditoria nas varias empresas de entretenimento;

i) Agenciamento e representação de marcas;

j) Gráfica;

k) Catering;

l) Limpeza.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO SEGUNDO

Um) O capital social é de vinte mil meticais, correspondente à soma de duas quotas de valor desigual, sendo uma no valor de doze mil meticais, correspondente a sessenta por cento do capital social, pertencente ao sócio Oriel Ivan Paulo Malungane, e uma outra no valor de oito mil meticais, correspondente a quarenta por cento do capital social, pertencente a sócia Ana Zuleca Inhamirre.

Dois) Não haverá prestações suplementares, porém, os sócios poderão fazer da sociedade os suprimentos de que esta merecer, conforme for deliberado pelos mesmos.

Três) Caso a sociedade não exerça tal direito, este passará a pertencer a cada um dos sócios.

Quatro) O preço de cada quota a ceder será fixado com base no último balanço da sociedade.

ARTIGO TERCEIRO

(Cessão de quotas)

A cessão de quotas, total ou parcialmente, é livre entre os sócios, e, em qualquer cessão será dada preferência aos sócios, ficando estabelecido o direito de licitação na proporção de suas quotas, porém, a cessão de quotas a pessoas estranhas à sociedade depende do consentimento dos sócios.

ARTIGO QUARTO

(Gestão da sociedade)

A sociedade será gerida pelos sócios Oriel Ivan Paulo Malungane e Ana Zuleca Inhamirre que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando as suas assinaturas conjuntas para obrigar a mesma nos seus actos e contratos sociais.

ARTIGO QUINTO

(Morte ou interdição)

Em caso de morte ou interdição de um dos sócios, os seus direitos serão mantidos pelos seus herdeiros nos termos da lei, devendo estes escolher de entre eles um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO SEXTO

(Distribuição de lucros)

Um) Os lucros da sociedade, em cada exercício, depois de deduzida a percentagem indicada para a constituição da reserva, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas.

Dois) Os suprimentos que forem feitos pelas partes, serão retidos, tendo em conta a parte investida pelos financeiros, e depois compensado no fim de cada espectáculo ou mensalmente pelos sócios.

ARTIGO SÉTIMO

(Dissolução da sociedade)

A sociedade dissolve-se nos casos permitidos por lei, distribuindo-se o seu património pelos sócios na proporção das suas quotas.

ARTIGO OITAVO

(Casos omissos)

Os casos omissos serão regulados pelos sócios, e, na impossibilidade, aplicar-se-à o Código Comercial e demais legislação em vigor na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Caminhos, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e um de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória dos Registo de Entidades Legais sob o NUEL 100494515 uma sociedade denominada Caminhos, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade nos termos do artigos noventa do Código Comercial.

Entre:

Ozias Júlio Chimunuane, solteiro, de trinta anos de idade, natural de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 030100058626I, de vinte seis de Janeiro de dois mil e dez, e válido até vinte e seis de Janeiro de dois mil e quinze, residente na cidade de Maputo;

Julieta Armando Matusse, solteira de cinquenta anos de idade, natural de Chibuto, portadora do Bilhete de Identidade n.º 110101797697A, de dez de Janeiro de dois mil e doze, válido até dez de Janeiro de dois mil e vinte e dois, residente na cidade de Maputo.

Pelo presente contrato de sociedade outorgam e constituem entre si, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que regerá pelas cláusulas constantes dos artigos:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação, sede)

A sociedade adopta a denominação Caminhos, limitada, com sede na Avenida

Albert Luthuli, prédio numero duzentos e três, terceiro andar, flat vinte e um, cidade de Maputo, podendo por deliberação da assembleia geral abrir ou encerrar sucursais dentro e fora do país quando for conveniente.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sociedade é constituída por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto social)

A sociedade tem por objecto:

- a) Agenciamento, hotelaria e turismo, agência de viagens, *franchising*, representação de marcas;
- b) Assessoria e consultoria na área financeira, contabilidade e auditoria, informática, restaurante;
- c) Importação e exportação, comércio geral de produtos alimentares, higiénicos, plásticos, electrodomésticos, ferragens, material de construção civil;
- d) Venda de todo tipo de material eléctrico, escritório, informática, construção;
- e) Consultoria, intermediação, prestação de serviços na área de imobiliária e comercial;
- f) Construção civil;
- g) Importação e exportação, venda a grosso e retalho;
- h) A sociedade pode exercer participação social noutras sociedades, mesmo fora do âmbito do seu objecto.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

Um) O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de vinte mil meticais correspondendo à soma de duas quotas distribuídas da seguinte forma:

- a) Uma quota no valor de dezoito mil meticais, correspondente à oitenta por cento do capital social, subscrita pelo sócio Ozias Júlio Chimunuane;
- b) Uma quota no valor de dois mil meticais, correspondente à vinte por cento do capital social subscrita pelo sócio Julieta Armando Matusse.

Dois) O capital social poderá ser aumentado ou diminuído quantas vezes for necessário desde que a assembleia geral delibere sobre o assunto.

Três) Deliberados quaisquer aumentos ou reduções de capital serão os mesmos rateados pelos sócios na proporção das suas quotas.

ARTIGO QUINTO

(Suprimentos)

Os suprimentos e as prestações suplementares de capital, de que a sociedade necessite, poderão ser exigíveis, nos termos e condições fixados por deliberação da assembleia geral.

ARTIGO SEXTO

(Divisão, oneração, e alienação de quotas)

Um) A divisão e a cessão de quotas, bem como a constituição de quaisquer ónus ou encargos sobre as mesmas, carecem de autorização prévia da sociedade, dada por deliberação da respectiva assembleia geral.

Dois) A cessão de quota entre os sócios ou seus herdeiros é livremente permitida, ficando desde já autorizada, mas se for a favor de estranhos carece do consentimento da sociedade, a qual está reservado o direito de preferência.

Três) O sócio que pretenda alienar a sua quota informará a sociedade, com o mínimo de trinta dias de antecedência, por carta registada com aviso de recepção, dando a conhecer o projecto de venda e as respectivas condições contratuais.

Quatro) Gozam do direito de preferência, na aquisição da quota a ser cedida, a sociedade e os restantes sócios, por esta ordem.

ARTIGO SÉTIMO

(Nulidade da divisão, cessão, alienação ou oneração de quotas)

É nula qualquer divisão, cessão, ou oneração de quotas que não observe o preceituado no artigo sexto.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais, gerência e representação da sociedade

ARTIGO OITAVO

(Assembleia geral)

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente na sede social, uma vez cada ano, para apreciação do balanço anual das contas e do exercício e, extraordinariamente, quando convocada por um dos gerentes, sempre que for necessário, para deliberar sobre quaisquer outros assuntos para que tenha sido convocada.

Dois) Serão dispensadas as formalidades da convocação da reunião da assembleia geral quando todos os sócios concordem, por escrito, em dar como validamente constituída a reunião, bem como também concordem, por esta forma, em que se delibere, considerando válidas, nessas condições, as deliberações tomadas, ainda que fora da sede social em qualquer ocasião e qualquer que seja o seu objecto.

Três) As reuniões cuja agenda abranja matérias de deliberação por maioria qualificada, nos termos da lei e destes estatutos, não se aplicarão o previsto no número anterior.

Quatro) A assembleia geral serão convocadas por um dos sócios, por comunicação escrita dirigida e remetida a todos os sócios com a antecedência mínima de quinze dias.

ARTIGO NONO

(Representação em assembleia geral)

Os sócios podem fazer-se representar na assembleia geral por outro sócio, mediante poderes para esse efeito conferidos por procuração, carta, telecópia ou telex, ou pelo eu legal representante, quando nomeado de acordo com os estatutos.

ARTIGO DÉCIMO

(Votação)

Um) A assembleia geral considera-se regularmente constituída para deliberação quando, em primeira convocação, estejam presentes ou devidamente representados, pelo menos, o correspondente à maioria simples dos votos do capital social e, em segunda convocação, independentemente do número de sócios presentes e do capital que representam.

Dois) As deliberações da assembleia geral são tomados por maioria simples dos votos presentes ou representados excepto nos casos em que a lei exija maioria qualificada de três quartos dos votos correspondentes ao capital social, designadamente:

- a) Aumento ou redução do capital social;
- b) Outras alterações aos estatutos;
- c) Fusão ou dissolução da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Gerência)

Um) A direcção da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele pertence a todos sócios, que desde já ficam nomeados gerentes com dispensa de caução.

Dois) Os gerentes poderão nomear procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos, podendo delegar em algum ou alguns deles, competências para certos negócios ou categorias de actos.

Três) A sociedade obriga-se validamente mediante assinatura de qualquer um dos sócios desde que actuem no âmbito dos poderes que lhes tenham sido conferidos.

Quatro) Para proceder a abertura, movimentação e encerramento de contas basta a assinatura de pelo menos um dos sócios.

CAPÍTULO IV

Das disposições gerais

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Balanço e prestação de contas)

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e a conta de resultados fecham a trinta e um de Dezembro de cada ano, e carecem de aprovação da assembleia geral, a realizar até ao dia trinta e um de Março do ano seguinte.

Três) A gerência apresentarão à aprovação da assembleia geral o balanço de contas de ganhos e perdas, acompanhados de um relatório da situação comercial, financeira e económica da sociedade, bem como a proposta quanto à repartição de lucros e perdas.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Resultados e sua aplicação)

Um) Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-á, em primeiro lugar, a percentagem estabelecida para a constituição do fundo de reserva legal, enquanto se não encontrar realizada nos termos da lei, ou sempre que for necessário reintegrá-la.

Dois) A parte restante dos lucros serão aplicados nos termos que forem aprovados pela assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Dissolução e liquidação da sociedade)

Um) A sociedade dissolve-se nos termos fixados na lei e nos estatutos.

Dois) Declarada a dissolução da sociedade, proceder-se-á à sua liquidação gozando os liquidatários, nomeados pela assembleia geral, dos mais amplos poderes para o efeito. Dissolvendo-se por acordo dos sócios, todos eles serão seus liquidatários.

Três) Por falecimento de qualquer sócio, a sociedade continuarão com os herdeiros, do que devem nomear entre si um, que a todos represente na sociedade, enquanto a respectiva quota se mantiver em comunhão hereditária.

Quatro) A sociedade deverá ser notificada no prazo de trinta dias, a contar da data do óbito, quanto ao nome do representante dos herdeiros do sócio falecido.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Exclusão do sócio)

Um) Um sócio pode ser excluído por deliberação da assembleia geral desde que a sociedade proponha sua exclusão.

Dois) Pode ainda o sócio ser excluído por decisão judicial.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Disposições finais)

As omissões serão resolvidas de acordo o código comercial em vigor em Moçambique e demais legislação aplicável.

Maputo, trinta de Abril de dois mil e doze.
— O Técnico, *Ilegível*.

**Lupacor Projectos – Sociedade Unipessoal, Limitada**

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia sete de Dezembro de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória de Registos de Entidades Legais sob NUEL 100346729 uma sociedade Lupacor Projectos – Sociedade Unipessoal, Limitada.

Entre:

Rui Pedro Coelho Monteiro, divorciado, natural de Portugal, residente na cidade de Maputo, residente em Maputo, na Rua de Kongwa noventa rés-do-chão, portador do Passaporte n.º L000253.

Que pelo presente contrato, constituem uma sociedade que irá reger-se pelos seguintes artigos:

CAPÍTULO I

Da natureza, denominação, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a designação Lupacor Projectos – Sociedade Unipessoal, Limitada, adiante também designada por sociedade, sendo uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituindo-se por tempo indeterminado, regendo-se pelos presentes estatutos e demais legislação aplicável.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

A sociedade tem a sua sede na cidade de Maputo, Avenida Marginal número quatro mil duzentos e setenta e dois rés-do-chão podendo abrir sucursais, filiais ou qualquer outra espécie de representação legalmente permitida, em Moçambique e no estrangeiro.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto social)

Um) A sociedade tem por objecto prestação de serviços nas áreas de intermediação e consultoria imobiliária, estudos e projectos, assitência técnica e organização de eventos.

Dois) A sociedade poderá exercer ainda outras actividades de carácter comercial,

industrial ou de prestação de serviços, directa ou indirectamente relacionadas com o seu objecto principal, desde que o sócio assim o delibere e esteja devidamente autorizado.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de vinte mil meticais, corresponde à soma de uma quota pertencente ao sócio Rui Pedro Coelho Monteiro.

ARTIGO QUINTO

(Aumento e redução do capital)

O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes, por deliberação da assembleia geral, mediante entradas em numerário ou em espécie, por incorporação de reservas, ou por outra forma legalmente permitida.

ARTIGO SEXTO

(Quotas e obrigações próprias)

A sociedade poderá adquirir e alienar, dentro dos limites legais, quotas próprias e praticar sobre elas todas as operações legalmente permitidas.

ARTIGO SÉTIMO

(Cessão de quotas)

Um) É livre a cessão parcial ou total de quotas pelo sócio.

Dois) A cessão de quotas a terceiros carece de consentimento da sociedade dado em assembleia geral, à qual fica reservado o direito de preferência na sua aquisição.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

ARTIGO OITAVO

(Assembleia geral)

A assembleia geral é o órgão supremo da sociedade e as suas deliberações, quando legalmente tomadas, são obrigatórias para a sociedade.

ARTIGO NONO

(Quórum)

A assembleia geral considera-se regularmente constituída, em primeira convocatória, quando estejam presentes, ou devidamete representado pelo sócio.

ARTIGO DÉCIMO

(Vinculação da sociedade)

A sociedade fica obrigada mediante assinatura do sócio gerente.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Casos omissos)

Em tudo o que estiver omisso nestes estatutos regularão as disposições do Código Comercial e demais legislação aplicável.

Maputo, vinte e três de Dezembro de dois mil e doze. — O Técnico, *Ilegível*.

**Chanfuta Gardens, Limitada**

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória de Registo de Entidades Legais sob o NUEL 100492480 uma sociedade denominada Chanfuta Gardens, Limitada.

Primeiro. Israel Casimiro França Samuel, casado com Fatima Sulemane, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Inhamachafo, de nacionalidade moçambicana, residente nesta cidade, portador do Bilhete de Identidade, n.º 110581630E, emitido em Maputo aos seis de Agosto de dois mil e quatro;

Segundo. David John Riley, casado com Rochelle Tracy Riley, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Zimbábue, de nacionalidade britânica, residente nesta cidade, portador do Dire, n.º 11GB00016119F, emitido em Maputo a um de Abril de dois mil e treze.

É celebrado, aos vinte e nove de Abril do ano de dois mil e catorze e ao abrigo do disposto nos artigos noventa e duzentos e oitenta e três e seguintes do Código Comercial vigente em Moçambique, aprovado pelo Decreto-Lei número dois barra dois mil e cinco de vinte e sete de Dezembro, o presente contrato de sociedade que se rege pelas cláusulas insertas nos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação, duração e sede)

Um) É constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que adopta a denominação Chanfuta Gardens, Limitada, adiante designada abreviadamente por sociedade, limitada ou simplesmente por sociedade, e que tem a sua sede na Cidade de Maputo, na Rua de Mumbura número duzentos e cinquenta e cinco - Maputo.

Dois) A sociedade poderá, mediante simples deliberação da assembleia geral, deslocar a respectiva sede para qualquer outro local dentro do território nacional, provisória ou definitivamente, bem como criar ou encerrar sucursais, filiais, agências ou qualquer outra forma de representação, onde e quando for julgado conveniente para a prossecução dos interesses sociais.

ARTIGO SEGUNDO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto desenvolver actividades imobiliárias que compreende, entre outras, as seguintes actividades:

- a) Mediação imobiliária;
- b) Intermediação na compra, venda, permuta e locação de imóveis;
- c) Mediação na comercialização imobiliária; e
- d) Construção de imóveis para venda, arrendamento, etc.

Dois) Considera-se compreendido no objecto social; a realização de qualquer outra actividade distinta ou acessória ao objecto principal, para a qual se obtenham as respectivas licenças.

ARTIGO TERCEIRO

(Capital social)

Um) O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de vinte mil meticais, correspondente a soma de duas quotas assim distribuídas:

- a) Uma quota no valor nominal de dez mil meticais, correspondente a cinquenta por cento do capital social, pertencente ao sócio Israel Casimiro França Samuel;
- b) Uma quota no valor nominal de dez mil meticais, correspondente a cinquenta por cento do capital social, pertencente ao sócio David John Riley.

Dois) O capital social poderá ser aumentado por deliberação de todos sócios ou dos sócios que gozam do direito de preferência na subscrição dos aumentos.

ARTIGO QUARTO

(Prestações suplementares)

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital. Os sócios poderão conceder à sociedade os suprimentos de que ela necessite, nos termos e condições aprovados pela assembleia geral.

ARTIGO QUINTO

(Cessão de quotas)

Um) A cessão de quotas é livre quando realizada entre os sócios.

Dois) A cessão ou transmissão de quotas a terceiros depende sempre da aprovação da assembleia geral da sociedade, gozando os sócios de direito de preferência na sua aquisição que deverá ser exercido no prazo legal indicado no Código Comercial.

ARTIGO SEXTO

(Exclusão e amortização de quotas)

Um) A sociedade poderá deliberar a amortização de quotas no caso de exclusão ou exoneração de sócio nos termos estabelecidos no artigo trezentos do Código Comercial.

Dois) Se outra coisa não for deliberada em assembleia geral, a contrapartida da amortização será o correspondente ao valor nominal da quota amortizada se, contabilisticamente, não lhe corresponder valor inferior que, em tal caso, se aplicará.

Três) Amortizada qualquer quota, a mesma passa a figurar no balanço como quota amortizada, podendo posteriormente os sócios deliberar a criação de uma ou várias quotas, em vez da quota amortizada, destinadas a serem adquiridas pela sociedade se esta tiver direito de amortizá-la ou aliená-la a um ou alguns sócios ou a terceiros.

Quatro) A exclusão de sócios poderá ocorrer nos seguintes casos:

- a) Cedência de quota a estranhos à sociedade sem prévia deliberação positiva da assembleia geral da sociedade ou sem que seja dada a oportunidade de exercer o direito de preferência a que alude o número do artigo quinto dos estatutos;
- b) Quando o sócio violar reiteradamente os seus deveres sociais ou adopte comportamento desleal que, pela sua gravidade ou reiteração, seja seriamente perturbador do funcionamento da sociedade, ou susceptível de lhe causar grave prejuízo;
- c) Quando o sócio violar qualquer das obrigações que lhe derivam do pacto social, da lei ou de deliberação social validamente proferida em assembleia geral;
- d) Por decisão judicial.

Cinco) A exclusão do sócio não prejudica o dever de este indemnizar a sociedade pelos prejuízos que lhe tenha causado.

ARTIGO SÉTIMO

(Assembleias gerais)

Um) Sem prejuízo das formalidades legais de carácter imperativo, as assembleias gerais serão convocadas, por qualquer dos gerentes, por carta registada com aviso de recepção expedida aos sócios com quinze dias de antecedência.

Dois) Será dispensada a reunião da assembleia geral, bem como as formalidades da sua convocação, quando todos os sócios concordem por escrito na deliberação ou concordem por escrito, em que dessa forma se delibere, ou quando estejam presentes ou representados todos os sócios, ainda que as deliberações sejam tomadas fora da sede social, em qualquer ocasião e qualquer que seja o seu objecto, excepto tratando-se de alteração do contrato social, de fusão, de cisão, de transformação ou de dissolução da sociedade ou outros assuntos que a lei exija maioria qualificada onde deverão estar presentes ou

representados os sócios que detenham, pelo menos, participações correspondentes a um terço do capital social.

Três) Podem também os sócios deliberar sem recurso a assembleia geral, desde que todos declarem por escrito o sentido do seu voto, em documento que inclua a proposta de deliberação, devidamente datado, assinado e endereçado à sociedade.

ARTIGO OITAVO

(Administração, gerência e vinculação)

A administração, gerência e vinculação da sociedade é realizada por um conselho de gerência constituído por todos os sócios que, desde já, são nomeados sócios gerentes, ficando a sociedade obrigada com duas assinaturas, podendo ser dos sócios gerentes ou de um dos gerentes e um mandatário a quem for conferido poderes para o efeito pelo conselho de gerência, para obrigar validamente a sociedade em todos actos e contratos.

ARTIGO NONO

(Ano social e distribuição de resultados)

Um) O ano social coincide com o ano civil e dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-à, em primeiro lugar, a percentagem legalmente estabelecida para a constituição do fundo de reserva legal, enquanto não estiver realizado ou sempre que seja necessário reintegrá-lo.

Dois) Cumprido o disposto no número anterior, a parte restante dos lucros terá a aplicação que for determinada pela assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO

(Dissolução)

A sociedade dissolve-se por deliberação dos sócios e/ou nos casos determinados por lei.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Casos omissos)

Um) Em tudo quanto for omissos nos presentes estatutos, vigorarão as disposições do Código Comercial e demais legislação aplicável no ordenamento jurídico moçambicano.

Dois) Instruem o presente contrato, fazendo parte integrante do mesmo, os seguintes documentos anexos:

- a) Talão de depósito comprovativo da realização do capital social junto do Banco BCI;
- b) Certidão de Reserva de Nome, passada pela Conservatória das Entidades Legais de Maputo;
- c) Cópia dos documentos de identificação dos sócios.

Maputo, vinte e nove de Abril de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Entrepreneur Global, S.A.

Certifico, para efeitos de publicação que, no dia vinte e de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo das Entidades Legais, sob o NUEL, 100494108, a sociedade anónima denominada Entrepreneur Global, S.A., a qual se regerá pelos termos constantes das cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

Firma, sede, objecto e duração da sociedade

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação)

A sociedade, constituída sob a forma de sociedade anónima, adopta a firma de Entrepreneur Global, S.A., e será regida pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede e formas de representação)

Um) A sociedade tem a sua sede na cidade de Maputo, na Rua Dr. Almeida Ribeiro número setenta e quatro.

Dois) A sociedade poderá transferir a sede para qualquer localidade do território nacional por deliberação da Assembleia Geral.

Três) A sociedade poderá, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, abrir e encerrar filiais, estabelecimentos, sucursais, delegações ou qualquer outra forma de representação social, as quais serão objecto de registo junto das entidades competentes.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto social)

A sociedade tem por objecto, (a) o exercício da actividade de mediação, intermediação comercial, comissões, consignações e agenciamentos; (b) o agenciamento, a promoção e a gestão imobiliárias, compreendendo a compra e venda de propriedades, a exploração, venda e arrendamento de imóveis para habitação, comércio e indústria, e a prestação de serviços afins ou complementares; (c) a actividade de gestão e controle de participações sociais e carteiras de títulos, próprios ou alheios, dos seus sócios ou de terceiros, constituindo e/ou participando em entidades de objecto social igual ou diferente, sujeitas ou não a leis especiais, de forma dominante ou subsidiária, sob qualquer forma de associação legalmente consentida, podendo gerir e alienar livremente tais participações ou títulos, e, ainda, o desenvolvimento de todas as actividades subsidiárias, complementares ou conexas e a prestação de todos e quaisquer serviços relacionados com as actividades atrás mencionadas.

ARTIGO QUARTO

(Duração)

A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Do capital social, acções e títulos de acções

ARTIGO QUINTO

(Capital social)

O capital social é de cem mil meticais, integralmente subscrito e realizado em numerário, representado por cem acções ordinárias, cada uma com o valor nominal de mil meticais.

ARTIGO SEXTO

(Aumento do capital social)

Um) O capital da sociedade poderá ser aumentado por deliberação da assembleia geral sob proposta do Conselho de Administração.

Dois) O capital social pode ser aumentado por recurso a novas entradas ou por incorporação de reservas disponíveis.

Três) Não pode ser deliberado o aumento do capital social enquanto não se mostrar integralmente realizado o capital social inicial ou proveniente de aumento anterior.

Quatro) O aumento do capital social por incorporação de reservas disponíveis só pode ser deliberado na reunião de Assembleia Geral ordinária que aprove o balanço, contas e o relatório da administração referentes ao exercício anterior.

Cinco) Nos aumentos do capital social os accionistas gozarão do direito de preferência na subscrição de novas acções proporcionalmente ao número de acções que possuírem na altura do aumento do capital.

Seis) O valor nominal das acções a serem emitidas, no âmbito de um aumento do capital social, corresponderá ao valor nominal das acções que, à data, existam.

Sete) A deliberação de aumento do capital social deve mencionar, expressamente:

- a) O montante do aumento do capital social;
- b) Se o aumento será efectuado com recurso a novas entradas, com recurso à incorporação de reservas disponíveis ou com recurso a ambas as modalidades, devendo, neste último caso, identificar o montante do aumento que caberá a cada modalidade;
- c) A identificação das reservas a incorporar, no caso de o aumento ser efectuado com recurso a incorporação de reservas disponíveis;
- d) O valor nominal das novas acções a serem emitidas;

- e) O valor de emissão das acções a serem emitidas;
- f) Os prazos para a realização das acções decorrentes do aumento do capital social; e
- g) Se o aumento será subscrito apenas pelos accionistas ou se a administração da Sociedade poderá oferecer a subscrição a terceiros, na eventualidade dos accionistas não subscreverem a totalidade do aumento.

ARTIGO SÉTIMO

(Acções)

Um) As acções serão tituladas e poderão ser acções nominativas ou ao portador.

Dois) As acções tituladas poderão, a todo o tempo, ser convertidas em acções escriturais, e vice-versa, desde que obedecidos os requisitos legais.

Três) As acções serão emitidas ao par ou acima do par, devendo o valor de emissão ser deliberado em Assembleia Geral.

Quatro) A todas as acções deverá ser atribuído um número de ordem de emissão, pelo qual as acções serão distinguíveis, entre si.

Cinco) As acções, quando tituladas, serão representadas por títulos de uma ou mais acções, a todo o tempo substituíveis por agrupamento ou desdobramento.

Seis) O agrupamento ou desdobramento dos títulos de acções far-se-á a pedido dos respectivos accionistas, correndo por sua conta as respectivas despesas.

Sete) A sociedade poderá emitir, nos termos e condições estabelecidos em assembleia geral, todas as categorias de acções, incluindo acções preferenciais sem voto.

Oito) A sociedade, por intermédio da sua administração, entregará aos accionistas, em conformidade com os registos constantes do respectivo livro de registo de acções, os títulos representativos das acções de que os mesmos sejam titulares.

Nove) Em caso de destruição, extravio ou subtracção de um título de acções, o respectivo titular deverá dar, imediatamente, conhecimento de tal facto à sociedade.

Dez) Não obstante o disposto no número anterior, o pagamento de qualquer quantia devida pela sociedade a um accionista titular de um título de acções destruído, extraviado ou subtraído, libera a sociedade da responsabilidade pelas perdas causadas a esse mesmo accionista, sempre que não haja, por parte da sociedade, dolo ou culpa grave.

Onze) O titular de um título de acções destruído, extraviado ou subtraído pode requerer ao tribunal que proíba a sociedade de proceder ao pagamento de qualquer quantia devida ou inerente a esse título.

Doze) Da proibição de pagamento prevista pelo número anterior dever-se-á notificar

a sociedade, assim como proceder à sua publicação em *Boletim da República* e num dos jornais de maior circulação no local onde a sociedade tenha a sua sede.

Treze) Mediante decisão judicial notificada à sociedade, esta pode proceder à anulação de qualquer título de acções destruído, extraviado ou subtraído, o qual será substituído por novo título a ser emitido pela sociedade.

Catorze) Tem legitimidade para requerer a anulação de um título de acções o respectivo titular e, mediante prova do interesse assim como da legitimação do respectivo titular por conta de quem a acção de anulação seja requerida, o depositário ou mandatário.

Quinze) Durante o prazo de oposição no âmbito de uma acção judicial de anulação de um título de acções, o seu titular pode exercer os direitos inerentes ao título, mediante pagamento de caução adequada à sociedade, em conformidade com o que for determinado pelo tribunal.

ARTIGO OITAVO

(Transmissão de acções)

Um) As acções transmitem-se pela transmissão dos títulos em que se encontrem incorporadas.

Dois) A transmissão dos títulos de acções a que se refere o número anterior dá-se por meio de endosso lavrado no próprio título, o qual deverá incorporar a declaração de transmissão, a identificação do adquirente, a assinatura do transmitente ou seu representante legal e a data da transmissão.

Três) Para que a transmissão de acções produza efeitos para com a sociedade, deverá ser a mesma registada no respectivo livro de registo de acções, mediante solicitação do transmitente ou adquirente enviada à administração da sociedade.

ARTIGO NONO

(Direito de preferência)

Um) A transmissão, total ou parcial, de acções entre os accionistas é livre.

Dois) A transmissão, total ou parcial, de acções nominativas a terceiros encontra-se sujeita ao exercício do direito de preferência dos demais accionistas, na proporção das suas respectivas acções.

Três) O accionista que pretenda transmitir, total ou parcialmente, as suas acções a terceiros, deverá notificar a administração da sociedade, por escrito, de tal pretensão, identificando os termos e condições em que se propõe efectuar a transmissão, designadamente, o número de acções que pretende transmitir, o preço projectado e as respectivas condições de pagamento, bem como a identificação do adquirente.

Quatro) Uma vez notificada da pretensão da transmissão de acções, a administração da

sociedade deverá, no prazo de cinco dias úteis, contados da data da recepção da notificação, notificar os demais accionistas para o exercício dos respectivos direitos de preferência.

Cinco) Os direitos de preferência deverão ser exercidos no prazo de trinta dias úteis a contar da data de recepção da notificação da administração, por meio de carta enviada aos accionistas.

Sete) Caso mais do que um accionista exerça o seu direito de preferência, proceder-se-á a rateio das acções a transmitir, na proporção do número de acções já pertencentes a cada um dos accionistas preferentes.

Oito) Os accionistas que tiverem exercido o direito de preferência na transmissão de acções deverão proceder a todas as diligências tendo em vista a concretização do negócio, nos trinta dias úteis seguintes ao envio da comunicação referida no número cinco acima.

ARTIGO DÉCIMO

(Acções próprias)

Um) A sociedade poderá, nos termos da lei, adquirir acções próprias.

Dois) A sociedade não poderá adquirir ou deter acções próprias representativas de mais de dez por cento do seu capital social.

Três) A sociedade só pode adquirir acções próprias se, por esse facto, a sua situação patrimonial líquida não se tornar inferior à soma do capital social e da reserva legal.

Quatro) Os direitos inerentes às acções próprias da Sociedade, incluindo os direitos de voto, consideram-se suspensos, salvo o direito da sociedade receber novas acções no caso de aumento do capital, por incorporação de reservas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Prestações acessórias)

Um) Poderão ser exigidas a todos ou alguns accionistas a realização de prestações acessórias pecuniárias até ao limite global de trinta vezes o valor do capital.

Dois) A exigibilidade de prestações acessórias pecuniárias depende sempre da prévia deliberação da Assembleia Geral que fixe o montante global da chamada, dentro do limite acima previsto, a parte exigida a cada um dos accionistas e o prazo da realização, que não pode ser inferior a noventa dias a contar da comunicação aos accionistas.

Três) As prestações acessórias pecuniárias têm de ser integral e exclusivamente realizadas em dinheiro e só poderão ser restituídas, mediante deliberação da Assembleia Geral, desde que a situação líquida da sociedade não fique inferior à soma do capital social e da reserva legal.

Quatro) Quando seja convencionado a onerosidade das prestações acessórias, a contraprestação pode ser paga independentemente da existência de lucros do exercício.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Suprimentos)

Os accionistas podem prestar suprimentos à sociedade, nos termos e condições a serem acordados com o Conselho de Administração.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

SECÇÃO I

Das disposições gerais

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Órgãos sociais)

São órgãos sociais da sociedade: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal ou Fiscal Único.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Nomeação e mandato)

Um) Os membros dos órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral da sociedade, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes.

Dois) Com excepção dos membros do Conselho Fiscal ou Fiscal Único, o mandato dos membros dos demais órgãos sociais é de quatro anos, contando-se como ano completo o ano da sua eleição.

Três) Os membros dos órgãos sociais permanecem em funções até à eleição de quem os deva substituir, salvo se renunciarem expressamente ao exercício do respectivo mandato ou forem destituídos.

Quatro) Salvo disposição legal em contrário, os membros dos órgãos sociais podem ser accionistas ou estranhos à sociedade, assim como podem ser pessoas singulares ou colectivas.

Cinco) Sempre que uma pessoa colectiva seja eleita para membro de um órgão social, deverá designar uma pessoa singular para o exercício do respectivo cargo, a qual será dada a conhecer ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Remuneração e caução)

Um) A remuneração dos membros dos órgãos sociais será fixada por deliberação da Assembleia Geral que proceda à eleição dos mesmos, directamente ou mediante proposta de uma comissão de remunerações que a Assembleia Geral nomeará especificamente para esse efeito.

Dois) A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração deve fixar ou dispensar a caução a ser pelos mesmos prestada.

SECÇÃO II

Da Assembleia Geral

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Âmbito)

A Assembleia Geral da sociedade, regularmente constituída, representa a universalidade dos accionistas e as suas deliberações, quando tomadas em conformidade com a lei e com os presentes estatutos, serão vinculativas para todos os accionistas, ainda que ausentes ou dissidentes, bem como para os membros dos órgãos sociais.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

(Composição)

Um) A Assembleia Geral é constituída por todos os accionistas, cuja titularidade de acções representativas do capital social da sociedade se encontre registada no livro de registo de acções.

Dois) Os accionistas singulares poderão fazer-se representar, nas reuniões da Assembleia Geral, por outros accionistas ou administradores da sociedade, assim como por mandatário que seja advogado, mediante instrumento de representação, escrito, identificando os poderes de representação conferidos e com as assinaturas, reconhecidas notarialmente ou abonadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue à sociedade com cinco dias de antecedência, em relação à data marcada para a reunião de Assembleia Geral.

Três) Os accionistas que assumam a forma de pessoa colectiva poderão fazer-se representar, nas reuniões de Assembleia Geral, pelos seus representantes legais, por outros accionistas ou administradores da sociedade, assim como por mandatário que seja advogado, mediante instrumento de representação, escrito, identificando os poderes de representação conferidos e com as assinaturas, reconhecidas notarialmente ou abonadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue à sociedade com cinco dias de antecedência, em relação à data marcada para a reunião de Assembleia Geral.

Quatro) Os instrumentos de representação a que se referem os números dois e três anteriores, poderão ser conferidos pelo período máximo de doze meses, contados a partir da data em que sejam emitidos.

Cinco) Além dos accionistas e dos membros da Mesa da Assembleia Geral devem estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único.

Seis) A presença nas reuniões de Assembleia Geral de quaisquer outras pessoas, além das mencionadas nos números anteriores, depende de autorização do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Sete) Haverá um livro de presenças de accionistas das reuniões da Assembleia Geral, no qual, em relação a cada reunião da Assembleia Geral, os accionistas, os membros dos órgãos sociais da sociedade e os terceiros autorizados a participar na reunião, deverão assinar, com a indicação do nome, domicílio e qualidade em que participam, e, no caso dos accionistas, o número, categoria e série das acções de que são titulares.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

(Mesa da Assembleia Geral)

Um) A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário.

Dois) Além de outras atribuições que lhes sejam atribuídas por lei ou pelos presentes estatutos, compete aos membros da Mesa da Assembleia Geral convocar as reuniões da Assembleia Geral, por iniciativa própria ou sempre que a mesma seja requerida pela Administração da sociedade, pelo Conselho Fiscal ou Fiscal Único ou por accionistas que sejam titulares de acções representativas de, pelo menos, dez por cento do capital social.

Três) Sempre que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e, na falta deste, o Secretário da Mesa da Assembleia Geral se encontrem impedidos de presidir a uma reunião de Assembleia Geral, deve a mesma ser presidida por qualquer administrador da Sociedade.

ARTIGO DÉCIMO NONO

(Convocatórias)

Um) As reuniões da Assembleia Geral são convocadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por meio de anúncios publicados em *Boletim da República* e num dos jornais com maior circulação no local onde a sociedade tenha a sua sede, com a antecedência mínima de trinta dias em relação à data de realização da Assembleia Geral.

Dois) A convocatória das reuniões da Assembleia Geral deve conter:

- a) A firma, a sede e o número de registo da sociedade;
- b) O local, dia e hora da reunião da Assembleia Geral;
- c) A espécie de reunião;
- d) A ordem de trabalhos da reunião, com menção dos assuntos a serem submetidos a deliberação dos accionistas; e
- e) A indicação dos documentos que se encontram na sede da sociedade para consulta dos accionistas.

Três) Para efeitos do disposto na alínea e) do número anterior, previamente à realização de qualquer reunião da Assembleia Geral Ordinária, a administração da sociedade deve disponibilizar na sede da sociedade, para

consulta dos accionistas, e deles dar a conhecer à Mesa da Assembleia Geral, os seguintes documentos:

- a) O relatório da administração, contendo os negócios e principais factos, com impacto no desempenho e contas da Sociedade, ocorridos no exercício anterior; e
- b) Cópia das demonstrações contabilísticas, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Fiscal Único;
- c) efectuar-se, em princípio, na sede da sociedade;
- d) Na convocatória de uma reunião da Assembleia Geral pode-se, desde logo, fixar uma segunda data para a reunião da Assembleia Geral para o caso da mesma não poder reunir-se na primeira data marcada, por falta de quórum, desde que entre as duas datas mediem mais do que quinze dias;
- e) As reuniões da Assembleia Geral que se realizem na segunda data, a que se refere o número anterior serão consideradas, para todos efeitos, assembleias gerais em segunda convocação;
- f) Os accionistas podem reunir-se em Assembleia Geral, sem observância de quaisquer formalidades prévias, incluindo formalidades convocatórias, sempre que todos os accionistas se encontrem presentes ou devidamente representados e todos manifestem vontade de que a Assembleia Geral se constitua e delibere sobre determinado assunto;
- g) Reunidos todos os accionistas, podem os mesmos, mediante acordo de todos, deliberar validamente sobre qualquer assunto, compreendido ou não na convocatória.

ARTIGO VIGÉSIMO

(Quórum constitutivo)

Um) A Assembleia Geral só se poderá constituir e deliberar validamente, em primeira convocação, quando estejam presentes ou representados accionistas que representem, pelo menos, dois terços do capital social, sem prejuízo dos casos em que a lei ou os presentes Estatutos exijam um quórum superior.

Dois) Em segunda convocação a Assembleia Geral pode constituir-se e deliberar validamente, seja qual for a percentagem do capital social presente ou representado.

Três) A Assembleia Geral só poderá proceder à eleição dos membros dos órgãos sociais, quando estejam presentes ou representados accionistas que representem, cem por cento do capital social.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

(Quórum deliberativo)

Um) Sem prejuízo do disposto na lei ou nos presentes estatutos, as deliberações de Assembleia Geral serão tomadas, em regra, por maioria absoluta dos votos expressos.

Dois) A cada acção corresponderá um voto.

Três) Não existem votos de qualidade.

Quatro) Os votos a que um accionista tenha direito não podem ser emitidos em sentido diverso numa votação ou serem apenas parcialmente exercidos.

Cinco) Nenhum accionista pode votar pessoalmente, por meio de representante ou em representação de outro accionista, em relação a matérias objecto de deliberação, sempre que, em relação a tais matérias, se encontre em conflito de interesses com a sociedade.

Seis) Para efeitos da contagem de votos expressos não deverão ser tomados em consideração as abstenções ou os votos que caibam aos accionistas impedidos de votar de acordo com o disposto no número anterior.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

(Competências)

Além de outras matérias que lhe sejam especialmente atribuídas por lei ou cuja deliberação seja requerida pela administração ou pelo Fiscal Único da sociedade ou, ainda, por accionistas que representem, pelo menos dez por cento do capital social, compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) A eleição e destituição do Presidente e do Secretário da Mesa da Assembleia Geral, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal ou Fiscal Único, bem como a designação do auditor independente da sociedade, assim como as respectivas remunerações;
- b) O balanço, a conta de ganhos e perdas e o relatório da administração referentes ao exercício;
- c) Os relatórios e os pareceres do Conselho Fiscal ou do Fiscal Único da sociedade e do auditor independente;
- d) A aplicação de resultados do exercício;
- e) A alteração dos estatutos da sociedade;
- f) O aumento e redução do capital social da sociedade;
- g) A fusão, cisão ou transformação da sociedade;
- h) A dissolução da sociedade;
- i) Em geral, as matérias que não integrem a gestão da sociedade ou a competência, legal ou estatutária, de outros órgãos sociais.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

(Reuniões da Assembleia Geral)

Um) A Assembleia Geral deve reunir ordinariamente nos três meses imediatamente seguintes ao termo de cada exercício social, para deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) Deliberar sobre o balanço e o relatório da Administração referentes ao exercício anterior;
- b) Deliberar sobre a aplicação de resultados; e
- c) Eleger os membros da Mesa da Assembleia Geral e o Fiscal Único, e, se findo o mandato dos membros do Conselho de Administração ou havendo vagas no mesmo, os membros do Conselho de Administração e/ou o auditor independente.

Dois) A Assembleia Geral reúne extraordinariamente, para deliberar sobre qualquer assunto, sempre que devidamente convocada por iniciativa do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Três) Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Assembleia Geral reúne, também, extraordinariamente, sempre que convocada directamente pela Administração, pelo Conselho Fiscal ou Fiscal Único ou por accionistas que, no seu conjunto, sejam titular de acções representativas de, pelo menos, dez por cento do capital social, sempre que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral se recuse a convocá-la a pedido daqueles.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

(Actas das reuniões da Assembleia Geral)

Um) De cada reunião da Assembleia Geral será lavrada uma acta que fará prova das deliberações tomadas, a qual deverá ser transcrita para o Livro de Actas da Assembleia Geral.

Três) As actas deverão conter a seguinte informação:

- a) O local, dia, hora e ordem de trabalhos da reunião;
- b) O nome de quem presidiu e secretariou a reunião;
- c) A referência aos documentos e relatórios submetidos a apreciação;
- d) O exacto teor das deliberações propostas e o resultado das respectivas votações;
- e) A expressa menção do sentido de voto de algum accionista que assim o requeira; e
- f) As assinaturas de quem presidiu e de quem secretariou a reunião.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO

(Interrupção e suspensão da reunião da Assembleia Geral)

Um) Quando os assuntos da ordem de trabalhos não possam ser esgotados no dia para o qual a reunião tenha sido convocada, deve a reunião continuar à mesma hora de início da reunião e no mesmo local, no primeiro dia útil seguinte.

Dois) Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode ser deliberada a suspensão dos trabalhos e marcada nova sessão da mesma reunião para data que não diste mais do que trinta dias da data para a qual a reunião tenha sido convocada.

Três) Uma mesma reunião da Assembleia Geral não pode ser suspensa mais do que duas vezes.

SECÇÃO III

Do Conselho de Administração

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO

(Composição)

Um) A administração e gestão de todos os negócios e interesses da sociedade é da competência de um Conselho de Administração, composto por um número ímpar de membros, sendo a primeira administração desde já assumida pelos três accionistas fundadores, cabendo ao accionista Sérgio Manuel Morgado de Castro Neves a função de Presidente do Conselho de Administração.

Dois) Não podem ser nomeados para o cargo de membro do Conselho de Administração pessoas impedidas por lei especial ou condenadas por crime de prevaricação, suborno, concussão, peculato, contra a economia e os direitos do consumidor, contra a fé pública, propriedade industrial ou meio ambiente ou, ainda, por pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

Três) Os administradores deverão exercer pessoalmente as suas funções, não se podendo fazer representar no exercício das mesmas.

Quatro) Os administradores tomam posse dos seus cargos, sob pena de nulidade, mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de actas do Conselho de Administração, no qual devem declarar o número de acções, bónus de subscrição e opções de compra de acções, emitidas pela sociedade e por sociedades controladas ou do mesmo grupo, de que sejam titulares ou que tenham adquirido através de outras pessoas.

Cinco) Faltando definitivamente algum administrador, será o mesmo substituído por cooptação do Conselho de Administração, até à realização da primeira reunião da Assembleia Geral que procederá à eleição de novo administrador, o qual exercerá funções até ao termo do mandado dos restantes administradores.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO

(Renúncia e destituição do cargo de Administrador)

Um) O administrador eleito pode renunciar ao seu cargo mediante carta dirigida ao Presidente do Conselho de Administração.

Dois) A renúncia a que se refere o número anterior só produz efeitos no final do mês seguinte àquele em que tiver sido comunicado, salvo se, entretanto, tiver sido designado ou eleito novo administrador substituto.

Três) O mandato dos administradores pode, em qualquer momento, ser revogado por deliberação dos accionistas.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO

(Deveres de conduta e impedimentos)

Um) Os administradores devem exercer as suas funções como administradores fiduciários de todos os accionistas.

Dois) São nulos os contratos celebrados entre a sociedade e os seus administradores, directa ou por interposta pessoa, salvo se tiverem sido previamente autorizados por deliberação do Conselho de Administração, na qual o interessado não pode votar, e, desde que com o parecer favorável do Conselho Fiscal ou do Fiscal Único.

Três) O disposto no número anterior é extensivo aos actos ou contratos celebrados com sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com aquela de que o contratante é administrador.

Quatro) Exceptua-se do disposto nos números dois e três, anteriores, os actos compreendidos no próprio comércio da sociedade e de que nenhuma vantagem especial advinha ou seja concedida ao administrador contratante.

Cinco) Aos administradores é vedado, sem autorização da Assembleia Geral, exercer, por conta própria ou alheia, actividade abrangida pelo objecto social da sociedade.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO

(Competências)

Um) Compete ao Conselho de Administração gerir as actividades da sociedade, obrigar a sociedade e representa-la em juízo e fora dele, exercendo todos os poderes e praticando todos os actos abrangidos pela capacidade jurídica da sociedade que não sejam por lei ou pelos presentes estatutos da competência da Assembleia Geral, devendo subordinar-se às deliberações dos accionistas ou intervenções do Conselho Fiscal ou Fiscal Único apenas nos casos em que a lei ou os estatutos assim o determinem.

Dois) Em especial, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade, designadamente:

a) A cooptação de administradores;

- b) Pedir convocatórias da Assembleia Geral;
- c) Elaborar os relatórios e contas anuais;
- d) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis;
- e) Prestar cauções e garantias, pessoais ou reais, pela sociedade;
- f) Abrir ou encerrar estabelecimentos;
- g) Modificar a organização da sociedade;
- h) Estender ou reduzir a actividade da sociedade;
- i) Elaborar e apresentar aos accionistas projectos de fusão, cisão ou transformação da sociedade;
- j) Estabelecer ou cessar a cooperação com outras entidades ou sociedades; e
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do Conselho de Administração.

Dois) O Conselho de Administração poderá delegar as respectivas competências em conformidade com o disposto nos presentes estatutos.

ARTIGO TRIGÉSIMO

(Reuniões do Conselho de Administração)

Um) O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por outros dois administradores, devendo reunir, pelo menos, uma vez em cada quatro meses.

Dois) As convocatórias das reuniões do Conselho de Administração deverão ser efectuadas por escrito, com a indicação dos assuntos que devam ser submetidos a deliberação e ser enviadas a todos os administradores com, pelo menos oito dias de antecedência.

Três) Compete ao Presidente do Conselho de Administração dirigir as reuniões do referido órgão social e, na sua ausência, tal competência caberá a um administrador a ser escolhido por deliberação tomada pelos administradores presentes e representados.

Quatro) O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

Cinco) As deliberações do Conselho de Administração são tomadas pela maioria dos votos dos administradores presentes ou representados, cabendo a cada administrador um voto.

Seis) Nenhum administrador pode votar sobre matérias em que tenha, por conta própria ou de terceiro, um interesse em conflito com a Sociedade.

Sete) De cada reunião do Conselho de Administração será lavrada uma acta, a qual será transcrita para o Livro de Actas do Conselho de Administração e assinada por todos os administradores que tenham participado na reunião.

Oito) As actas das reuniões do Conselho de Administração, entre outra informação, devem conter:

- a) A referência à respectiva convocatória;
- b) O nome de todos os administradores presentes ou representados;
- c) A menção a quem tenha presidido à reunião do Conselho de Administração;
- d) A alusão aos assuntos debatidos; e
- e) As deliberações tomadas, assim como o número dos respectivos votos contra e a favor, bem como das abstenções.

Nove) Serão válidas as deliberações que, não tendo sido tomadas em reunião do Conselho de Administração, tenham sido tomadas por todos os administradores por meio de documento escrito e assinado, com a indicação clara da deliberação tomada, as quais, apenas produzirão efeitos após a assinatura do último administrador votante, devendo ser transcritas para o livro de actos do Conselho de Administração, que será sujeito a aprovação na reunião do Conselho de Administração seguinte.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO

(Delegação de competências)

Um) O Conselho de Administração, mediante deliberação tomada em reunião do respectivo Conselho expressa em acta, pode delegar a gestão corrente da sociedade num ou mais administradores, que assumirão a função de administrador(es) delegado(s).

Dois) O Conselho de Administração não pode delegar no(s) administrador(es) delegado(s) as seguintes competências:

- a) A elaboração dos relatórios e contas anuais do exercício;
- b) A prestação de cauções, e garantias, pessoais ou reais, pela sociedade;
- c) A extensão ou reduções da actividade da sociedade; e
- d) E elaboração dos projectos de fusão, cisão ou transformação da sociedade.

Três) A delegação de competências a que se referem os números anteriores não exclui a competência do Conselho de Administração para deliberar sobre as mesmas competências, assim como de, a qualquer momento, fazer cessar as competências delegadas.

Quatro) Os administradores respondem solidariamente com o(s) administrador(es) delegado(s) pelos prejuízos causados à sociedade por actos ou omissões deste(s) último(s), quando, tendo conhecimento de tais actos ou omissões ou do propósito de os praticar, não solicitem a intervenção do Conselho de Administração para tomar medidas pertinentes e adequadas.

Cinco) O Conselho de Administração, assim como o(s) administrador(es) delegado(s), dentro dos limites das competências que a este(s) último(s) tenham sido delegadas, podem delegar as respectivas competências para a prática de determinados actos ou categoria de actos, por meio de procuração outorgada nos termos gerais de direito, a qual deverá identificar, com clareza, o âmbito das competências delegadas.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO

(Formas de obrigar a sociedade)

Um) A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura conjunta do Presidente do Conselho de Administração e de um administrador;
- b) Pela assinatura do(s) administrador(es) delegado(s), dentro dos limites das competências que lhe(s) tenham sido delegadas pelo Conselho de Administração;
- c) Pela assinatura de um ou mais mandatários, de acordo e dentro dos limites do respectivo mandato; e

Dois) Nos actos de mero expediente, pela assinatura de um qualquer administrador, trabalhador ou colaborador da Sociedade, em quem tenham sido conferidos poderes para o efeito.

Três) As notificações, declarações e demais correspondência de terceiros, dirigida à sociedade, pode ser dirigida a qualquer administrador e para a sede da sociedade.

SECÇÃO IV

Da Fiscalização

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO

(Órgão de fiscalização)

Um) A fiscalização dos negócios da sociedade será exercida por um Conselho Fiscal ou por um Fiscal Único, conforme o que for deliberado em Assembleia Geral.

Dois) A sociedade será, ainda, auditada por uma sociedade de auditores independente e internacionalmente reconhecida, que desempenhará as funções de auditor de acordo com os padrões internacionais de auditoria, assim como elaborará um relatório e parecer sobre o relatório e contas anuais da sociedade, de acordo com os padrões de relatórios financeiros internacionais.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO

(Composição)

Um) O Conselho Fiscal, quando exista, será composto por três membros efectivos e um membro suplente.

Dois) A Assembleia Geral que proceder à eleição do Conselho Fiscal indicará o respectivo presidente.

Três) Um dos membros efectivos do Conselho Fiscal terá de ser auditor de contas ou sociedade de auditores devidamente habilitada.

Quatro) Os membros do Conselho Fiscal e o Fiscal Único são eleitos em Assembleia Geral Ordinária, mantendo-se em funções até que se realize a Assembleia Geral Ordinária seguinte, sem prejuízo da sua reeleição.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO

(Funcionamento)

Um) O Conselho Fiscal, quando exista, reúne-se trimestralmente e sempre que for convocado pelo seu presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.

Dois) Para que o Conselho Fiscal possa reunir, validamente, é necessária a presença da maioria dos seus membros efectivos.

Três) As reuniões do Conselho Fiscal poderão realizar-se na sede social ou em qualquer outro local previamente indicado no respectivo aviso convocatório.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO

(Actas)

As actas das reuniões do Conselho Fiscal serão registadas no respectivo livro de actas, devendo mencionar os membros presentes e as deliberações tomadas, bem como os factos mais relevantes verificados pelo Conselho Fiscal no exercício das suas funções, e ser assinadas pelos membros presentes.

CAPÍTULO IV

Da aplicação de resultados

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO

(Aplicação de resultados)

Os lucros líquidos, apurados em cada exercício, terão a seguinte aplicação:

- a) Na eventualidade de existirem prejuízos acumulados, os lucros do exercício serão afectos à cobertura dos mesmos;
- b) Cobertos eventuais prejuízos acumulados, cinco por cento dos lucros remanescentes serão afectos à constituição ou reintegração do fundo de reserva legal, até que este corresponda a vinte por cento do capital social;
- c) Cinquenta por cento dos lucros líquidos apurados, depois de deduzidas quaisquer quantias necessárias à cobertura de eventuais prejuízos acumulados e à integração ou reintegração do fundo de reserva legal, serão distribuídos pelos accionistas, a título de dividendos obrigatórios; e

- d) Ao restante dos lucros apurados será dada a aplicação que lhe for destinada por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO

(Distribuição de dividendos)

Um) A distribuição dos dividendos obrigatórios previstos pela alínea (c) do artigo trigésimo sétimo dos presentes estatutos depende da aprovação do Conselho de Administração, podendo, ainda, os referidos dividendos deixar de ser pagos aos accionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, com parecer favorável do Conselho Fiscal ou do Fiscal Único, aprovada em Assembleia Geral, havendo fundado receio de que o seu pagamento venha a criar grave dificuldade financeira à sociedade.

Dois) O vencimento do crédito dos accionistas aos dividendos ou lucros finais opera-se trinta dias após o registo da deliberação social que aprobe a distribuição de dividendos ou de lucros finais.

Três) Os dividendos ou lucros finais, em numerário, serão pagos por meio de transferência bancária para a conta bancária que, para o efeito, os accionistas identifiquem, por meio de documento escrito e assinado enviado à administração de sociedade e por esta recebida e assinada no prazo máximo de quinze dias contados a partir da data em que a deliberação de distribuição de dividendos ou lucros finais seja tomada.

CAPÍTULO V

Das disposições gerais

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO

(Dissolução e liquidação)

Um) A sociedade dissolve-se nos seguintes casos:

- Por deliberação dos accionistas;
- Pela suspensão da actividade por período superior a três anos;
- Pelo não exercício de qualquer actividade por período superior a doze meses consecutivos, não estando a sua actividade suspensa;
- Pela falência;
- Pela fusão com outras sociedades, caso não assuma a posição de sociedade incorporante; e
- Por sentença judicial que determine a sua dissolução.

Dois) A liquidação da sociedade reger-se-á pelas disposições da lei e pelas deliberações da Assembleia Geral.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO

(Ano social)

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço, a demonstração de resultados e demais contas do exercício fecham-se com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e são submetidos à apreciação da Assembleia Geral no primeiro trimestre de cada ano.

Três) Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração, poderá aprovar a adopção de um período anual de exercício diferente do estabelecido no número um do presente artigo, desde que tal se justifique em função do tipo de actividade da sociedade, devendo, porém, o novo período anual de exercício ser mantido durante, pelo menos, os cinco exercícios seguintes.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Pare – Parques Renováveis Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte de Maio de dois mil e treze, foi matriculada na Conservatória de Registo de Entidades Legais sob o NUEL 100494159 uma sociedade denominada Pare – Parques Renováveis Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial, entre:

Primeiro. EREL – Empresa de Energias Renováveis do Limpopo, Limitada, com sede Rua D número trinta e cinco, Bairro Da Coop, Cidade de Maputo, registada na Conservatória das Entidades Legais com o N.º100000024 aos seis de Setembro de dois mil e cinco e com o NUIT n.º 400157715, neste acto representada por Boaventura Chongo Cuamba, seu sócio Gerente, de nacionalidade moçambicana, natural de Gajane, Chokwe e residente na Cidade de Maputo, casado com Alcina Patrício Pascoal Cuamba em regime de comunhão geral de bens, titular do Bilhete de Identidade n.º 110100298033Q, emitido a seis de Julho de dois mil e dez válido até seis de Julho de dois mil e vinte;

Segundo. ATSM – Assessoria Técnica e Serviços de Moçambique – Sociedade Unipessoal, Limitada, com sede na Avenida Vladimir Lenine, número cento e setenta e nove, sexto andar, direito, edifício Millenium Park, Torre A, cidade de Maputo, registada na Conservatória das Entidades Legais com o número único 100307227 aos vinte e um de Junho de dois mil e doze e NUIT n.º 400370028, neste acto representada pelo senhor João Manuel Azevedo Elias, seu sócio gerente, de nacionalidade portuguesa, natural de Soure, Coimbra, Portugal e residente na cidade de Maputo, casado com Octávia Maria Dias

de Medeiros de Azevedo Elias em regime de comunhão de adquiridos, titular do Passaporte n.º L566875, emitido a vinte e um de Dezembro de dois mil e dez e válido até vinte e um de Dezembro de dois mil e quinze;

Terceiro. Victor Fernando Jemuze Inácio, de nacionalidade moçambicana, natural da Cidade da Beira e residente na Cidade de Maputo, casado com Nelsa Maria José Sisto Inácio em regime de comunhão geral de bens, titular do Bilhete de Identidade n.º 110100133769B, emitido aos trinta e um de Março de dois mil e dez e válido até trinta de Março de dois mil e vinte.

Quarto. José Eduardo Dai, de nacionalidade moçambicana, natural da Cidade de Chimoio e residente na Cidade de Maputo, solteiro, titular do Bilhete de Identidade n.º 110103993370B, emitido aos trinta de Abril de dois mil e dez e válido até trinta de Abril de dois mil e vinte.

Pelo presente contrato de sociedade outorgam e constituem entre si uma Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Denominação e duração

A sociedade adopta a forma de sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada com a denominação de Pare – Parques Renováveis Limitada, regendo-se pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA

Sede

Um) A sociedade tem a sua sede na cidade de Maputo, Moçambique.

Dois) Por deliberação do conselho de administração, a sociedade poderá transferir a sua sede social para qualquer outro local do território nacional, quando e onde achar conveniente.

Três) Mediante deliberação do conselho de administração a sociedade poderá abrir sucursais, filiais ou qualquer outra forma de representação no país e no estrangeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA

Duração

A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA

Objecto social

Um) A sociedade tem por objecto o exercício das seguintes actividades:

- Consultoria, elaboração, gestão e execução de projectos, nomeadamente nas áreas energética, ambiental e de mudanças climáticas. Prestação de serviços nas áreas de

engenharia, formação profissional, construção civil e energia, designadamente: comercialização, importação, exportação, representação, fabrico, instalação, reparação, manutenção e assistência técnica de todo o tipo de materiais, equipamentos e acessórios de energia, industriais e de gestão de resíduos e água. Actividades e serviços de gestão de energia e reciclagem de resíduos e água;

b) Aquisição, alienação, permuta e oneração de bens imóveis, designadamente a sua compra para revenda, arrendamento, bem como a promoção, construção, comercialização, gestão e exploração de empreendimentos imobiliários habitacionais e comerciais, incluindo turísticos e hoteleiros e restauração;

c) Prestação de serviço nas áreas de consultoria de gestão, assessoria ao desenvolvimento de negócios, assessoria técnica, informática, financeira em projectos de energia e afins.

Dois) A sociedade poderá ainda exercer quaisquer actividades comerciais conexas, complementares ou acessórias do objecto, desde que legalmente autorizadas e aprovadas pela assembleia geral.

Três) A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, ainda que com objecto diferente, e bem como participar em agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participações.

CLÁUSULA QUINTA

Capital social

O capital da sociedade, subscrito e realizado na íntegra em dinheiro, é de vinte mil meticais, dividido em quatro quotas assim distribuídas:

a) Uma quota no valor nominal de cinco mil meticais, e correspondente a vinte e cinco por cento do capital social, pertencente a EREL – Empresa de Energias Renováveis do Limpopo, Limitada;

b) Outra quota no valor nominal de cinco mil meticais, e correspondente a vinte e cinco por cento do capital social, pertencente a ATSM – Assessoria Técnica e Serviços de Moçambique – Sociedade Unipessoal, Limitada;

c) Outra quota no valor nominal de cinco mil meticais, e correspondente a vinte e cinco por cento do capital social, pertencente a Victor Fernando Jemuze Inácio;

d) Outra quota no valor nominal de cinco mil meticais, e correspondente a vinte e cinco por cento do capital social, pertencente a José Eduardo Dai.

CLÁUSULA SEXTA

Prestações suplementares e suprimentos

Não são exigíveis prestações suplementares de capital podendo, porém, os sócios conceder à sociedade os suprimentos de que necessite, nos termos e condições fixados por deliberação da assembleia geral aprovada por maioria absoluta de votos representativos do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA

Aumento de capital

Um) O capital social poderá ser aumentado, em dinheiro ou em espécie, por deliberação da assembleia geral da sociedade.

Dois) Os sócios têm direito de preferência nos aumentos de capital na proporção da sua participação no capital social.

CLÁUSULA OITAVA

Transmissão de quotas

Um) A sociedade em primeiro lugar, e os sócios em segundo lugar na proporção das suas quotas, gozam do direito de preferência na aquisição de quotas.

Dois) Caso a sociedade não exerça o direito de preferência, este transfere-se automaticamente para os sócios.

Três) O sócio que pretenda alienar a sua quota comunicará à sociedade e aos sócios, por carta, com um mínimo de sessenta dias de antecedência relativamente à data da intencionada venda, na qual lhe dará a conhecer o projecto de alienação, o comprador e as respectivas condições contratuais.

Quatro) A sociedade e os demais sócios poderão exercer o seu direito de preferência dentro de trinta dias e sessenta dias respectivamente, contados a partir da data da recepção da notificação da intenção de transmissão.

CLÁUSULA NONA

Oneração de quotas

Um) Os sócios, apenas mediante autorização da sociedade concedida por deliberação da assembleia geral, poderão onerar ou constituir encargos ou garantias sobre as suas quotas.

Dois) O sócio que pretenda constituir um ónus, encargo ou garantia, sobre a sua quota, deverá notificar a sociedade por escrito dos detalhes de tal ónus, encargo ou garantia, incluindo os pormenores da relação subjacente à transacção.

Três) A reunião da assembleia geral será convocada no prazo de quinze dias contados

da data da recepção da notificação do sócio que pretenda constituir um ónus, encargo ou garantia sobre a sua quota.

CLÁUSULA DÉCIMA

Pagamento de dividendos

Os dividendos serão pagos nos termos da deliberação da assembleia geral.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Composição da Assembleia Geral

Um) A assembleia geral será composta pelos sócios da sociedade e é o órgão social supremo da sociedade, sendo as suas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, obrigatórias para os restantes órgãos e para os sócios.

Dois) As reuniões da assembleia geral serão conduzidas pela mesa da assembleia composta por um presidente e por um secretário. O presidente da mesa e o secretário da mesa manter-se-ão em funções até que apresentem a sua demissão ou até que a assembleia geral delibere a sua substituição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Convocatória e reuniões da assembleia geral

Um) A assembleia geral ordinária reunir-se-á uma vez por ano em sessão ordinária, dentro dos três meses após o fecho de cada ano fiscal, para aprovação ou modificação dos balanços financeiros e contas, e extraordinariamente sempre que for necessário.

Dois) As reuniões terão lugar na sede da sociedade, excepto quando os sócios acordarem num local diferente. Também poderão ser usados os meios electrónicos adequados para a realização destas reuniões.

Três) As reuniões serão convocadas pelo presidente da mesa da assembleia, ou na sua falta, por qualquer administrador por carta registada com aviso de recepção, telegrama, telefax ou correio electrónico, com um mínimo de quinze dias de antecedência, salvo os casos em que a lei prescreva formalidades especiais de convocação. O aviso convocatório deverá indicar a agenda, dia, hora e local da reunião.

Quatro) Os sócios podem reunir em assembleia geral sem as formalidades descritas acima, desde que estejam todos presentes e concordem reunir para discutir aspectos particulares da vida da sociedade, em conformidade com o número dois do artigo cento e vinte e oito do Código Comercial.

Cinco) A assembleia geral apenas poderá adoptar deliberações com o voto favorável de sócios que detenham no mínimo de cinquenta e um por cento do capital social. Qualquer sócio pode ser representado na assembleia geral por um outro, delegando a autoridade para o efeito, através de procuração, carta, fax ou correio electrónico dirigido ao presidente da assembleia geral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Poderes da assembleia geral

A assembleia geral deliberará, entre outros assuntos, sobre:

- a) O relatório de gestão anual e balanço e o relatório do conselho de administração referentes ao exercício;
- b) A aplicação de resultados;
- c) Execução ou alteração de acordos celebrados pela sociedade, que se encontrem fora do âmbito da actividade normal, conforme definido pelo conselho de administração;
- d) Nomeação e demissão dos membros do conselho de administração;
- e) Remuneração dos órgãos sociais da sociedade;
- f) Qualquer alteração aos presentes estatutos, incluindo fusões, transformações, cisões, dissolução ou liquidação da sociedade;
- g) Aumento ou redução do capital social da sociedade;
- h) Exclusão ou admissão de sócio;
- i) Amortização de quota.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Conselho de Administração

Um) A sociedade é representada, gerida e administrada por um conselho de administração, eleito pela assembleia geral, composto por dois membros, um dos quais será eleito presidente, pelo período de três anos. Os dois administradores manter-se-ão em funções até que apresentem a respectiva demissão, ou até que a assembleia geral delibere a sua substituição.

Dois) O conselho de administração será eleito para realizar o negócio da sociedade sob a supervisão da assembleia geral. Terá os poderes para gerir a sociedade, que não sejam, nos termos da lei e estatutos, da exclusiva responsabilidade da assembleia geral.

Três) As decisões do conselho de administração deverão ser tomadas por unanimidade entre os seus membros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Vinculação

A sociedade vincular-se-á com a assinatura de dois quaisquer dos seus sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Declarações financeiras

Um) As demonstrações financeiras da sociedade deverão ser elaboradas pelo conselho de administração e submetidas à apreciação da assembleia geral.

Dois) As declarações anuais deverão ser submetidas à assembleia geral no prazo de três meses após o final do ano fiscal.

Três) Mediante requerimento de qualquer sócio, as contas anuais da sociedade poderão ser auditadas por auditores independentes, que serão nomeados por acordo de todos os sócios, cobrindo todas as áreas que normalmente se incluem em tais exames. Cada sócio, terá o direito de se reunir individualmente com tal auditor e de rever em detalhe todo o processo de auditoria e documentos de suporte.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Contas da sociedade

Um) A sociedade deverá criar e manter uma ou mais contas da sociedade, no qual se depositem os fundos da sociedade, a ser aberta no Banco ou nos Bancos a ser deliberado pelo conselho de administração.

Dois) A sociedade não poderá misturar os fundos provenientes de outras pessoas ou entidades com os fundos provenientes da sociedade. A sociedade deverá depositar todos os fundos da sociedade, receitas brutas, contribuições de capital e empréstimos nas contas bancárias da sociedade. Todos os reembolsos a serem efectuados pela sociedade aos sócios serão pagos através das contas bancárias da sociedade.

Três) Nenhum pagamento será efectuado das contas da sociedade sem a autorização e/ou assinatura de dois quaisquer dos seus sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Dissolução da sociedade

Um) A sociedade dissolve-se: (i) nos termos fixados na lei, ou (ii) por deliberação da assembleia geral.

Dois) Os sócios acordam, verificadas as condições referidas no número, tomar todas as medidas que se afigurem necessárias, nos termos da lei, à dissolução da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Casos omissos

Os casos omissos serão regulados pelas disposições do Código Comercial e demais legislação aplicável na República de Moçambique.

Maputo, dez de Abril de dois mil e catorze.
— O Técnico, *Ilegível*.



**Fábio Rodrigues Silva Serviços
– Sociedade Unipessoal,
Limitada**

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezanove de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo e

Entidades Legais sob o NUEL 100493896 uma sociedade denominada Fábio Rodrigues Silva Serviços – Sociedade Unipessoal, Limitada.

Fábio Emanuel Rodrigues Silva, maior, portadora do Passaporte n.º L903027, emitido pelos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, a residir na Avenida Salvador Allende número mil cento e setenta e nove, primeiro andar, flat quatro, Maputo, com o NUIT 129926945, de nacionalidade portuguesa, outorga e assina o presente contrato de sociedade por quotas com um único sócio, na qualidade de único outorgante, o qual se regerá nos termos seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, duração e objecto

ARTIGO UM

(Denominação e sede)

A presente sociedade adopta a denominação Fábio Rodrigues Silva Serviços, Unipessoal, Limitada, e tem a sua sede na Cidade de Maputo, Avenida Salvador Allende número mil cento e setenta e nove, primeiro andar, porta quatro.

ARTIGO DOIS

(Duração)

A sociedade tem a sua duração por um tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da respectiva escritura.

ARTIGO TRÊS

(Objecto)

Um) A presente sociedade tem por objecto a prestação de serviços de instrumentação e calibração de equipamentos e maquinaria.

Dois) A presente sociedade poderá prosseguir e desenvolver outras actividades, desde que sejam conexas ao escopo definido no número anterior.

Três) Sem prejuízo do estatuído no número dois supra, a presente sociedade poderá adquirir ou constituir outras sociedades ou participações sociais, ainda que não prossigam o fim definido no número um do presente artigo.

CAPÍTULO II

Do capital social, suprimentos e cessão de quotas

ARTIGO QUATRO

(Capital social)

Um) O capital social, inteiramente subscrito e realizado em dinheiro, é de vinte mil meticais assim distribuída: Uma quota única no valor de vinte mil meticais, pertencentes ao sócio único Jorge Fernando Moreira Gomes.

Dois) O capital social poderá ser aumentado por decisão do sócio único, em assembleia geral

alterando-se, subsequentemente, o contrato de sociedade para o que se observarão as formalidades estabelecidas na lei comercial.

ARTIGO CINCO

(Suprimentos)

Não serão exigidas prestações suplementares do capital social. Porém, o sócio único poderá fazer os suprimentos de que a sociedade carecer, ao juro e demais condições a estabelecer pela mesma.

ARTIGO SEIS

(Cessão de quotas)

O sócio único poderá ceder, total ou parcial, a quem a mesma preferir, a sua quota devendo, apenas, comunicar a referida intenção à administração, mediante carta registada, na qual expressará a sua vontade de ceder a sua participação na sociedade.

CAPÍTULO III

Da assembleia geral, administração e representação da sociedade

ARTIGO SETE

(Assembleia geral)

Um) A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e de preferência na sede da sociedade, para apreciação, aprovação e modificação do balanço e contas do exercício económico e fiscal do ano a que respeita e extraordinariamente sempre que seja necessário.

Dois) Para além das decisões previstas no número anterior e em outros artigos do presente estatuto compete, exclusivamente, ao sócio único decidir sobre as seguintes matérias:

- a) Alteração dos estatutos societários;
- b) Nomeação e exoneração dos gestores da sociedade;
- c) Decidir sobre a transformação da sociedade em outros tipos societários;
- d) Alienação, cessão e trespasse de bens móveis e imóveis da sociedade;
- e) Decidir, sobre proposta da administração, sobre a aplicação dos resultados;
- f) Decidir sobre a aquisição de participações sociais em outras sociedades sem preferências quanto aos tipos de actividades prosseguidas.
- g) Decidir sobre a dissolução da sociedade.

ARTIGO OITO

(Forma de convocação)

Um) A assembleia geral será convocada pelo sócio único por meio de carta registada para tomada de conhecimento à administração,

com aviso de recepção, com uma antecedência mínima de trinta dias, sendo reduzido o referido prazo para dez dias quando das assembleias gerais extraordinárias.

Dois) Do aviso da convocatória deverão constar, obrigatoriamente, o dia, a hora, o local da reunião e a respectiva agenda de trabalhos.

Três) A assembleia geral extraordinária poderá ser realizada, sem a observância das formalidades impostas nos números anteriores desde que o sócio único se ache presente e manifeste vontade em realizá-la.

ARTIGO NOVE

(Administração)

Um) A administração da sociedade tem por função principal assegurar a gestão corrente da sociedade.

Dois) A administração e gerência da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio único podendo, o mesmo, fazer-se representar no exercício das suas funções e, para a vincular a terceiros, deve, obrigatoriamente, constar a assinatura do mesmo.

Três) Caso a administração da sociedade seja confiada a uma terceira pessoa, para além do sócio único, o mandato dos administradores será de três anos, podendo ser reeleitos por iguais e sucessivos períodos.

Quatro) O funcionamento da administração bem como os actos a praticar pelos administradores serão regidos, de preferência, pelas disposições da lei comercial.

CAPÍTULO IV

Da fiscalização, balanço e lucros

ARTIGO DEZ

(Fiscalização)

A fiscalização dos negócios e demais actividades da sociedade será exercida directamente pelo sócio único, nos termos da lei, ou por quem a mesma indigitar.

ARTIGO ONZE

(Balanço)

Um) Anualmente será efectuado um relatório e balanço de contas com a data de trinta e um de Dezembro do ano a que corresponder.

Dois) O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO DOZE

(Responsabilidade social)

Após a aprovação do balanço nos termos referidos na cláusula anterior, sem prejuízo da cláusula seguinte, cinco por cento do valor apurado como lucro reverterá ao exercício de actos de beneficência e responsabilidade social da sociedade com vista ao apoio de pessoas ou entidades em situação de carenciados.

ARTIGO TREZE

(Lucros)

Um) Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-á, em primeiro lugar, a percentagem legalmente estabelecida para a constituição do fundo de reserva legal, enquanto não estiver realizado ou sempre que seja necessário reintegrá-lo.

Dois) Cumprido o estabelecido no número anterior, da parte restante dos lucros determinar-se-á a constituição de outras reservas julgadas necessárias e o remanescente terá aplicação que for determinada pelo sócio único.

CAPÍTULO V

Da interdição e disposições finais

ARTIGO CATORZE

(Falecimento e interdição)

Em caso de falecimento, incapacidade temporária ou definitiva ou interdição do sócio único, a sociedade prosseguirá com herdeiros ou representantes da mesma, os quais exercerão em comum os respectivos direitos enquanto a correspondente quota permanecer indivisa.

ARTIGO QUINZE

(Dissolução e casos omissos)

Um) A sociedade só se dissolverá nos casos previstos na lei e, para tal, tal deverá ser por decisão do sócio único.

Dois) Em tudo quanto se mostrar omissos no presente estatuto será regulado pela legislação em vigor na República de Moçambique.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Aria, Limitada

Certifico, par efeitos de publicação, que no dia treze de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória de Registo de Entidades Legais sob o NUEL 100491567 uma sociedade denominada Aria, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial, entre:

Primeiro. Joaquim Augusto Machado da Silva, estado civil casado, com Marlene Cristina Nunes Pedrosa em regime de comunhão de bens adquiridos, Natural de Porto nacionalidade portuguesa, portador do DIRE n.º11PT00034533C, emitido aos dezoito de Março de dois mil e catorze, em Maputo, válido até dezoito de Março de dois mil e quinze;

Segundo. Celso Manuel Gomes Ferreira, Estado Civil Casado com Carla Maria Oliveira Santos, em regime de separação de bens, Natural

de Lordelo Paredes, nacionalidade portuguesa, portadora do Passaporte n.º M435327, emitido aos cinco de Dezembro de dois mil e doze, em Portugal, válido até cinco de Dezembro de dois mil e dezassete.

Pelo presente contrato de sociedade outorgam e constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação e sede

ARTIGO PRIMEIRO

A sociedade adapta o nome de Aria, Limitada e tem a sua sede na Avenida Mohamed Sied Barre número trinta e seis, rés-do-chão Maputo.

ARTIGO SEGUNDO

Duração

A sua duração será por tempo indeterminado, contando o seu início a partir da data da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

Um) A sociedade tem por objectivo em exerce actividades hoteleiras nas áreas de consultoria e prestação de serviços.

Dois) A sociedade poderá adquirir participação financeira em sociedades a constituir ou já constituídas, ainda que tenham objecto social diferente da sociedade.

Três) A sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades desde que para o efeito esteja autorizada nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO III

Do capital social

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de vinte mil metcais, dividido pelos sócios Joaquim Augusto Machado da Silva, com o valor de dez mil metcais, correspondente a cinquenta por cento do capital, Celso Manuel Gomes da Silva Ferreira, com o valor de dez mil metcais, correspondente a cinquenta por cento cinquenta por cento do capital.

ARTIGO QUINTO

Aumento do capital

O capital social poderá ser aumentado ou diminuído, quantas vezes forem necessárias desde que a assembleia geral delibere sobre o assunto.

ARTIGO SEXTO

Divisão e cessão de quotas

Um) Sem prejuízo das disposições legais em vigor, a cessão ou alienação total ou parcial de quotas deverá ser do consentimento dos sócios, gozando estes do direito de preferência.

Dois) Se nem a sociedade, nem os sócios mostrarem interesse pela quota cedente, este decidirá a sua alienação a quem e pelos preços que melhor entender, gozando o novo sócio dos direitos correspondentes à sua participação na sociedade.

CAPÍTULO III

Da administração

ARTIGO SÉTIMO

Administração

Um) A administração e gestão da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, passam desde já a cargo do sócio Joaquim Augusto Machado da Silva.

Dois) A sociedade ficará obrigada pela assinatura de um gerente ou procurador especialmente constituído pela gerência, nos termos e limites específicos do respectivo mandato.

Três) É vedado a qualquer dos gerentes ou mandatário assinar em nome da sociedade quaisquer actos ou contratos que digam respeito a negócios estranhos à mesma.

Quatro) Os actos de mero expediente, poderão ser assinados por empregados de sociedade devidamente autorizados pela gerência.

ARTIGO OITAVO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano para apreciação e aprovação do balanço e contas do exercício findo e repartição de lucros e perdas.

Dois) A assembleia geral poderá reunir-se extraordinariamente quantas vezes forem necessárias desde que as circunstâncias assim o exijam para deliberar sobre quaisquer assuntos que digam respeito à sociedade.

CAPÍTULO IV

Dos herdeiros

ARTIGO NONO

Herdeiros

Em caso de morte, interdição ou inabilitação de um dos sócios, os seus herdeiros assumem automaticamente o lugar na sociedade com dispensa de caução, podendo estes nomear seus representantes se assim o entenderem, desde que obedeçam o preceituado nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO

Dissolução

A sociedade só se dissolve nos termos fixados pela lei ou por comum acordo dos sócios quando assim o entenderem.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Casos omissos

Os casos omissos serão regulados pela Legislação Comercial vigente e aplicável na República da Moçambique.

Maputo, vinte e três de dois mil e catorze.
— O Técnico, *Illegível*.

Imobiliária Lua Cheia, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e um de Maio de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória de Registo de Entidades Legais sob o NUEL 100494531 uma sociedade denominada Imobiliária Lua Cheia, Limitada.

Entre:

Eduardo França Marques Magaia, de nacionalidade moçambicana, residente em Maputo, na Rua Comandante João Belo número setenta e cinco quarto andar Direito, bairro da Sommerschild, titular do Bilhete de Identidade n.º 110100098221J, emitido a um de Março de dois mil e dez, pela Direcção Nacional de Identificação Civil de Maputo;

Dionísio Viriato Zaqueu, de nacionalidade moçambicana, natural de Xai-Xai, residente em Maputo, titular do Bilhete de Identidade n.º 110256867L, emitido a trinta de Abril de dois mil e sete, pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo;

Telésfero de Jesus António Nhapulo, de nacionalidade moçambicana, residente na Matola, Boane, casa número duzentos e cinquenta e três, Q três, titular do Bilhete de Identidade n.º 110100384082N, emitido a três de Agosto de dois mil e dez, pela Direcção Nacional de Identificação Civil de Maputo.

Que, pelo presente instrumento, nos termos do artigo noventa do Código Comercial, constitui uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que reger-se-á pelos seguintes artigos:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação, natureza e duração

Um) Imobiliária Lua Cheia, Limitada, é uma sociedade por quotas de direito moçambicano, que se rege pelos presentes estatutos, assim como pelos preceitos legais aplicáveis.

Dois) A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

ARTIGO SEGUNDO

Sede e representações sociais

Um) A sociedade tem a sua sede na Avenida Mártires da Machava, número seiscentos e setenta e sete, Maputo.

Dois) A sociedade poderá transferir a sua sede para qualquer localidade do território nacional, por deliberação do Conselho de Administração.

Três) A sociedade poderá abrir ou encerrar quaisquer filiais, sucursais, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação social, no país ou no estrangeiro, quando o Conselho de Administração o deliberar.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto do contrato)

Um) A sociedade tem por objecto principal a gestão, desenvolvimento e intermediação imobiliária e construção.

Dois) A sociedade poderá desenvolver outras actividades que sejam complementares ou subsidiárias da actividade principal.

Três) A sociedade poderá adquirir participações sociais em outras sociedades.

Quatro) Mediante deliberação da assembleia geral, a sociedade poderá desenvolver outras actividades não compreendidas no actual objecto social, desde que devidamente licenciada para o efeito.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de cem mil meticaís, correspondente à soma de três quotas, assim distribuídas:

- a) Uma quota com o valor nominal de vinte cinco mil meticaís, representativa de vinte cinco por cento do capital social da sociedade, pertencente ao sócio Eduardo França Marques Magaia;
- b) Uma quota com o valor nominal de vinte cinco mil meticaís, representativa de vinte cinco por cento do capital social da sociedade, pertencente ao sócio Dionísio Viriato Zaquau;
- c) Uma quota com o valor nominal de cinquenta mil meticaís, representativa de cinquenta por cento do capital social da sociedade, pertencente ao sócio Telésforo De Jesus António Nhapulo.

ARTIGO QUINTO

(Quotas próprias)

Um) A sociedade poderá, dentro dos limites legais, adquirir e alienar quotas próprias e praticar sobre elas todas as operações legalmente permitidas.

Dois) Enquanto pertençam à sociedade, as quotas não têm qualquer direito social, excepto o de participação em aumentos de capital por incorporação de reservas, se a assembleia geral não deliberar o contrário.

ARTIGO SEXTO

(Prestações suplementares e suprimentos)

Um) Não serão exigíveis aos sócios prestações suplementares de capital.

Dois) Os sócios poderão prestar suprimentos à sociedade, nos termos e condições definidos pela assembleia geral.

ARTIGO SÉTIMO

(Transmissão de quotas)

Um) A transmissão de quotas entre sócios é livre.

Dois) Os sócios gozam de direito de preferência na transmissão de quotas a terceiros, a exercer na proporção das respectivas quotas.

ARTIGO OITAVO

(Amortização de quotas)

Um) A sociedade poderá amortizar as quotas dos sócios nos casos abaixo descritos, desde que acompanhada da exclusão ou exoneração do sócio:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando, por decisão transitada em julgado, o respectivo titular for declarado falido;
- c) Quando a quota for arrestada, penhorada, arrolada ou de alguma forma apreendida judicial ou administrativamente;
- d) Se o titular da quota envolver a sociedade em actos e contratos estranhos ao objecto social.

Dois) Se a amortização de quota não for acompanhada da correspondente redução de capital, as quotas dos restantes sócios serão proporcionalmente aumentadas, fixando a assembleia geral o novo valor nominal das mesmas.

Três) A amortização de quota será feita pelo valor nominal das quotas acrescido da correspondente parte nos fundos de reserva, depois de deduzidos os débitos ou responsabilidades do respectivo sócio para com a sociedade, devendo o seu pagamento ser efectuado no prazo de noventa dias e de acordo com as demais condições a determinar pela assembleia geral.

ARTIGO NONO

(Assembleia Geral)

Um) Competem à assembleia geral de sócios todos os poderes que lhe são conferidos por lei e pelos presentes estatutos.

Dois) A assembleia geral será convocada por carta com aviso de recepção até quinze dias antes da sua realização por qualquer um dos administradores.

Três) A assembleia geral reúne-se em sessão ordinária no primeiro trimestre de cada ano, para apreciação do balanço e aprovação das contas referentes ao exercício do ano anterior, para apreciação do relatório de gestão e do relatório dos auditores, bem como para deliberar sobre quaisquer outros assuntos do interesse da sociedade.

Quatro) A assembleia geral poderá reunir-se em sessão extraordinária sempre que os sócios o considerem necessário.

Cinco) A assembleia geral poderá reunir e validamente deliberar, sem dependência de prévia convocatória, se estiverem presentes ou representados todos os sócios e estes manifestem vontade de que a assembleia geral se constitua e delibere sobre um determinado assunto, salvo nos casos em que a lei não o permita.

Seis) Será dispensada a reunião da assembleia geral, bem como as formalidades da sua convocação, quando todos os sócios concordem por escrito na deliberação ou quando concordem, também por escrito, que dessa forma se delibere, excepto nos casos em que a lei não o permita.

Sete) Os sócios poderão fazer-se representar nas assembleias gerais nos termos legalmente permitidos.

ARTIGO DÉCIMO

(Validade das deliberações)

A assembleia geral poderá funcionar em primeira, segunda e em qualquer convocação, quando estiverem presentes ou representados a totalidade do capital social.

Do Conselho de Administração

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Composição)

Um) A administração e representação da sociedade competem a um conselho de administração composto por um Presidente sem voto de qualidade e dois administradores, eleitos em assembleia geral e conforme o que nesta for fixado.

Dois) A assembleia geral que eleger os membros do conselho de administração designará o respectivo presidente e fixará a caução que os mesmos devem prestar, sem prejuízo de poder dispensá-los da prestação de qualquer caução.

Três) Cabe ao presidente do conselho de administração convocar e dirigir as reuniões do Conselho e promover a execução das deliberações tomadas pelo mesmo.

Quatro) Sobrevindo a falta de algum administrador, proceder-se-á à sua substituição por cooptação, salvo se os administradores em exercício não forem em número suficiente para que o conselho possa funcionar. Não sendo a cooptação possível ou sendo-a, se não tiver lugar até à realização da primeira assembleia

geral seguinte, dever-se-á, nesta última, eleger o administrador substituto, que exercerá funções até ao termo do mandato dos restantes administradores.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Administração)

Um) Compete ao conselho de administração exercer os mais amplos poderes de gestão e representação dos negócios da sociedade, para o desempenho das atribuições que, por lei e pelos presentes estatutos, lhe são conferidas e bem assim as que a assembleia geral nele delegar.

Dois) A gestão e representação da sociedade compete aos administradores, que podem ser sócios ou não, os quais se encontram dispensados de prestar caução.

Três) Os administradores são eleitos pela assembleia geral por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Quatro) O conselho de administração poderá constituir procuradores da sociedade.

Cinco) Compete ao conselho de administração, nomeadamente e sem prejuízos de outras competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos presentes estatutos:

- a) Proceder à substituição de administradores, por cooptação;
- b) Pedir a convocação de assembleias gerais;
- c) Apresentar os relatórios e contas anuais;
- d) Apresentar projectos de fusão, cisão e transformação da sociedade;

e) Abrir ou encerrar sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação social no país ou no estrangeiro;

f) Propor aumentos do capital social;

g) Adquirir, vender, permutar ou, por qualquer forma, onerar, imóveis ou móveis da sociedade;

h) Adquirir e ceder participações em quaisquer outras sociedades, empreendimentos ou agrupamentos de empresas constituídas ou a constituir;

i) Trespasar estabelecimento de sua propriedade ou tomar de trespasse quaisquer estabelecimentos, bem como adquirir ou ceder a exploração dos mesmos;

j) Contrair empréstimos;

k) Prestar quaisquer garantias e cauções, pelos meios ou formas legalmente permitidos; e

l) Pronunciar-se a respeito de outros assuntos sobre os quais algum dos administradores tenha requerido a deliberação do conselho.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Formas de obrigar a sociedade)

Um) A sociedade obriga-se pela assinatura conjunta de dois administradores.

Dois) Para os actos de mero expediente, basta a assinatura de um só administrador ou de um empregado da sociedade devidamente autorizado para o efeito.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Balanço e aprovação de contas)

O relatório de gestão e as contas de exercício, incluindo o balanço e a demonstração de resultados, fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e serão submetidos à aprovação da assembleia geral durante o primeiro trimestre do ano seguinte.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Aplicação de resultados)

Um) Dos lucros líquidos apurados será deduzida a percentagem legalmente estabelecida para constituir ou reintegrar o fundo de reserva legal.

Dois) A parte remanescente dos lucros será distribuída pelos sócios de acordo com a deliberação da assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Dissolução)

A sociedade dissolve-se nos casos e termos previstos na lei, ou quando assim for determinado por deliberação da assembleia geral, sendo os sócios os liquidatários, excepto se o contrário for decidido em assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

(Disposição transitória)

Até à realização da primeira Assembleia Geral da sociedade, exercerão o cargo de administradores senhores Eduardo Teodorico França Magaia e Telésforo De Jesus António Nhapulo.

Maputo, vinte e três de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRÁFICOS NA INM, E. P. NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGN GRÁFICO AO SEU DISPOR

Nossos serviços:

- Maketização, Criação de Layouts e Logotipos;
- Impressão em Off-set e Digital;
- Encadernação e Restauração de Livros;
- Pastas de despachos, impressos e muito mais!



Preço das assinaturas do *Boletim da República* para o território nacional (*sem porte*):

- As três séries por ano 10.000,00MT
- As duas séries por semestre 5.000,00MT
- Preço da assinatura anual:

- Séries
- I 5.000,00MT
- II 2.500,00MT
- III 2.500,00MT

Preço da assinatura semestral:

- I 2.500,00MT
- II 1.250,00MT
- III 1.250,00MT

Beira — Rua Correia de Brito, n.º 1529 – R/C
Tel.: 23 320905
Fax: 23 320908

Quelimane — Rua Samora Machel, n.º 1004,
Tel.: 24 218410 Fax: 24 218409

Brevemente em Pemba.